



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SIBELE MUELLER

**IMPLICAÇÕES DO SISTEMA PROFESSOR ONLINE PARA A GESTÃO
ESCOLAR NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA DISCUSSÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO**

CHAPECÓ, 2019

SIBELE MUELLER

**IMPLICAÇÕES DO SISTEMA PROFESSOR ONLINE PARA A GESTÃO
ESCOLAR NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA DISCUSSÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a Dra. Nilce Fátima Scheffer.

CHAPECÓ

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mueller, Sibeles

Implicações do sistema Professor Online para a gestão escolar no Extremo Oeste de Santa Catarina: uma discussão em políticas públicas para educação / Sibeles Mueller. -- 2019.
202 f.

Orientador: Doutora Nilce Fátima Scheffer.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, Chapecó, SC , 2019.

1. Políticas Públicas. 2. Sistema Professor Online. 3. Gestão Educacional. 4. Educação. I. Scheffer, Nilce Fátima, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

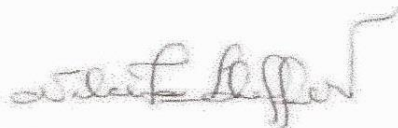
SIBELE MUELLER

**IMPLICAÇÕES DO SISTEMA PROFESSOR ONLINE PARA A GESTÃO
ESCOLAR NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA DISCUSSÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO**

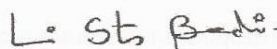
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Mestrado em Educação da
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em
Educação, defendido em banca examinadora em 10/12/2019

Aprovado em: 10/12/2019

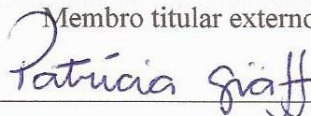
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dra. Nilce Fátima Scheffer – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof.^a. Dra.^a. Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi – URI/FW
Membro titular externo



Prof.^a. Dra. Patrícia Gräff – UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Odair Neitzel – UFFS
Membro suplente

Chapecó/SC, dezembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Federal da Fronteira Sul, por ter-me escolhido e acolhido como mestranda e acreditado no meu potencial no campo da educação.

Estendo meu agradecimento a todo o Programa de Pós-Graduação em Educação, aos professores e colegas que contribuíram com seu conhecimento e me auxiliaram ao longo desta caminhada.

Agradeço de forma muito especial a professora Dra. Nilce Fátima Scheffer que esteve ao meu lado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, me acolhendo e orientando sempre com amor, muita dedicação e empenho. Aos professores Dr. Oto João Petry, Dra. Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi e Dr. Claudécir Dos Santos pelas suas contribuições no momento da banca de qualificação.

Agradeço ao meu amigo e companheiro Jocinei Marcos da Silva que sempre me apoiou e ao meu lado compartilhou dos momentos de construção deste trabalho, tanto nos momentos de alegria quanto dificuldade. E neste período de estudos vivenciei comigo o momento mais maravilhoso de nossas vidas que foi o nascimento da nossa filha Laís Mueller da Silva, que mesmo ainda no útero, esteve comigo durante todo o processo de construção deste trabalho.

À minha amiga Me. Juliane Colling, que desde o momento do processo seletivo esteve ao meu lado me apoiando e contribuindo com seus conhecimentos ao longo de toda a caminhada do mestrado, sempre disposta a me ajudar em todos os momentos.

À minha família que, na humildade, me ensinou os valores que carrego hoje e que me mostraram a importância do estudo e da dedicação necessária para alcançar os meus objetivos.

*Educação não transforma o mundo.
Educação transforma as pessoas.
Pessoas mudam o mundo.
(Paulo Freire)*

RESUMO

A presente pesquisa está inserida na linha de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Quanto ao estudo aborda uma discussão a respeito das implicações do sistema Professor Online no processo de gestão educacional, aprofundando conceitos sobre políticas públicas, gestão escolar democrática e a utilização de tecnologias da informação e comunicação no ambiente escolar. Para tanto, o contexto de realização da pesquisa deu-se nas escolas de educação pública estadual de abrangência da Gerência de Educação (GERED) de Itapiranga, Santa Catarina, guiando-se pelo objetivo do trabalho que consiste em conhecer as implicações do sistema Professor Online para o desenvolvimento da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina. Este trabalho situa-se na perspectiva qualitativa, pois consiste de coleta de dados realizada com professores e gestores escolares atuantes nas escolas pertencentes ao contexto exposto. A análise dos dados coletados considerou a técnica de categorização de Bardin. A discussão dos resultados é apresentada e enriquecida na interação com os referenciais teóricos, discutindo-os, à luz das políticas públicas, tendo em vista as implicações do sistema Professor Online para o processo de gestão educacional. Como resultado da pesquisa, evidenciaram-se quatro categorias relacionadas aos pontos centrais da pesquisa: utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional; gestão educacional e sua relação com a tecnologia; observação e análise das políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina e considerações gerais do sistema Professor Online. Por meio da análise destas categorias destacam-se a evolução e a importância do uso de tecnologias no ambiente escolar, a necessidade de boa utilização destas tecnologias de modo a favorecer as ações realizadas no campo da educação, a vantagem do acesso à informação proporcionado pelo sistema Professor Online, em especial pela possibilidade de acompanhar as atividades escolares e o desempenho acadêmico dos alunos, que favorece e contribui para a gestão democrática e colaborativa e o engajamento da comunidade escolar para com a melhora da qualidade no processo de ensino. Evidenciou-se também a dificuldade relacionada às políticas públicas quanto à autonomia e participação da comunidade escolar no seu processo de desenvolvimento e a dificuldade em relação à falta de recursos financeiros para a aplicação de políticas públicas na educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Sistema Professor Online. Gestão Educacional. Educação.

ABSTRACT

The current research is inserted in the Educational Policies of the Post-Graduate Program of Master in Education in the Federal University of Fronteira Sul - UFFS. The study addresses a discussion about the implications of the Professor Online system in the educational management process, approaching concepts about public policies, democratic school management and the use of information and communication technologies in the school environment. Therefore, the research application took place in the state public schools covered by the Education Management (GERED) of Itapiranga, Santa Catarina, guided by the study's objective that consists in knowing the implications of the Professor Online system for the school management development in state public schools in the west of Santa Catarina. This work has a qualitative perspective, because it consists of data collection with teachers and school managers working in the schools belonging to the exposed context. The analysis of the collected data considered Bardin's categorization technique, where the results are presented and enriched with theoretical references, discussing them, in the light of public policies, considering the implications of the Professor Online system for the educational management process. As a result of the research, four categories related to the research's main points were evidenced: use of technological tools in the educational environment; educational management and its relationship to technology; observation and analysis of public policies and government initiatives in the state of Santa Catarina and general evaluation of the Professor Online system. Through the analysis of these categories it is highlighted the evolution and importance of the use of technologies in the school environment, the need for good use of these technologies in order to favor the actions performed in the education field, the advantage of having access to information provided by the Professor Online system, especially to monitor school activities and students' academic performance, which favors and contributes to democratic and collaborative management and the engagement of school community to improve the quality of the teaching process. It was also evidenced the difficulty related to public policies regarding the autonomy and participation of school community in their development process and the lack of financial resources for the application of public policies in education.

Keywords: Public Policies. Professor Online System. Educational Management. Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa etária dos participantes77

Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores na rede estadual de ensino.....77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas atendidas pela GERED de Itapiranga	72
Quadro 2 - Idade dos professores relacionado ao tempo de serviço na rede estadual de ensino	78
Quadro 3 - Organização das Categorias de Análise	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACT - Admissão em Caráter Temporário

ADR - Agências de Desenvolvimento Regional

AMBIAL - Programa de Educação Ambiental e Alimentar

APOIA - Programa de Combate à Evasão Escolar,

APP - Associação de Pais e Professores

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEPESC - Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva

EDUCOM - Projeto Computadores na Educação

EMI - e Ensino Médio Inovador

EMTI - Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

FORMAR - Projeto de Formação de Professores para TIC

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEDED - Gerência de Educação

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MPSC - Ministério Público de Santa Catarina

NTE - Núcleos de Tecnologias Educacionais

PBLE - Projeto Banda Larga nas Escolas

PDDE - Dinheiro Direto na Escola

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDE Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola

PENOA - Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem

PNE - Plano Nacional de Educação

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação

PRONINFE - Programa Nacional de Informática Educativa

PROUCA - Programa Nacional um Computador por Aluno

PRONUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica

SC – Santa Catarina

TDICS - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

UCA - Projeto Um Computador por Aluno

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO	30
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS EM EDUCAÇÃO	40
3 A GESTÃO EDUCACIONAL.....	45
3.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E COLABORATIVA	52
4 AS TIC NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	61
4.1 SISTEMA DE GESTÃO PROFESSOR ONLINE.....	66
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
5.1 TIPO DE PESQUISA	70
5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS.....	71
5.3 AMOSTRA.....	73
5.4 PROCESSOS DE COLETA DE DADOS	73
5.4.1 Método do Questionário e sua realização	75
5.4.2 Método de Entrevista e sua realização	78
5.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	80
6 RESULTADOS E ANÁLISE.....	83
6.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	83
6.1.1 A utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional.....	90
6.1.2 Gestão educacional e sua relação com a tecnologia.....	98
6.1.3 Observação e análise das políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina	110
6.1.4 Considerações gerais do sistema Professor Online.....	123
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	140
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GESTORES	140
ANEXO II – ROTEIRO DE QUESTÕES DA ENTREVISTA REALIZADA COM GESTORES	143
ANEXO III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PROFESSORES	144
ANEXO IV – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES	146
ANEXO V – AUTORIZAÇÃO GERED	152

ANEXO VI – UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO AMBIENTE EDUCACIONAL.....	153
ANEXO VII – GESTÃO EDUCACIONAL E SUA RELAÇÃO COM A TECNOLOGIA	168
ANEXO VIII - OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DO GOVERNO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	185
ANEXO IX – CONSIDERAÇÕES GERAIS DO SISTEMA PROFESSOR ONLINE	198

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é indiscutível que vivenciamos uma era de mudanças e grandes transformações ocasionadas pelo crescente desenvolvimento tecnológico que vem ocupando espaço nos mais diferentes ambientes, inclusive no ambiente educacional. Metodologias inovadoras e atuais vêm sendo utilizadas no processo de ensino e de aprendizagem, novas tecnologias de informação e comunicação estão sendo, em suas mais variadas formas, desenvolvidas e utilizadas com o objetivo de melhorar processos, facilitar atividades cotidianas, oportunizar melhorias na forma de conhecer e organizar informações, para criar estratégias que possam ser úteis no ambiente em que elas são utilizadas.

Este avanço tecnológico tem proporcionado que diferentes processos, inclusive da gestão educacional, sejam informatizados e apresentem novas características para organizar informações e processos inerentes à gestão escolar. Alguns destes avanços na área educacional são desenvolvidos a partir de políticas públicas, das quais se espera eficácia, qualidade e que sejam para todos. Por se tratar de ações governamentais que objetivam produzir determinado efeito é necessário analisar se elas têm produzido o resultado desejado.

Visto que a gestão escolar hoje, envolve os sujeitos participantes do processo de ensino e de aprendizagem, ela é sem dúvida, um dos aspectos que ajudam a alicerçar o processo de educação e contribui para que ele seja realizado da melhor forma possível. Sendo a gestão escolar um aspecto fundamental nesse processo, é relevante que as políticas pensadas e desenvolvidas para auxiliar neste aspecto possam ser analisadas, assim como também as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) criadas a partir de políticas públicas.

Neste sentido, seguindo a linha das Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Fronteira Sul (UFFS), este trabalho procura aprofundar-se no tema da gestão escolar nas escolas públicas da região do extremo-oeste do estado de Santa Catarina após a implantação do sistema Professor Online, que é um sistema exclusivo do estado de Santa Catarina, utilizado nas escolas estaduais desde 2015 e reúne informações dos alunos e das disciplinas, como desempenho estudantil, frequências e conteúdos ministrados, permitindo seu gerenciamento, por parte dos gestores e professores, de forma *online*, de maneira que estas informações fiquem acessíveis também para pais e alunos.

Este estudo procura responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as implicações do sistema Professor Online para a gestão educacional nas escolas públicas estaduais da região do

extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação (GERED) de Itapiranga?

Para respondê-la, o objetivo geral consiste em conhecer as implicações do sistema Professor Online para o desenvolvimento da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina, de abrangência da GERED de Itapiranga. A partir do objetivo geral da pesquisa foram delimitados os objetivos específicos:

- Refletir sobre as políticas públicas no tocante da gestão educacional tendo em vista as tecnologias da informação e da comunicação (TIC);
- Investigar o processo de gestão educacional utilizado no contexto das escolas estaduais de abrangência da GERED de Itapiranga e;
- Investigar a relação entre os aspectos da gestão escolar democrática e participativa com as funcionalidades ofertadas pelo sistema Professor Online.

Nesta pesquisa em específico, o estudo sobre a implantação e a utilização do sistema Professor Online permitirá identificar, de maneira mais aprofundada, as implicações das funcionalidades do sistema no processo de gestão educacional e no contexto das escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina, de abrangência da GERED de Itapiranga.

Desta forma, a pesquisa contribuirá para identificar aspectos da gestão educacional que precisam de mais atenção e as que já contribuem significativamente para uma melhor gestão escolar, na busca da autonomia pedagógica e administrativa. Com a coleta de dados pretende-se levantar/identificar as mudanças na gestão educacional e analisar as iniciativas propostas pela Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina para as escolas públicas estaduais.

A pesquisa foi realizada tendo como amostra escolas estaduais atendidas pela Gerência de Educação (GERED) de Itapiranga, que é um órgão da Secretaria de Educação da Educação (SED) de Santa Catarina e tem por objetivo assessorar as escolas de sua abrangência, que atualmente são 20 e estão distribuídas em cinco municípios: Itapiranga, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis e Santa Helena. Todos estes municípios se encontram localizadas no extremo-oeste de Santa Catarina, sul do Brasil, próximo à divisa com o estado do Rio Grande do Sul e com a República Argentina, banhados, em sua maioria, pelo Rio Uruguai. A base da economia destes municípios são atualmente a agropecuária e a agricultura, com destaque para criação de aves, suínos e principalmente o gado leiteiro além do cultivo de milho, soja, trigo e tabaco. Atualmente a religião católica é predominante nestes municípios, que foram colonizados por

germânicos católicos na década de 1920. A cultura típica alemã é fortemente vivenciada nos costumes gastronômicos, no estilo arquitetônico, na fala do dialeto da língua alemã e nos festejos típicos, tendo destaque a Oktoberfest de Itapiranga que é o berço nacional da festa e a Deutsche Woche, que é a festa da cultura alemã em São João do Oeste.

Os dados, necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, foram extraídos de questionário e entrevista em escolas que se situam nos municípios atendidos pela GERED de Itapiranga e foram realizados com gestores e professores destas escolas. Para a aplicação destes métodos de coleta de dados, a pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sendo aprovada por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 89211118.6.0000.5564 e do parecer número 2.752.337.

O objetivo de realizar este estudo sobre um sistema desenvolvido para auxiliar no processo de gestão educacional parte, além das justificativas já expostas, da familiaridade da pesquisadora com o tema, tendo ela formação na área de desenvolvimento de sistemas para WEB¹, característica também do sistema Professor Online, e por atuar profissionalmente no desenvolvimento de sistemas WEB em uma instituição de ensino e ser docente em um curso específico da área de tecnologia, somado ao carinho especial pela educação e clareza da importância da contribuição da presença da tecnologia nos mais variados ambientes, em especial no sistema educativo. Por este motivo, se efetivou este estudo sobre a ferramenta do Professor Online, que se constitui como política pública e, mesmo recente, requer ser analisada para investigar se os objetivos para os quais foi desenvolvida estão sendo atingidos, em especial suas implicações no processo de gestão educacional.

Sendo assim, o presente trabalho destina um de seus capítulos para a discussão de políticas públicas, primeiramente em um contexto geral para posteriormente aprofundar e discutir as políticas públicas no tocante da educação, fazendo uma breve retomada histórica para aprofundar o assunto, possibilitando melhor compreensão do que possuímos atualmente quanto políticas públicas. As reflexões sobre este assunto foram pautadas nos conceitos apresentados pelos autores considerados os pais fundadores das políticas públicas: Lasswell (1936), Simon (1970), Lindblom (1979) e Easton (s/d), além de Souza (2013), Cavalcanti (2007), Souza (2006), Augusto (1989), Azevedo (2014), entre outros que também contribuíram para estabelecer conceitos, definições e características das políticas públicas. A apresentação

¹ Web é uma palavra inglesa que significa teia ou rede. O significado de web ganhou outro sentido com o aparecimento da internet. A web passou a designar a rede que conecta computadores por todo mundo, a World Wide Web (WWW). Ela permite que usuários acessem conteúdos através da internet com o auxílio de um browser.

da história das políticas públicas na educação foi fundamentada a partir das referências de Piana (2009), Freitag (2005), Paro (2016), Bastos (2017), Santos (2012), além de reflexões sobre o assunto embasadas em Santos (2011), Ferreira e Santos (2015), entre outros. Também foi realizada a análise de alguns artigos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 4.024 de 1961), LDB de 1996 e Plano Nacional de Educação (PNE) de 1962. Neste capítulo um tópico destina-se à discussão de políticas públicas e a relação com o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional, que foi enriquecida pelas contribuições de Dourado (2007), Oliveira e Tonini (2014), entre outros. Moraes (1997), Oberderfer e Petry (2017) e outros, foram os autores que embasaram, em especial, as reflexões sobre o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o uso de tecnologia no ambiente escolar.

O terceiro capítulo destina-se à gestão educacional no qual são apresentadas concepções e novos conceitos sobre gestão, em especial no campo da educação e no âmbito da gestão educacional, além de uma discussão teórica de como ela pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O estudo sobre a gestão educacional foi enriquecido pelas reflexões de administração e gestão de Lück (1997, 2000, 2006) e Paro (2001, 2012) e contou, para o aprofundamentos do tema, com os estudos de Dourado (2007), Oliveira e Tonini (2014), Tauchen (2013), entre outros. Um tópico deste capítulo apresenta o crescimento da participação da comunidade escolar no processo de gestão através da gestão educacional democrática e colaborativa cunhado por autores como Libâneo (2001), Piana (2009), Paro (2001), Serpa e Petry (2018), Lima (2013), Souza (2010), Oliveira (2015), entre outros. Foram também utilizados alguns documentos para análise e fundamentação: Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, em especial a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

Este trabalho também destina um de seus capítulos para o aprofundamento do tema das TICs no contexto educacional, apresentando como elas, através de sua incorporação no ambiente educacional, podem facilitar processos e auxiliar como metodologia no ensino e na aprendizagem dos alunos. Neste capítulo é apresentado como a tecnologia tem sido incorporada, através de políticas públicas, no contexto escolar e na gestão educacional, dando um destaque aos esforços realizados no estado de Santa Catarina na utilização da tecnologia como aliada no desenvolvimento educacional e no processo de gestão escolar, sendo estas reflexões pautadas e enriquecidas com os conceitos e contribuições de Lévy (1999), Lipinski (2016), Scheffer (2015, 2017), Scheffer et al (2017) e Kenski (2008). A partir do

aprofundamento da incorporação e uso da tecnologia na área da educação, um tópico destina-se a apresentação da implementação e das ferramentas oferecidas pelo sistema Professor Online que foi desenvolvido em Santa Catarina e tem sido utilizado nas escolas estaduais do estado como ferramenta de apoio no processo educacional e de gestão escolar, que foram apresentadas com auxílio de Weiss (2015), Lipinski (2016) e Froes (2015). Vale salientar que foram feitos vários estudos sobre a temática na procura de encontrar referenciais teóricos e pesquisas sobre o sistema Professor Online, porém, foram encontrados apenas os trabalhos dos autores citados.

O quinto capítulo deste trabalho apresenta toda metodologia utilizada para a realização deste trabalho, o tipo de pesquisa, o contexto onde esta foi realizada, assim como a amostra escolhida para aplicação dos métodos de coleta de dados e como estes foram organizados, além da descrição dos participantes da pesquisa. É descrita também a metodologia utilizada para a análise dos dados, além da forma de apresentação e discussão destas, para a qual foram utilizadas a técnica e concepções de Bardin (1997) e para fundamentar os procedimentos metodológicos foram utilizadas contribuições de Marconi e Lakatos (2012), André e Gatti (2010), Gil (2008), entre outros.

A apresentação, a análise e a discussão dos resultados encontrados a partir da organização, interpretação e análise dos dados são descritas no sexto capítulo. Neste capítulo são discutidas as categorias provenientes da organização e análise dos dados, que são quatro: utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional; gestão educacional e sua relação com a tecnologia; observação e análise das políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina e considerações gerais do sistema Professor Online. Estas categorias são discutidas à luz do referencial teórico deste trabalho.

Por fim são apresentadas, no capítulo sete, as conclusões encontradas a partir da pesquisa realizada, tendo como base as observações realizadas a partir da análise dos dados e que respondem à questão de pesquisa, além do seu enriquecimento com as reflexões dos autores que pautaram a fundamentação teórica deste estudo. Também são apresentadas as possibilidades e perspectivas para aprofundamento e continuidade deste trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo sobre políticas públicas teve um crescimento significativo no Brasil no início dos anos 1990. O fato ocorreu, segundo Souza (2013, p. 12), devido ao início de “novas medidas administrativas e práticas institucionais de gestão com intencionalidade democrática”, com questões voltadas para o planejamento estratégico e relacionadas à qualidade. Já Arretche (2003) elenca como um dos motivos do crescimento de pesquisas nessa área, as recentes mudanças da sociedade brasileira, no qual o enérgico processo de inovação e de experimentos em programas do governo, gera, de um lado curiosidade sobre o funcionamento do Estado brasileiro e do outro releva um desconhecimento sobre o impacto, o funcionamento e as mudanças efetivas que as políticas públicas geram.

No ambiente acadêmico o estudo na área das políticas públicas também se ampliou. Segundo Cavalcanti (2007), pesquisas realizadas sobre o que o governo faz ou deixa de fazer a nível de políticas públicas tem aumentado e a academia, em parceria com órgãos governamentais e centros de pesquisa, tem procurado ampliar o conhecimento nesta área através de estudos e pesquisas. Arretche (2003) destaca que este crescimento é perceptível através do desenvolvimento de trabalhos, teses e dissertações sobre o assunto, inclusão de disciplinas nesta área em programas de pós-graduação, assim como a inclusão de linhas de pesquisa e investigações neste campo do conhecimento.

Por este trabalho se enquadrar na linha de políticas públicas, é importante esclarecer seu intuito em relação às políticas públicas e a forma de como se procederá este estudo. Para isso, nos fundamentamos na teoria de Cavalcanti (2007, p. 1) que, ao longo de seus estudos sobre política pública, destacou a “existência de duas correntes que estudam as ações governamentais realizadas com foco em políticas públicas”. Segundo ele, as duas correntes são a análise das políticas e a avaliação das políticas, que objetivam conhecer as práticas provenientes das políticas públicas. Segundo o autor a análise teria um foco principal no processo da formulação e decisão de uma política pública, sua implementação até o momento da avaliação dos seus resultados. A análise constitui-se em três processos: tomada de decisão, verificação dos resultados e implantação, para investigar em cada momento causas, consequências e contribuições. Já a avaliação, afirma Cavalcanti (2007, p. 1), se concentra mais na própria “ação governamental enfatizando a verificação dos resultados (efeitos e impactos) da política”. Diferente da análise, a avaliação não se detém sobre os três processos elencados no processo de análise.

Por outro lado, Arretche (1998, p. 1) esclarece que qualquer forma de avaliação envolve um julgamento:

Trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la [...]. Neste sentido, não existe possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas ser apenas instrumental, técnica ou neutra.

Mesmo que possam ser atribuídos alguns resultados prováveis à uma política durante a análise, somente uma avaliação é capaz de determinar seu sucesso ou fracasso em relação ao seu propósito, utilizando métodos que estabeleçam uma relação entre o programa e seus resultados, afirma Arretche (1998). Segundo ela, a análise de uma política busca dar sentido e entendimento ao caráter errante da ação pública.

Desse modo, se compreende que é necessário que as políticas públicas possam ser analisadas quanto a sua ação pública e implicação no ambiente ou situação para o qual foram pensadas. Neste sentido, a partir da análise sobre políticas públicas, sua definição, avaliação e análise, buscou-se definir com mais clareza o presente trabalho.

Para melhor esclarecimento, buscou-se trazer o significado que cada palavra (analisar e avaliar) assume, considerando o dicionário da Língua Portuguesa, de forma a auxiliar neste processo de definição. O termo *analisar* é definido como o ato de “decompor (um todo) em suas partes componentes [...]; observar, analisar com minúcia; procurar analisar a situação antes de opinar; [...] examinar criticamente” e *avaliar* é “determinar o valor ou a valia [de algo]; avaliar um esforço; apreciar ou estimar o apreçamento; calcular, computar”. O ato de avaliação, segundo o dicionário, é definido em dois tipos de processo de avaliação: formativa e somativa, sendo o primeiro realizado no decorrer de um programa instrucional visando aperfeiçoá-lo e o segundo visando julgá-lo.

Os dois processos apresentam resultados, porém, como pode ser observado, o ato de avaliar procura determinar o sucesso ou o fracasso de uma política objetivando aperfeiçoar ou julgar um processo. Políticas públicas, são definidas por Azevedo (2014) como ações realizadas pelo governo, que se traduzem, de acordo com Souza (2006) em programas que objetivam produzir resultados na realidade onde são desenvolvidas. Pelo fato do sistema Professor Online constituir-se de uma ação governamental, que objetiva melhorar os processos de gestão nas escolas públicas do estado de Santa Catarina, ele se caracteriza como política pública e este

trabalho, consiste na análise dele, apresentando as características e implicações que ele teve na realidade das escolas públicas estaduais, no âmbito da gestão escolar.

Sendo assim, por este trabalho possuir foco na linha das políticas públicas, em especial na análise de uma, convém apresentar e entender conceitos relacionados à esta área, para que posteriormente possam ser realizadas, com maior clareza, a análise e a elaboração do estudo sobre o sistema Professor Online, trazendo subsídios da revisão teórica para melhor ancorar o estudo realizado.

Para compreender o termo política pública e aprofundar mais este assunto vale entender, separadamente, a definição para os termos política e pública. De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa o significado de política é: “direção de um Estado e determinação das formas de sua organização; conjunto dos negócios de Estado, maneira de os conduzir”. A palavra política é originária do grego, derivada de *politiké* que é a união de duas palavras gregas: *polis* (cidade) e *tikós* (bem comum dos cidadãos). Já a palavra pública significa: “que se refere ao povo em geral: interesse público”, tem origem no latim *publicus*, que significa ‘relativo ao povo’; *publicare*, que é ‘tornar público’ e de *populus*, ‘povo’; ou seja é pertencente ao povo, é de todos, conhecido e acessível por todos. (FERREIRA, 1999).

Neste sentido, pode-se compreender que a união das duas palavras, política e pública, está ligada ao ato de tomar decisões, das quais o povo possa participar e auxiliar nas decisões, objetivando priorizar o bem comum dos cidadãos pertencentes à uma determinada cidade ou Estado. Podemos destacar que esta é apenas uma das várias interpretações existentes para o termo políticas públicas. Existem várias outras definições que veremos a seguir.

Em termos gerais Cavalcanti (2007, p. 18) define que a palavra política é utilizada quando nos referimos a “organização política de um grupo, governo ou sociedade ou a uma sociedade organizada, como uma nação, que tem uma forma específica de governo”. Da mesma forma, em outras línguas, ela pode ser considerada como um conjunto de ações oriundas de uma relação de poder e que objetivam a resolução de algum problema ou conflito. Sendo assim, as políticas públicas são as atividades políticas oriundas/provenientes de decisões das políticas. São elas a expressão visível das ações políticas.

Souza (2006) fazendo uma revisão de literatura sobre políticas públicas afirma que elas contam com quatro “pais” fundadores. São eles: Harold D. Laswell, Herbert A. Simon, Charles E. Lindblom e David Easton. Lasswell escreveu um livro, em 1936, intitulado *Politics: Who Gets What, When, How*, traduzido para a Língua Portuguesa: Política é o estudo de quem ganha

o quê, quando e como, que Kailitz (2007) afirma ser a famosa frase de Lasswell. Para Lasswell (1936, p.5), “o estudo da política é o estudo da influência e do influente”. Segundo o autor os influentes são aqueles que aproveitam ao máximo aquilo que é possível adquirir, sendo que, em sua maioria, eles fazem parte da elite e seu crescimento depende do êxito que eles obtêm através da manipulação do ambiente, sendo que ela (a elite) geralmente é muito bem estabelecida em seu poder.

Simon (1970), no que se refere ao processo de decisão de gestão e políticas públicas, estabelece um conceito de racionalidade, que segundo ele, precisa ser limitado nestes processos. Compreendia-se, até a década de 1970, que a racionalidade era algo absoluto e perfeito e deste mesmo modo buscava-se também a perfeição no ato de gerir e administrar. O autor afirma que a razão nas decisões públicas é limitada por informações incompletas, interesse apenas no que é importante para a classe ou pessoa que está a tomar a decisão, entre outros. Relacionado à gestão pública, Simon (1970) afirma que ela considera apenas as dimensões econômico-financeiras e que é preciso introduzir neste cenário outras escalas de valores, abandonando a ideia de perfeição e incluindo a criação de regras e incentivos, na qual as ações pensadas e realizadas possam estar direcionadas para os resultados desejados e que incluam a todos e não somente os próprios interesses.

Nas palavras de Simon (1970, p. XXII - XXIII):

Parece igualmente evidente, por outro lado, a quem observa o comportamento dos indivíduos numa organização, que a racionalidade aí manifestada não possui nem de longe resquícios da onisciência global que é atribuída ao homem econômico.

Sendo assim, Simon (1970) afirma, que para a situação apresentada, é necessário ampliar o conceito de eficiência nos setores públicos e dos indivíduos presentes nas organizações, na qual ele defende a elaboração de uma eficiência relativa, que precisa ser tomada como delimitador das decisões da gestão e políticas públicas.

Para Lindblom (1979) os meios e os fins necessários para elaborar uma política pública precisam ser pensados simultaneamente e apenas tempo e recursos financeiros são insuficientes para uma política pública. É necessário incorporar um conjunto de outras ações, como grupos de interesse, relações de poder, o papel das eleições, entre outros e não apenas as questões de racionalidade.

De acordo com Lindblom (1979) as mudanças ocorrem de forma incremental, pois a racionalidade aplicada no processo de decisão é, segundo o autor, limitada pelo conhecimento das experiências passadas. Ela é limitada, pois é sobre o conhecimento destas experiências que as decisões são tomadas.

Neste sentido o incrementalismo consiste em mudança política por meio de pequenos passos (independentemente do método de análise usado). [...] Não importa em que ponto se trace a linha divisória, basta que se entenda que os passos, na formulação de políticas, pode ser distribuído ao longo de um *continuum* de passos, que vai desde os pequenos até os grandes. (LINDBLUM, 1979, p. 182)

Neste sentido, o autor afirma que, limitar o foco do conhecimento em experiências passadas na tomada das decisões permite obter novas informações e diferentes percepções, possibilitando que pequenas mudanças possam ser realizadas de forma incremental. Lindblom (1979) afirma, ainda, que o contexto externo afeta a tomada de decisões e que as grandes mudanças políticas ocorreram ao longo do tempo de forma gradativa, do interior para o exterior.

Easton, conforme afirma Miller (s/d), detectou a necessidade do desenvolvimento de uma ciência própria sobre o sistema político. Ele definiu o sistema político como uma autorização para a distribuição de valores na sociedade, defendendo a produção de um conhecimento que fosse universal e confiável sobre os fenômenos sociais. Easton procurou a autonomia do sistema político a partir da ideia de comunicação, que deveria ser um processo de converter a informação em poder. De acordo com Souza (2006), Easton afirmava que as políticas públicas poderiam receber contribuições tanto de partidos, mídias ou grupos de interesse, que estariam influenciando os resultados e ações das políticas públicas. Sendo assim uma política pública é influenciada tanto por fatores internos quanto externos.

O ato de desenvolver uma política pública tem como um de seus objetivos satisfazer, de certa forma, a necessidade de seus idealizadores. Este pensamento é perceptível através dos conceitos desenvolvidos pelos autores considerados os pais fundadores das políticas públicas. É inclusive apresentado por Lasswell (1936), a ideia de manipulação do indivíduo com poder sobre os que usufruem das políticas públicas. De certa forma, considerando um ambiente igualitário, deveria ser o indivíduo de menor poder a ser contemplado e receber, através das políticas públicas, condições que o façam se igualar, em termos de direitos e acesso facilitado, a tudo que lhe é necessário, porém, devido a busca de interesses próprios e a falta de outros valores, não apenas os financeiros e econômicos, a convivência com direitos igualitários é comprometida. E neste sentido, a igualdade seria o ato de oferecer, por meio de políticas

públicas, a possibilidade de acesso à informação que, de acordo com Easton (s/d) precisa se tornar poder e ser o caminho para um desenvolvimento mais efetivo.

A visão no ato de elaborar políticas, por vezes, é limitada, o que afeta diretamente a eficiência dos setores e indivíduos, em consequência também o desenvolvimento das políticas públicas. Conforme apresentado, Lindblom (1979) acredita que a eficiência possa ser alcançada de forma incremental, sendo que esta, afetada por diferentes fatores, necessita acontecer do interior para o exterior, pautando-se inclusive, sobre experiências passadas com o objetivo de melhorar cada vez mais.

Souza ainda traz algumas das principais definições de políticas públicas de outros autores:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo vies: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. (2006, p. 24).

Observa-se que a política pública está diretamente ligada ao governo e suas ações sobre uma realidade da sociedade que necessita melhorias. É, portanto, ação, é fazer, é agir. Souza (2006, p. 26) contribui ainda, resumindo políticas públicas como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. A autora traz presente que, além de unicamente desenvolver políticas públicas, é importante analisar as ações por elas realizadas, portanto, é vultoso que as políticas públicas possam ser analisadas quanto à sua eficiência em atingir os objetivos propostos.

Ainda nas palavras de Souza (2006, p. 26), pensar e formular as políticas públicas é uma etapa “em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Observa-se, na teoria formulada pela autora que, definir políticas públicas em um ambiente democrático é uma ação coletiva que envolve os indivíduos e que vai muito além do interesse de pequenos grupos ou unicamente do Estado e, pelo fato de gerarem resultados, as políticas públicas necessitam ser avaliadas a fim de analisar se os objetivos dela estão sendo satisfatórios.

Azevedo (2014, p. 1) por sua vez define políticas públicas, de maneira geral, como sendo “tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. De acordo com o autor, no que se refere a políticas públicas, duas são as características a serem destacadas: primeiramente é a busca do censo comum sobre algo que se pretende fazer ou deixar de fazer, sendo este um ato a ser realizado de forma democrática; e a segunda são as normas definidas pelas políticas públicas para a ação ou para a resolução de conflitos que podem ou não vir a ocorrer entre os cidadãos participantes.

Nota-se na definição e características apresentadas por Azevedo (2014), que a participação do povo quanto a definição de uma determinada política pública ocorre quanto ao consenso da sua aprovação ou não, exercendo, desta forma, seu poder dentro de um Estado democrático. Porém, o que se observa é que este método não apresenta uma efetiva participação dos cidadãos quanto à construção destas políticas públicas. Neste sentido, pode-se elencar várias questões relacionadas ao esclarecimento da população em relação ao que se pretende fazer, (des)conhecimento sobre os meios a serem utilizados para chegar-se a determinado objetivo apresentado em uma política pública, falta de argumentos para poder opinar a favor ou contra determinada decisão, entre tantas outras questões, do qual se subentende uma certa precariedade quanto a participação efetiva dos indivíduos na formulação das políticas públicas.

A partir da definição geral de Azevedo (2014) sobre políticas públicas e a partir das características que o autor elenca, observa-se que as políticas públicas estão mais relacionadas à ações de responsabilidade do governo. Neste mesmo sentido, Augusto (1989) também defende a ideia de que a política pública é uma ação do Estado, que, baseado em seus próprios interesses, propõem ações que possuem impactos sobre a realidade social. De acordo com Augusto,

Ainda que se apresentem como espaço neutro, as intervenções do Estado são, portanto, formas de reatualização ou de manifestação do padrão de domínio existente na sociedade. Embora financiadas com recursos extraídos da totalidade do público, o “interesse geral” que proclamam traduz-se como intermediação estatal dos interesses particulares. (1989, p. 108).

Conforme afirma a autora, as ações são provenientes do Estado, que tende a relembrar ou reforçar seu poder e sua soberania através de ações e projetos a serem desenvolvidos e implantados, mesmo que com recursos públicos, para recordar seu compromisso com o povo. Observa-se neste caso, apenas uma política, mas não necessariamente pública, exceto pelo fato

de ser para o povo e usufruído por ele, porém, não conta com uma participação efetiva da sociedade na tomada de decisões e no planejamento das políticas públicas.

Muitas vezes a capacidade de desenvolver e formular políticas públicas que tenham participação efetiva do povo é dificultada por questões de interesse do próprio Estado, interesses apenas partidários e governamentais. Além disso, a burocracia existente e o fato de não levarem em conta a realidade da sociedade, no momento de desenvolver as ações, ocasiona certa desconfiança quanto às políticas públicas, sua eficácia e sua longevidade. Compreender a realidade social e econômica na qual as ações políticas serão desenvolvidas, pode ser mais produtivo com a participação do povo no processo de pensá-las, construí-las, executá-las e avaliá-las, isto, pelo simples fato deles vivenciarem e conhecerem melhor a realidade.

Neste sentido, Cavalcanti (2007, p. 20) defende a ideia de que as políticas públicas podem ser implementadas por diferentes atores que podem ser “atores do setor público, atores de setores privados ou ainda por atores de organizações não governamentais”. Nesta definição expressa por Cavalcanti, é possível compreender que as políticas públicas, justamente por serem entendidas como algo feito para o “público” e em nome do “público”, podem ser exercidas por diferentes atores, não apenas vindas de ações governamentais. É relevante salientar a importância das políticas públicas atenderem ao interesse público, mesmo que estas tenham sido implementadas por órgãos governamentais.

Neste sentido, Cavalcanti (2007) e Souza (2013) afirmam que, em situações nas quais as políticas públicas não satisfazem o interesse público do cidadão, mas são pensadas unicamente para satisfazer interesses privados, elas deixam de ser políticas públicas, o que as caracteriza apenas como sendo uma política governamental.

Souza (2006) também compartilha da mesma definição de Cavalcanti, quando afirma que outros segmentos governamentais, sejam eles grupos de interesse, movimentos sociais ou ONGs, também podem envolver-se e participar da construção e formulação das políticas públicas.

Quando se define políticas públicas em um sistema democrático é importante enfatizar que se espera que ela seja uma ação coletiva, como já destacado, não apenas algo que seja de interesse de um grupo específico ou unicamente do Estado. É importante que ela integre “políticas públicas (*policy*), sistema político (*politics*), sociedade (*polity*) e instituições/regras responsáveis por modelar, decidir e implementar uma política pública”. (SOUZA, 2006, p. 37).

Não podemos deixar de considerar que o governo, como autonomia do Estado, pode e tem, além do poder, liberdade e autonomia para elaborar políticas públicas e que, na elaboração destas políticas públicas, existe o interesse e o envolvimento de diferentes forças políticas. Muitas vezes é nesse envolvimento de diferentes forças políticas e de interesses, tanto pessoais quanto políticos, que são pensadas e desenvolvidas as políticas públicas, de maneira que uma política pública pensada por instituições governamentais, pode acabar intervindo na realidade social sem concretizar ações significativas e satisfatórias quanto ao objetivo proposto para ela.

Neste sentido, a participação política dos mais variados setores da sociedade é fundamental para a formulação de políticas públicas. De acordo com Souza (2013), nesta interação e no consenso relativo encontram-se os interesses de toda a sociedade e não apenas os interesses do governo. A participação da sociedade pode acontecer a partir do desenvolvimento da sua conscientização política.

Como já mencionado no início, o indivíduo participante do Estado é o destinatário das ações provenientes das políticas públicas. Sendo assim, as ações necessitam serem pensadas para que, primeiramente, satisfaçam as necessidades básicas e de direito do cidadão e, posteriormente, para outros campos, objetivando a solução dos problemas e o bem-estar do público que destes serviços se utiliza. Elas precisam atender e atingir os resultados previstos.

A ideia de uma política ser pública é enfatizada por Perreira (2009, p. 95-96) quando ele defende que uma política:

[...] cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. [...] [A política pública deve ser uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos.

De qualquer forma a política pública não deve ser entendida como ações separadas entre si. Segundo Cavalcanti (2007, p. 20) a política pública “deve ser entendida como um conjunto de ações interligadas”.

É possível sintetizar e compreender, que toda política pública precisa impactar em mudanças positivas na vida dos cidadãos, independente se estas forem pensadas por órgãos políticos, grupos sociais ou órgãos não governamentais. O que se pode afirmar é a necessidade de as ações serem pensadas e formuladas com participação da sociedade. Podemos afirmar que

políticas públicas são ações voltadas para um determinado problema, que são implementadas por meio de programas e ações, com o objetivo de alcançar os objetivos propostos.

Observa-se ainda, um certo distanciamento entre o que se trata ser uma teoria política e o que é uma ação política. Uma política pública não pode ser algo apenas abstrato, ela precisa, além de conhecer a realidade, ser capaz de gerar mudanças positivas. E deste ponto de vista, a promoção de ações e projetos precisa ser pautada sobre a capacidade de auxílio e intervenção da sociedade com a finalidade de melhorá-la. É necessário que ela seja uma ação conjunta entre Estado e sociedade, contemplando a realidade do povo. Perreira (2009) enfatiza que, uma política pública muda e varia de acordo com o contexto histórico e geográfico.

Na América Latina, conforme Souza (2006, p. 21), ainda não foi possível, a nível político, conseguir desenvolver políticas públicas que possam “impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grande parte de sua população”. Além disso, como destacam Serpa e Petry (2018 p.69), “espera-se que as políticas públicas não se extinguem ao findar um governo ou um período de mandato, mas permanecem na pauta de todos os governos, considerando suas melhorias e as contribuições à sociedade”. Portanto, independente do governo, precisa haver a continuidade no desenvolvimento de cada política pública, respeitando e fazendo boa administração, inclusive dos investimentos e recursos financeiros já aplicados nas políticas públicas em anos anteriores, para que elas não sejam prejudicadas devido a sua descontinuidade.

Observa-se, de maneira geral, que as políticas públicas são vinculadas a ideia de ações, ou um conjunto de ações dos quais se espera algum tipo de mudança e transformação de ordem positiva. São ações que precisam gerar impacto em um determinado contexto ou realidade. Neste aspecto, é necessário que as políticas públicas sejam dotadas de objetivos claros que condicionem e direcionem suas ações, de forma que a política possa manifestar-se claramente através dos projetos desenvolvidos.

Como toda política pública é a intervenção do Estado nas mais diferentes realidades da vida social, a ideia de uma política pública como implantação de um serviço ou ação, remete-nos à aplicação de um serviço de natureza política e Souza (2013) afirma que é possível distinguir três tipos de política: política governamental, política pública e política social:

- a) A política governamental, apresentada por Cavalcanti (2007) e Souza (2013), é o desenvolvimento de ações e projetos, ou mesmo políticas públicas que satisfazem apenas as necessidades governamentais e não levam em consideração as

necessidades da sociedade. Em sua maioria, afirma Souza (2013), as políticas governamentais estão associadas a interesses de ordem econômica e pública, sendo elaboradas em instituições governamentais e restritas à essas instituições.

- b) A política pública, como já contextualizada e definida anteriormente a partir da visão de diferentes autores, se caracteriza, de maneira geral, como ações a serem desenvolvidas em conjunto, sociedade e Estado, objetivando a melhoria de processos e situações de ordem pública.
- c) A política social é definida por Lemos e Faceira (2015), como uma política de ações que objetiva atender as necessidades sociais que, regida por justiça social, precisa ser amparada por leis que efetivem os direitos dos sujeitos sociais. De acordo com Augusto (1989, p. 110), política social “diz respeito ao bem-estar coletivo e à garantia de um nível mínimo de consumo para todos os indivíduos cidadãos. [...] É o bem a ser reclamado e como bem a ser propiciado”. Elas precisam, portanto, ser uma resposta às necessidades básicas da sociedade, em especial à sociedade mais pobre, objetivando diminuir a desigualdade que ocorre devido à política econômica do sistema capitalista. De todo modo elas vem atender as necessidades que são de direito da população.

Neste sentido, a política educacional é derivada da política social, pois a educação é um direito básico da população. De acordo com Freire (2016), a educação é uma construção contínua de saberes e experiências que se transformam em ações. Além disso, a educação é um caminho para a construção do pensar, de maneira que os cidadãos possam participar ativamente na transformação da sociedade.

Sendo assim, vem ao encontro deste estudo a necessidade aprofundar de que forma as políticas públicas têm sido elaboradas no âmbito da educação, promovendo a construção e o desenvolvimento do saber.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

Relacionar políticas públicas e educação pressupõe conhecimento a respeito do que são políticas públicas. Como já apresentado e fundamentado, as políticas públicas podem ser compreendidas como ações desenvolvidas em conjunto, sociedade e Estado, voltadas para um determinado problema de ordem pública, promovendo mudanças positivas e possibilitando o

desenvolvimento cultural e social de um povo. A partir deste conceito pode-se definir as políticas públicas educacionais como ações voltadas para a realidade da educação a fim de transformar, positivamente, aspectos relacionados a esta área. É nas escolas que se materializam as políticas educacionais.

Segundo Bastos (2017), as políticas educacionais são ações sociais realizadas em parceria com o governo, sociedade e instituições educacionais a fim de garantir direitos de cidadania a todos. São ações conjuntas que ocorrem de forma síncrona e harmônica com participação do Estado, das entidades formadoras e da população, tanto no processo avaliativo quanto no planejamento de novas políticas educacionais. Elas possuem um foco maior no que se refere, às questões escolares e ao tratamento específico da educação, de forma que haja o fortalecimento intelectual e ético da sociedade, afirma Bastos (2017).

As políticas públicas educacionais já possuem uma longa caminhada e trazem consigo aspectos relacionados às diferentes épocas e contextos históricos, que fazem parte de sua evolução e das características do que temos hoje enquanto políticas educacionais. Por este motivo, faz-se necessário conhecer alguns dos aspectos históricos das políticas educacionais brasileiras, a fim de compreender o que temos hoje enquanto as políticas no campo da educação. Vale salientar que não é objetivo deste trabalho apresentar toda a caminhada da educação, porém, faz-se necessário apresentar alguns aspectos históricos que foram relevantes, a fim de facilitar a compreensão em relação ao que temos atualmente enquanto políticas públicas educacionais.

Sabemos que a educação acompanhou os diferentes modelos sociais dominantes de cada época e, ao longo dos anos, acontecerem várias reformas e ações que proporcionaram a construção, a estrutura e funcionamento do ensino da forma como o temos atualmente. Sendo assim, no Brasil, o contexto do período da Colônia foi o início de uma caminhada histórica que teve, bem ou mal, contribuições na modelagem do sistema educacional.

Durante o período colonial, que corresponde do período de 1500, com a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, até a Independência no ano de 1822, na qual a organização social e política era fundada na grande propriedade, mão de obra escrava e sistema patriarcal, a qualificação escolar era considerada desnecessária para os trabalhos rudimentares realizados na época, como afirma Santos (2012). Porém, os detentores do poder político e econômico necessitavam distinguir-se das demais classes, por este motivo um instrumento importante foi a importação de ideias e pensamentos da cultura medieval europeia.

De acordo com Piana (2009), no período Colonial havia um sistema educacional de elite, seletivo e excludente devido a estrutura social da época, formada basicamente por

escravos, senhores do engenho, grandes latifundiários e funcionários da coroa. Não se tinha um sistema educacional estatal, pois inexistia o interesse em ampliar a escolarização para atingir a classe subalterna. Deduz-se que o nível cultural era muito baixo e que havia a falta de habilidades e conhecimentos técnicos para as atividades produtivas da época.

A composição hierárquica deste período (dominante e dominado) estendeu-se ainda pelo período Imperial do Brasil (1822 a 1889) e pela primeira república (1889 a 1930), na qual, segundo Santos (2012), não se notou grandes mudanças na estrutura social até então vivenciada, além da substituição, aos poucos, do trabalho escravo pelo dos imigrantes. Este cenário social da época não apresentou grandes progressos no âmbito educacional. Para Bastos (2017, p. 253) “foi no início da república que o Brasil começou a abrir as portas para o surgimento de uma política pública educacional, dando forma ao sistema educacional brasileiro”.

Nesta ótica, Piana (2009) destaca que a história da educação no Brasil se inicia com a chegada dos jesuítas em 1549 que, segundo o autor, foram responsáveis por um vasto sistema educacional que foi crescendo por toda a colônia e que se tornou um marco na educação brasileira, seus colégios e seminários satisfaziam as necessidades educacionais da época com divulgação do cristianismo e da cultura europeia.

Em 1759, com a expulsão dos padres jesuítas do Brasil, houve um período de desagregação e decadência na educação que se estendeu até 1808, quando chegaram ao Brasil a corte portuguesa e houve uma modificação da política educacional exercida pelos portugueses até então. Foram inauguradas diversas instituições educativas e culturais, fundadas escolas técnicas e academias que visavam atender aos novos quadros técnicos e administrativos criados pelas inovações introduzidas por D. João VI. De acordo com Santos (2012) a abertura de escolas militares e de ensino superior em decorrência da formação da sociedade política e da reorganização administrativa, em especial com a independência política do Brasil, em 1822, foram os primeiros traços de uma política educacional brasileira.

Assim, de acordo com Piana (2009), a partir da Independência começou-se a discutir a educação popular. A partir da determinação de uma lei em 1827, que não foi implementada, foram criadas escolas primárias em cidades e vilas mais populosas, que passavam a ser responsabilidade das províncias em 1834. Entre o período de 1889 a 1930 foram fundadas escolas superiores e construídas muitas escolas primárias e secundárias, sendo que, posteriormente, a responsabilidade das escolas secundárias passou para a iniciativa particular devido ausência do Estado neste nível educacional. Mesmo com o crescimento das escolas, o sistema educacional não ganhou muitas mudanças e a falta de formulação de políticas

educacionais fez com que a expansão do ensino fosse lenta e irregular, em sua maioria, apenas para uma classe pequena e dominante.

Mudanças na política educacional começaram a ser mais intensas após a Primeira Guerra Mundial. Houve, em 1920, por parte de educadores e políticos, uma preocupação relacionada a ampliação da escola primária, que foi alvo de reflexões e discussões. Neste sentido, em 1930 surgem as primeiras universidades e são feitas alterações nos demais níveis educacionais. Se iniciam, a partir deste período, várias mudanças e reformas do ensino no Estado. Dentre eles, se destaca o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, que continha uma nova proposta pedagógica e trazia consigo um projeto de reconstrução do sistema educacional brasileiro, visando uma política educacional do Estado. Além disso, em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) e, de 1927 a 1929 foram realizadas três grandes Conferências Nacionais de Educação. Estas mudanças influenciaram nas alterações posteriores do sistema de ensino, ampliaram as discussões em torno dos problemas educacionais, denunciaram o atraso do sistema de ensino e a não inclusão da população a um amplo processo de educação escolarizada. (PIANA, 2009).

A década de 1930 também representou, para o Brasil, um período de grandes dificuldades e de crise nas finanças em relação aos produtos produzidos na época, em especial o café. Sendo assim, houve um aumento considerável da produção e do desenvolvimento industrial, o que fortaleceu alguns grupos econômicos e uma nova burguesia urbano-industrial, além de provocar “uma reestruturação global do poder estatal, tanto na instância da sociedade política como da sociedade civil” (FREITAG, 2005, p.88). O país então foi assumindo uma política de industrialização e, conseqüentemente, esta mudança evidenciou uma reestruturação no seio da sociedade política e civil. De acordo com Freitag (2005), a classe hegemônica dos latifundiários cafeicultores, nessa época, foi forçada a dividir o poder com uma nova classe burguesa e ocorre aí uma nova reorganização dos aspectos repressivos do Estado, sendo que em 1937 é implantado o Estado Novo, no qual a sociedade política invade áreas da sociedade civil, controlando-as. O mesmo ocorre com as instituições de ensino.

Freitag (2005) destaca que em 1930 é criado pela primeira vez um Ministério de Educação e Saúde que, segundo ele:

[...] é ponto de partida para mudanças substanciais na educação, entre outras, a estruturação de uma universidade. De fato, só então são fundadas no Brasil, as primeiras universidades, pela fusão de uma série de instituições isoladas de ensino superior. Estabelece a nova Constituição de 1934 a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis. São regulamentadas (pela primeira vez) as formas de financiamento

da rede oficial de ensino em quotas fixas para a Federação, os Estados e Municípios, fixando-se ainda as competências dos respectivos níveis administrativos para os respectivos níveis de ensino. Implanta-se a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. (FREITAG, 2005, p.89 - 90).

Assim, a política educacional do Estado Novo teve como grande objetivo, de acordo com Freitag (2005), ter um controle maior e mais eficaz de manipulação das classes subalternas, pois estas, até então excluídas, teriam, a partir daquele momento, acesso ao sistema educacional. Neste sentido são criadas as escolas técnicas profissionalizantes e sua abertura deve-se aos diferentes trabalhos no ramo da indústria, que exige maior qualificação e treinamento nas atividades realizadas. Neste contexto, “o Estado, procurando ir ao encontro dos interesses e das necessidades das empresas privadas, se propõe a assumir o treinamento da força de trabalho de que elas necessitam” (FREITAG, 2005, p.92).

A década de 1930 foi um período de grandes mudanças na sociedade civil, o que trouxe reflexões e mudanças no âmbito da educação. Podemos afirmar que estas mudanças representaram um salto no que se refere às políticas educacionais no país, que começaram a ganhar destaque e a contribuir para a universalização da educação. Estes marcos foram e, ainda são, ações importantes que contribuíram para o amadurecimento da caminhada das políticas no campo educacional.

Neste sentido, pode-se destacar outro marco importante para a educação e que tem influência nas políticas educacionais que é o debate que ocorre nos fins da década de 1940, em relação a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 4.024. Projetos importantes desta lei são: a extinção da obrigação do ensino gratuito no nível primário, que pode a partir de então ser ministrado tanto pelo setor público quanto privado e também a possibilidade do Estado subsidiar, por meio de bolsas de estudo e empréstimos, o ensino em escolas particulares. Piana (2009, p. 65) afirma que, “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a ser compreendida como a medida mais importante assumida pelo Estado em relação à política educacional”.

Com estas mudanças, destaca-se o início da democratização no ensino, que, de acordo com Piana (2009), ocorreu de forma mais intensa após a Segunda Guerra Mundial e provocou novas reformas e reivindicações em prol de uma escola que fosse pública, universal e gratuita. Essas reivindicações culminaram na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que contribuiu, através de discussões, na conscientização do poder político sobre os problemas educacionais.

Mesmo com várias ações positivas que contribuíram para o sistema de ensino, a LDB de 1961 também causou prejuízos para a educação, “especialmente no que se refere à sua ampliação, pois fortaleceu o setor privado e limitou a expansão do ensino público” (SANTOS, 2011, p.4). Por sua vez, esta ação era excludente, pois favorecia as classes mais altas. Estas teriam condições de pagar por um ensino em escola particular, assegurando um ensino adequado, enquanto as classes com menor poder aquisitivo não teriam esta condição.

Tendo como base a Lei nº 4.024/61, foi elaborado, no ano de 1962, o primeiro Plano Nacional de Educação. Este plano, segundo Santos (2011, p. 4), “estabelecia objetivos e metas qualitativas e quantitativas para a educação em um período de oito anos”. Várias outras ações foram desenvolvidas com o início da ditadura militar a partir de 1964, entre elas:

[...] o Estado amplia o sistema de ensino, inclusive o superior. Criam-se agências de apoio à pesquisa e à pós-graduação. Amplia-se o ensino obrigatório de quatro para oito anos. São promulgadas várias leis que introduzem reformas importantes nos diferentes níveis de ensino. (PIANA, 2009, p. 66)

Todas as conquistas e mudanças que foram surgindo no decorrer da história foram sendo desenvolvidas, também, pelo esforço, pela luta e reflexões de diferentes educadores e pensadores sobre a democratização, de forma que a educação pudesse estar acessível a todas as classes, inclusive as menos favorecidas. Neste sentido, Santos (2011) destaca, que ainda no período da ditadura militar, em especial na década de 1980, houve um esforço de educadores em prol da democratização, em especial no ensino. Por isto, neste período, surgiram várias associações, entre elas, Santos (2011) destaca a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), dentre outras. Essas associações têm como ponto principal a luta pela democratização da sociedade que gerou importantes contribuições para a educação. De acordo com Santos (2011, p.6-7), essas associações lutavam fortemente pelas seguintes aspirações:

- a) Melhoria da qualidade na educação, incluindo-se neste âmbito: preocupações com a permanência do educando na escola e com a distorção idade-série; merenda escolar, transporte e material didático; redução do número de alunos nas salas de aula; melhoria nas instalações das escolas; formação adequada aos professores; revisão dos métodos; mudança no conteúdo dos livros didáticos.
- b) Valorização e qualificação dos profissionais da educação, plano de carreira nacional.
- c) Democratização da gestão: reivindicava-se a democratização dos órgãos públicos de administração educacional; descentralização administrativa e pedagógica; gestão participativa dos negócios educacionais; eleição direta e secreta para dirigentes de instituições de ensino; construção de comissões municipais e estaduais de educação

- autônomas e amplamente compostas para acompanhar a atuação política educativa; colegiados escolares eleitos pela comunidade escolar;
- d) Financiamento: defendia-se a ideia de que deveriam existir verbas públicas exclusivas para a educação;
- e) Ampliação da escolaridade obrigatória abrangendo creche, pré-escola, primeiro e segundo graus.

Com esses anseios, aos poucos começou-se a projetar uma política educacional mais de acordo com os pensamentos e anseios dos educadores e intelectuais das universidades, que foram, aos poucos, encontrando seu espaço junto às administrações municipais e estaduais, afirma Santos (2011).

As mudanças mencionadas até aqui, assim como a luta de intelectuais e educadores, ao longo dos anos, por um sistema de ensino e políticas educacionais não excludente, que favorecesse todas as classes e estivesse ao alcance de todos, foram construindo e configurando o sistema de ensino no Brasil. De todas as ações tem um destaque especial a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que teve ampla repercussão sobre o sistema escolar e o tem ainda nos tempos atuais. A partir de então:

[...] O governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios. O controle do sistema escolar passa a ser exercido por meio de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino. (PIANA, 2009, p. 67)

Além disso, essa lei configura a estrutura de ensino para o Brasil e, de acordo com ela, a Educação Básica passou a ser definida da seguinte forma: 1) Educação Infantil é constituída pela creche para crianças de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos; b) Ensino fundamental constituído por nove anos; c) Ensino médio constituído por três séries.

A estrutura educacional brasileira, analisada a partir das diferentes leis criadas ao longo da história, foi baseada e influenciada pelo contexto social e pela realidade administrativa e econômica de cada época. Da mesma forma, observa-se que as políticas sociais, assim como as políticas educacionais foram sendo construídas e ajustadas de acordo com o período histórico, modelos econômicos de cada época, crises nacionais e internacionais do sistema capitalista. Elas foram valorizadas em alguns períodos e em outros passaram para segundo plano. A democratização foi sendo estabelecida aos poucos, porém o que se observa na caminhada histórica é que, apesar das conquistas alcançadas, a educação nunca esteve totalmente acessível à classe menos favorecida economicamente e acabava sendo privilégio de classes com maior poder aquisitivo.

O que se espera de uma escola pública é que ela seja para todos e de qualidade, afirma Ferreira e Nogueira (2015), e para alcançar este objetivo são lançadas políticas públicas educacionais. Ao longo dos últimos quinze anos várias foram as políticas públicas criadas a fim de oportunizar o acesso a um ensino de qualidade. Dentre algumas políticas, podemos citar o Programa Universidade para Todos (PROUNI)², que foi lançado em 2004, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)³, que entrou em vigor no ano de 2007 e se estenderá até 2020, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007⁴ e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁵ também lançado em 2007.

De acordo com Ferreira e Santos (2015) o PDE é a política pública mais atual e tem como objetivo a melhoria da educação. Santos (2011) afirma que ele é o programa sob o qual se concentram os demais programas e ações do governo para a educação nos diversos níveis. Ele constitui-se de 52 ações que são divididos em quatro eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Alfabetização e Educação Continuada. Dentro desses eixos, as seguintes ações foram ora anexadas, ora criadas:

FUNDEB, Pro-infância, Ensino Fundamental de nove anos, Provinha Brasil, Programas de apoio ao Ensino Médio, Luz para todos, Educacenso, Prova Brasil, PDE-Escola, Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas, Olimpíadas Brasileiras da Língua Portuguesa escrevendo o futuro, Mais Educação, Caminho da Escola, PNATE, Pró-escola, PROINFO, Biblioteca na Escola, Saúde na escola, Olhar Brasil, Educação Especial, Brasil alfabetizado, PNLA, Proeja, Projovem campo, Brasil profissionalizado, IFET, E-TEC Brasil, Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, Piso Salarial do magistério, Sistema Nacional de Formação de Professores, Pipid, UAB, Pró-letramento, Pró-funcionário, Expansão do Ensino Superior, dentre outros. (SANTOS, 2011, p. 11).

² Programa do Ministério da Educação, foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005. Concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. (BRASIL, 2016?).

³ Programa que atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. É o substituto do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que vigorou de 1997 a 2006. É um compromisso da União com a educação básica, pois financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos. Seu objetivo principal é promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. (BRASIL, 2015?).

⁴ O programa busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. (BRASIL, 2014?).

⁵ É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. É considerado um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. (BRASIL, 2015?).

Outros exemplos de políticas públicas educacionais que podem ser citados são: o Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entre tantos outros.

A razão pelo desenvolvimento de tantas políticas públicas no campo educacional se dá pela busca do cumprimento dos artigos 208⁶ e 214⁷ da Constituição Federal. O artigo 208 remete à oferta do ensino nos diferentes níveis de ensino e das condições necessárias para que todos possam ter acesso à educação de qualidade e o artigo 214 estabelece o plano nacional de educação, para que todos possam usufruir da educação, erradicando o analfabetismo e promovendo o desenvolvimento humano, científico e tecnológico do país.

Procura-se garantir o direito à educação de qualidade a todos. Este direito tem sido defendido pela legislação brasileira, que foi reformulada ao longo do tempo, porém Piana (2009) questiona o fato de nem sempre os discursos ou o que é proposto se tornar realidade, pois “milhares de crianças, adolescentes e jovens, mesmo matriculados em uma escola, permanecem excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva” (PIANA, 2009, p.57).

A fim de que esta situação possa tomar um rumo diferente e que os direitos estabelecidos em lei possam ser alcançados, faz-se necessário que as políticas públicas atinjam seus objetivos satisfatoriamente. Porém, com tantas políticas públicas, em especial no campo educacional, é questionável que muitas pessoas ainda não tenham acesso à educação ou que a

⁶ **Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988).

⁷ **Art. 214.** A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988).

qualidade da educação ainda não tenha atingido seu ápice. São questionamentos dos quais não se tem uma resposta concreta e definitiva, porém é uma construção, uma caminhada, que através de discussões, lutas e conquistas está amadurecendo aos poucos.

Vem ao encontro destes questionamentos a afirmação de que enfrentamos o desafio de

[...]implantar políticas públicas que valorizem o papel da sociedade civil como ator indispensável do processo de desenvolvimento humano, e criem novos mecanismos de apoio financeiro, flexibilizem algumas regras burocráticas (fundos de pequenos projetos) e tenham postura transparente em relação a documentos, informações e prestações de contas. Além disso, a sociedade precisa aceitar os riscos de participar efetivamente dos espaços conquistados. (SOUZA, 2013, p. 43)

Para que as propostas desenvolvidas a nível político, no âmbito da educação, possam se tornar mais significativas, a participação da comunidade em geral faz-se necessária. Quando articulados os modelos emergentes de ações do Estado com a participação dos indivíduos os resultados são significativos, afirma Silva (2016). Por este motivo a execução de políticas públicas na educação implica na

[...] apropriação e uso de diversos espaços sociais como as políticas de saúde, assistência social, as ações de mobilização para participação na escola de empresas, famílias, integrantes da sociedade civil, ações socioeducativas envolvendo a comunidade, os espaços públicos, etc. (LIBÂNEO, 2016, p. 50 - 51)

Faz-se referência novamente à participação da sociedade no desenvolvimento das políticas públicas já mencionado no capítulo anterior. Essa parceria entre Estado, entidades escolares e população aumenta em grande proporção as chances das ações desenvolvidas serem fadadas ao sucesso.

Observando toda a história da educação, influenciada pelo poder administrativo, com suas oscilações de centralização e descentralização no campo educacional e das constantes mudanças sociais e econômicas, nota-se que ainda existem grandes passos a serem trilhados, em especial no que tange a igualdade de acesso à educação, que ainda apresenta marcas da exclusão social, econômica e cultural. Piana (2009) afirma que apesar dos acertos e erros ao longo da caminhada da educação, ainda é

possível pensar que uma educação diferenciada, participativa e de qualidade será construída com o compromisso ético, com a paixão em socializar conhecimentos, a criatividade e a dinamicidade na construção do conhecimento pelos educadores. (PIANA, 2009, p. 57-58).

Com certeza, cada momento histórico teve sua importância e deixou suas marcas nessa caminhada das políticas públicas no campo da educação. Apesar dos avanços em relação à participação da comunidade escolar, percebemos que este é um processo ainda não concluído e que carece de melhorias. É um caminho em construção, que se fortalece cada vez mais com o desenvolvimento participativo dos interessados na construção das políticas públicas, tema este que aprofundaremos no tópico a seguir.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS EM EDUCAÇÃO

O tema da gestão escolar e de políticas públicas educacionais tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores, afirma Dourado (2007). Eles tratam de temáticas com variadas perspectivas, concepções e cenários, abordam o conjunto de atores envolvidos no processo da gestão escolar, além da inclusão e uso da tecnologia nos ambientes escolares. Como este estudo aprofunda a política pública do Professor Online, que, voltada para o campo educacional, busca contribuir, utilizando-se de tecnologia, com os diferentes aspectos escolares e com o processo de gestão educacional, objetiva-se, neste capítulo, fazer uma abordagem teórica sobre políticas públicas educacionais, tratando delas como direito previsto em Lei a ser assegurado pelo Estado e apresentando ações realizadas neste sentido. Além disso, será feito um resgate histórico apresentando políticas públicas, que tinham como interesse proporcionar o uso da tecnologia no espaço escolar.

É importante ressaltar, em um primeiro momento, que a educação é um direito fundamental e de natureza social que está prevista na 6ª Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Por este motivo, é dever do Estado Brasileiro garantir o direito à educação de qualidade e de organizar todo o sistema escolar. Com o intuito de assegurar este direito e o direito constitucional da cidadania, também previsto em Lei, foram criados os conselhos federais, estaduais e municipais de educação. Estes, em suas atribuições e na busca de asseverar e organizar vários aspectos de direito da sociedade, entre eles os citados no âmbito da educação, desenvolvem políticas públicas.

De acordo com Brasolino e Campos (2018), a educação abrange não somente assuntos educativos, mas se encontra relacionada também às políticas públicas. Por este motivo, as ações e programas a serem desenvolvidos e direcionados à gestão educacional, precisam, necessariamente, contemplar aspectos das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, conforme afirma Dourado (2007).

É importante ressaltar que as ações e projetos relacionados à educação têm como base a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE). Neste sentido, Oliveira e Tonini (2014) destacam que as propostas de ações públicas e de gestão escolar são articuladas de forma hierárquica, na qual as propostas das escolas se baseiam nas propostas públicas de seus municípios e estados, que por sua vez se baseiam no PNE e são alinhadas com as propostas federais. Esta articulação tem por objetivo fazer com que as ações voltadas à educação estejam alinhadas e sejam desenvolvidas sob o mesmo viés. Neste sentido, é importante que a implantação e a articulação de políticas públicas no campo educacional levem em consideração os planos e propostas federais, em especial, o aspecto da educação como direito social, contemplando e permitindo que todos possam usufruir deste direito.

A fim de garantir o acesso à educação previsto na Lei e não estar dissociado da realidade tecnológica pela qual estamos passando, são desenvolvidas ações e propostas no campo da educação que propiciem acesso à meios tecnológicos e a inclusão de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICS) nas metodologias pedagógicas e didáticas utilizadas. Podemos observar, nos últimos anos, decorrente deste crescimento do advento da tecnologia, a preocupação nas instâncias, federal, estadual e municipal, com a criação e o desenvolvimento de políticas públicas que objetivam e venham a favorecer e dar suporte às ações de incorporação da tecnologia no ambiente escolar. (LIPINSKI, 2006)

Apesar de terem um destaque maior nos últimos anos, devido ao crescimento acelerado das tecnologias, as primeiras ações e propostas envolvendo as TIC's nos processos educacionais foram sendo observadas em 1981, com destaque especial ao I Seminário de Informática Educativa, que promovia o uso de tecnologias nas escolas. Moraes (1997) destaca que em 1981, no mês de dezembro, foi pensado o primeiro modelo para o funcionamento de um sistema de informática na educação brasileira. A ideia foi apresentada no documento Subsídios para a Implantação do Programa Nacional de Informática na Educação. O objetivo era melhorar a qualidade no processo de ensino e aprendizagem e, para isto, foram criados vários programas.

De acordo com Oberderfer e Petry (2017), a partir do ano de 1981 várias ferramentas tecnológicas passaram a ser implantadas, através de projetos, e foram sendo utilizadas pelo MEC. Os autores dão um destaque especial para o Projeto Computadores na Educação (EDUCOM), o Projeto de Formação de Professores para TIC (FORMAR), o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), o Projeto Um Computador por Aluno (UCA), o Projeto Banda Larga nas Escolas (PBLE) e o Programa Nacional um Computador por Aluno (PROUCA).

De acordo com Moraes (1997) o projeto EDUCOM foi aprovado em 1983 e objetivava criar centros-pilotos para desenvolver pesquisas, capacitação e coleta de subsídios para uma futura política setorial. Na época, vinte e seis instituições públicas de Ensino Superior se candidataram como centro-pilotos e, com interesse nas pesquisas do projeto, realizaram ações em parceria com escolas públicas, preferencialmente de 2º grau. Previa-se que o projeto tivesse estrutura própria, porém, foi descontinuado por problemas financeiros e deu origem ao programa PRONINFE. O EDUCOM deixou de ser financiado pelo MEC em 1990 e tem-se conhecimento de um último projeto realizado, ainda, no ano de 1993.

O projeto FORMAR, conforme Moraes (1997), foi operacionalizado a partir do lançamento, em 1987 e 1989, de dois cursos de pós-graduação *latu sensu* para formação dos educadores na área de informática. O projeto teve por objetivo capacitar e formar profissionais para atuar nos centros de informática educacionais nas esferas estaduais e federais, sendo que a última edição do FORMAR, da qual se tem conhecimento, foi realizada em 1993.

O PRONINFE foi efetivado em outubro de 1989 pelo MEC e funcionava através de centros de informática espalhados por todo o país e tinha, como ponto forte, a formação dos professores, através de projetos, atividades e pesquisas, para a utilização da informática como prática pedagógica, afirma Tavares (2002). Posteriormente o PRONINFE foi substituído pelo PROINFO.

Conforme Tavares (2002) não há informações claras e precisas sobre a extinção de qualquer um dos projetos apresentados (EDUCOM, FORMAR e PRONINFE), pois, ou eles foram sendo incorporados a outros projetos, ou acabaram cedendo lugar a outros projetos que apenas modificaram sua estrutura inicial.

O projeto UCA, conforme afirmam Echalar e Peixoto (2017), foi proposto em 2005 e criado em 2007. Ele tinha por objetivo distribuir laptops para uso individual de cada aluno do ensino público, como aliado na inclusão digital. De acordo com as autoras, no programa UCA foi realizado um projeto pré-piloto, chamado Fase 1, e foi implantado em cinco escolas-modelo do país. Ao longo de 2009 foram realizadas as avaliações do experimento nas cinco escolas e em 2010, foi concluído todo o processo de licitação para a compra de equipamentos e o nome do projeto UCA passou para Programa Um Computador por Aluno (PROUCA), o programa foi expandido para 300 escolas, passando para a Fase 2. O principal objetivo do programa era a melhora na qualidade da educação e inclusão digital, inserindo o aluno nos conhecimentos técnicos e de manutenção de equipamentos.

O PBLE foi lançado em 2008 pelo governo Federal e tem por objetivo fornecer infraestrutura de rede e suporte à internet às escolas públicas urbanas de nível fundamental e médio, que participassem dos programas E-Tec Brasil e instituições públicas de apoio à formação de professores (BRASIL, 2012). O projeto ainda está em vigor.

Dentre estas e outras iniciativas desenvolvidas, é importante citar a criação, em todo país e também no estado de Santa Catarina, dos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE), que caracterizam-se como uma “equipe interdisciplinar de professores e técnicos qualificados para oferecer formação contínua aos professores e assessorar escolas da rede pública no uso pedagógico e na área técnica, tanto hardware quanto software” (BRASIL, 2007, n.p). No documento para criação e implantação de NTEs, esses núcleos estão vinculados a uma secretaria estadual ou municipal de educação e, além de capacitar professores e técnicos sobre as TDICs, procuram prestar suporte pedagógico e técnico às escolas, realizam pesquisas e estudos sobre o uso de tecnologias na educação e os difundem, além de outras competências e atividades que realizam. Os NTEs favorecem a integração da tecnologia nos espaços escolares das escolas públicas. (BRASIL, 2007).

Em todo o Estado brasileiro os NTEs se caracterizam por serem uma ação conjunta do Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e do Ministério da Educação (MEC), sendo o PROINFO também uma política pública de inclusão digital. Sabe-se que o PROINFO, criado em 1997 através da Portaria nº 522/MEC, procura “promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio, sendo responsável pela doação e instalação de computadores nas escolas públicas de educação básica” (BRASIL, 2007, n.p). Atualmente o PROINFO conta com a assistência dos NTEs de todo o país para lhe auxiliar no desenvolvimento e efetivação das suas atividades nos ambientes escolares. Porém, entre as várias ações realizadas em todo o país para o uso de tecnologias em sala de aula, o PROINFO é o maior, procurando promover ações e projetos que auxiliem do uso das TICs no ambiente educacional, sendo uma política pública à nível federal.

Neste mesmo sentido, várias outras ações, programas ou políticas públicas são criadas nas diferentes esferas, municipal, estadual e federal, com o objetivo de oferecer qualidade de ensino aos educandos, melhorar e auxiliar processos de gestão escolar, entre outros. Nestas ações a tecnologia tem sido uma ferramenta útil, contribuindo nestes aspectos e proporcionando que diferentes processos possam ser realizados de forma mais ágil, eficaz e segura. Dentre as ações realizadas através do uso da tecnologia, destaca-se o sistema Professor Online, desenvolvido na esfera estadual e de uso exclusivo das escolas públicas estaduais de Educação

Básica do estado de Santa Catarina. O sistema, através de suas funcionalidades, objetiva melhorar processos no ambiente escolar, em especial na gestão educacional e será apresentado mais detalhadamente no capítulo 4.

3 A GESTÃO EDUCACIONAL

Como a presente pesquisa procura aprofundar concepções sobre gestão e apresentar as implicações do uso de uma política pública que objetiva auxiliar no processo de gestão educacional, é importante ter clareza sobre o assunto de gestão, seu conceito, características e objetivos, especialmente no ambiente educacional, que será o campo de estudo desta pesquisa. Torna-se fundamental analisar o termo gestão e gestão educacional em suas variadas interpretações, a partir da visão de vários estudiosos, aprofundando aspectos de como eles podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Compreende-se que seja relevante, em um primeiro momento, apresentar algumas definições sobre o que se entende por gestão, de modo geral, antes de entrar mais à fundo nos assuntos sobre gestão educacional. Neste sentido, tem-se observado que o termo gestão é tomado, muitas vezes, como sinônimo de administração e “tem sido utilizado, de forma equivocada, como se fosse uma simples substituição ao termo administração” (LÜCK, 1997, p.3). É importante compreender a distinção entre ambos, para que seja possível traçar um parâmetro de diferenciação entre eles e de que forma cada um pode ser utilizado no campo educacional, tanto em seu significado mais profundo como nas suas características específicas, por este motivo serão definidos os termos administração e gestão, utilizando-se de conceitos apresentados por diferentes autores.

O termo administração é definido por Carleto (2009, p. 49) como o ato de

[...] distribuir tarefas para as pessoas ou servir aos propósitos gerais de uma determinada organização. Em sentido lato, organização e administração representam processos de coordenação de atividades de várias pessoas.

Já na visão de Paro (2012, p. 25) administrar é a “utilização racional de recursos para a realização de determinados fins”, sendo necessário, segundo ele, saber que toda administração possui formas e características diferentes, de acordo com os objetivos que se pretende alcançar. O termo gestão é conceituado na visão de Libâneo (2001, p.78), como uma “atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização”. Já Lück (1997), afirma que o termo gestão, de maneira ampla, refere-se à participação de pessoas, de forma livre e esclarecida, na tomada de decisões relacionadas ao planejamento de seu trabalho.

Entende-se, a partir dos conceitos apresentados, que administrar é um esforço de diferentes ações, utilizadas de forma mais racional e técnica para alcançar determinados objetivos e que podem variar de acordo com este. Já a gestão é compreendida como sendo um

processo que não se limita somente à execução de determinadas ações, mas procura também incorporar vários elementos em um sentido mais amplo e mais profundo como os variados contextos onde ela ocorre e a gestão descentralizada, com a participação de vários envolvidos tanto no planejamento como no desenvolvimento das atividades.

Serpa e Petry (2018) também afirmam, que em sua maioria a gestão, especificamente a gestão escolar, na perspectiva das políticas públicas, acaba sendo reduzida apenas à solução de problemas, porém, ela também abrange outros aspectos como a organização, o planejamento e a democratização escolar.

Para Paro (2001, p. 95), no dia-a-dia a administração ou a gestão “costuma ser associada com chefia ou controle das ações de outros”, sendo confundida com o ato de mandar e/ou chefiar. Por este motivo, segundo o autor, pensando no contexto da gestão escolar, é necessário refutar o fato de reduzir a gestão a técnicas utilizadas na administração empresarial capitalista, o que tem sido uma grande tendência atualmente. Segundo esta ideologia, tendo presente o ambiente educacional, bastaria apenas a “introdução de técnicas sofisticadas de gerência próprias da empresa comercial, aliada a treinamentos intensivos dos diretores e demais servidores das escolas para se resolverem todos os problemas da educação escolar” (PARO, 2001, p. 95). Segundo o autor a utilização de diferentes meios de dominação, característicos da empresa capitalista, comprometeria de forma profunda os fins humanos que se busca na escola.

Toda esta reflexão acerca das características associadas, tanto ao termo quanto às ações de administrar e gerir tem contribuído para que o termo gestão esteja ganhando maior destaque no campo educacional e de acordo com Lück (1997), esta alteração vem acompanhada por uma mudança de paradigma, na qual tem havido a substituição do termo “administração educacional” pelo termo “gestão educacional”, que busca estabelecer “na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo” (LÜCK, 1997, p. 4).

Esta transformação advinda da mudança de paradigma apresentada por Lück é uma forma de alterar e melhorar no campo educacional, além das técnicas e maneiras de fazer gestão, também a amenização de características negativas e de dominação associados ao termo administração apresentado por Paro. Como afirma Lück (2006), não se trata de depreciar a administração, mas a partir da visão da realidade, utilizar-se de diferentes dimensões e dinâmicas para construir uma nova realidade.

Propõem-se, neste sentido, um novo conceito de gestão educacional, que está relacionada à uma mudança no âmbito da educação a partir da realidade, sendo uma das

características fortes desta mudança a contribuição participativa, envolvendo diferentes atores. Neste sentido, podemos apropriar-nos do conceito de gestão a partir da perspectiva de Lück (1997, p. 1) como sendo o “fortalecimento da democratização do processo pedagógico, pela participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação”.

Compreende-se que o ato de gerir ambientes educacionais, como o de tomada de decisões, desenvolvimento de propostas curriculares, políticas públicas, entre outros, necessitam basear-se sobre a democracia, constituindo-se de um trabalho conjunto a ser realizado com os envolvidos no processo de educação, desde a concepção de ações até o seu desenvolvimento efetivo.

Tendo como base as reflexões realizadas anteriormente sobre políticas públicas, sabemos que, apesar de ser um processo colaborativo, elas necessitam seguir um viés que esteja de acordo com a Lei estabelecida para assegurar o direito de educação e organizar os processos que o viabilizem. Deste modo é importante ter claro que o termo gestão educacional está associado a ideias globais da educação, em especial a dimensão política e social, com aspectos relacionados à transformação, participação, cidadania, entre outros (LÜCK, 1997).

Entende-se que a “[...] gestão educacional estabelece o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer do sistema de ensino das escolas” (LÜCK, 2006, p.25). A autora afirma que, comparando-se os aspectos da administração com os da gestão, existe uma grande diferença, principalmente no âmbito da gestão educacional, na qual

os sistemas educacionais e os estabelecimentos de ensino, como unidades sociais, são organismos vivos e dinâmicos, e como tal devem ser entendidos. [...] A gestão abrange, portanto, a dinâmica do seu trabalho, como prática social, que passa a ser o enfoque orientador da ação diretiva executada na organização de ensino. (LÜCK, 1997, p. 4).

Portanto, garantir o direito ao ensino, é um aspecto a ser considerado fortemente no processo de gestão educacional, conferindo, aos envolvidos no processo educacional, a garantia da vivência de seus direitos, amparados por políticas públicas que se comprometam, juntamente com os envolvidos na gestão escolar, com ações que objetivem uma educação de qualidade.

Diante disto, Tauchen (2013, p. 16) reforça que é responsabilidade da gestão escolar “coordenar e orientar todos os esforços, para que a escola, como um todo, produza os melhores resultados possíveis no sentido de atendimento às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem”, abrangendo um conjunto de ações que objetivem promover

A organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. (LÜCK, 2000, p. 8).

Cabe, portanto, à gestão escolar

A busca de alternativas em todas as frentes e poderes inter-relacionados, [...] objetivando a promoção de aprendizagens efetivas e significativas aos sujeitos escolares, contribuindo para o desenvolvimento de competências demandadas pela vida em sociedade. (TAUCHEN, 2013, p. 12).

Sabemos que a educação tem como objetivo promover e assegurar um ensino de qualidade, visando o aprendizado dos alunos. A gestão escolar, através das responsabilidades que lhe competem, procura proporcionar as condições necessárias para que a aprendizagem seja possível. Observa-se, portanto, que a forma de fazer gestão está diretamente relacionada aos vários aspectos do processo de ensino e aprendizagem que se pretende promover.

Neste sentido, Tauchen (2013) esclarece que, diante do desafio da aprendizagem efetiva e significativa, da qual a gestão escolar auxilia, através da oferta e promoção das condições, para que ela aconteça, vem ganhando importância os estudos e análises acerca dos profissionais responsáveis pela gestão e a forma como ela é realizada no ambiente escolar, além da abertura para novas compreensões e implicações no âmbito da gestão e da investigação de novos processos, objetivando propor novas alternativas nessa área.

De acordo Mars (2016), muitos estudos já realizados partem de uma concepção teórica de que a escola é um ambiente social e de que toda a sua estrutura e clima social interferem, não só na aprendizagem do aluno, mas também no autoconceito acadêmico e na autoconfiança. Conforme o autor, estudos sobre a influência da escola nos resultados de aprendizagem dos alunos é um processo que já se iniciou a muito tempo, mais especificamente em meados de 1970 em cidades da Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Os resultados obtidos através da análise e dos estudos realizados em diferentes escolas nesta época foram vários, entre eles destaca-se o fato do processo escolar se constituir de uma influência importante na aprendizagem, principalmente, as diferenças entre o estatuto organizacional nos diferentes ambientes de ensino. Neste sentido a organização e gestão escolar têm impacto nos resultados dos estudantes. (MARS, 2016).

A gestão escolar, portanto, tem uma grande responsabilidade no processo educacional dos alunos. Fazer uma boa gestão é fundamental. É necessário organizar da melhor forma possível as ações e as responsabilidades que a envolvem, definindo os atores responsáveis por cada processo.

Oliveira e Tonini (2014) afirmam, que é de suma importância que para cada etapa de desenvolvimento de ações e projetos para o ambiente escolar, tenha-se definido o(s) responsável(is) por cada etapa, sendo necessário que estes trabalhem em conjunto e tenham os objetivos comuns. Neste processo, a importância do gestor escolar é fundamental e conforme Dourado (2007), os gestores escolares tem papel primordial neste processo da política e gestão escolar.

A atribuição de responsáveis para cada tarefa e a própria integração dos membros da comunidade escolar nas atividades inerentes à gestão da escola, favorecem a democratização e participação neste processo. Neste sentido, Paro (2016) faz uma reflexão pertinente em relação ao exercício e à atribuição do papel dos gestores nas escolas, relacionado à gestão democrática e participativa, em especial, a questão da autonomia administrativa e pedagógica das instituições de ensino. Para o autor, um obstáculo encontrado atualmente, em relação à vivência da autonomia nas escolas e que necessita ser reconsiderado, afim de vislumbrar e vivenciar uma gestão mais democrática, é reavaliar o papel e a função dos diretores nas escolas. Paro (2016, p. 16) afirma que esta função é “astutamente deixada pelo Estado, que confere um caráter autoritário ao diretor, na medida em que estabelece uma hierarquia na qual ele deve ser o chefe de quem emanam todas as ordens na instituição escolar”, desfavorecendo, desta forma, a participação dos demais membros.

A solução seria exatamente a redistribuição dos responsáveis por cada etapa, não sendo o gestor encarregado por diversas funções e pela tomada das decisões, como já destacado. De acordo com Paro (2016), esta ação não estaria caracterizando a perda de poder, mas, seria uma forma de dividir as responsabilidades e a escola seria a grande ganhadora a partir desta descentralização, pois seria a forma de conseguir com seus membros participem da gestão de forma democrática.

Estas colocações remetem a uma reorganização da escola, partindo do papel do diretor, que começa a deixar de ser o centro do poder e passa a dividir, com os demais membros da comunidade escolar, suas atribuições e a tomada de decisões. Desta forma, mais pessoas se comprometeriam com as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, se sentiriam comprometidas e procurariam zelar pela educação de qualidade e, conseqüentemente, lutariam

juntas para que as políticas públicas educacionais apresentassem resultados mais significativos. Desta forma, automaticamente, a escola iria se dotando de maior poder, maior autonomia e juntos poderiam encontrar melhores soluções e lutar pelo bem da educação.

Porém, é fundamental e não podemos esquecer, mesmo que a escola ainda não usufrua desta autonomia e gestão democrática, que o aluno seja o centro das atenções e seja prioridade na busca dos direitos e nas decisões dos gestores e da comunidade escolar. Tendo consciência disto, as decisões no âmbito da gestão, serão pautadas neste sentido, seja relacionado aos aspectos pedagógicos, de infraestrutura, entre outros.

Oliveira e Tonini (2014) afirmam que é necessário que o gestor escolar, sendo um dos articuladores para que estas ações se concretizem, procure desenvolver propostas que estejam de acordo com planos de instâncias superiores e envolva seus membros para somar esforços, objetivando alcançar as metas definidas, tendo o aluno como foco principal.

Podemos constatar que o aluno e o objetivo de que ele consiga atingir os objetivos de aprendizagem é o ponto principal que precisa nortear o sistema de ensino e este objetivo é sustentado com o auxílio de políticas públicas e da comunidade acadêmica. Sendo assim

Todo o planejamento da educação só tem razão de ser se se pensar o aluno como resultado final. Fazemos educação para e pelo aluno. Somos agentes transformadores de uma sociedade e os alunos estão desenvolvendo essa capacidade de transformar a comunidade onde vive. (OLIVEIRA, TONINI, 2014, p. 214).

Dourado (2007) entende a educação como uma prática social, construída a partir de relações sociais mais amplas. O autor caracteriza a educação como um processo produzido pelo homem ao longo da história e a escola como espaço de produção e ampliação do saber a ser amparada por políticas públicas e por uma gestão responsável que trabalha para que os objetivos desta formação sejam concretizados. Desta forma pode-se afirmar que

A gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. [...] Isto tem impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas. (DOURADO, 2007, p.424).

Além dos aspectos educativos, culturais e sociais, a educação contempla também os aspectos legais e políticos e neste sentido, é importante salientar que o sistema escolar brasileiro é atualmente regido pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, na qual são estabelecidas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta lei é dada uma atenção especial aos processos formativos desenvolvidos nas instâncias da vida social e à educação escolar que precisa estar vinculada ao mundo do trabalho e a prática social. (BRASIL, 1996). A gestão escolar neste processo político e legal, precisa garantir e orientar as ações para os objetivos educacionais propostos e, neste aspecto, ser participativa e colaborativa.

A organização federativa garante que cada sistema de ensino é competente e livre para construir uma gestão democrática e participativa com a respectiva comunidade escolar, como também é responsável por cumprir de forma ética e responsável os programas criados pelo governo que visam, sobretudo, fortalecer a educação pública brasileira e garantir o acesso e permanência dos alunos nas escolas, especificamente, em relação à educação básica. (BRASOLINO; CAMPOS, 2018, p.4).

É indispensável o compromisso de todos na participação e no envolvimento responsável na tomada de decisões relacionadas ao sistema educacional, comprometendo-se, de maneira coletiva, com resultados efetivos.

Serpa e Petry (2018) destacam que, para o desenvolvimento das ações e funções da gestão escolar, é necessário oferecer as condições e meios necessários para prover os recursos e métodos necessários para o trabalho em sala de aula e para promover, por meio da participação, o envolvimento das pessoas no processo de aprendizagem dos alunos. Para estes fins, podem ser envolvidos tanto aspectos gerenciais quanto técnico-administrativos.

Portanto, o planejamento educacional, de acordo com Oliveira e Tonini (2014), não se limita apenas a um projeto ou um conjunto de projetos realizados em determinada região, mas é um processo global que envolve desde a definição da educação até o desenvolvimento e aplicação de ações. É de suma importância que as ações desenvolvidas no campo da educação sejam planejadas de forma integrada e coordenada, em todos os níveis e etapas, contando com a cooperação dos envolvidos e estabelecendo uma hierarquia entre os órgãos federais, estaduais e municipais. Neste sentido,

Pensando nesse alinhamento de ações, percebe-se que desde a sala de aula, passando pela gestão escolar e estreitando o relacionamento com as instâncias superiores, o planejamento da educação só se faz concreto se houver integração das equipes. (OLIVEIRA, TONINI, 2014, p. 214)

Podemos afirmar que, planejar a educação, compreender e gerir o sistema educacional, além de outras ações que objetivam uma educação melhor, são construções a serem realizadas a partir do esforço dos diferentes atores responsáveis pela educação, que se estende desde a contribuição do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, nas entidades escolares e perpassa pela sociedade, caracterizando a gestão democrática e colaborativa, apresentada a seguir.

3.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E COLABORATIVA

Devido as diferentes formas de trabalho colaborativo que têm crescido nos últimos anos e tem sido vivenciadas em diferentes ambientes, inclusive no ambiente educacional, são exigidas novas maneiras de educar e de (re)significar a atividade profissional no ambiente de ensino, afirma Bernardi (2011), podendo, inclusive, esta mudança ocorrer de forma colaborativa. Nestas mudanças podemos incluir a necessidade de encontrar novas formas de vivenciar e desenvolver a gestão no espaço escolar.

Como visto anteriormente, a gestão educacional ocorre a partir do comprometimento de diferentes atores com o processo de educação ofertado às pessoas nos diferentes os níveis. É envolver-se nos processos educativos necessários para que os objetivos da educação sejam alcançados, é pensar em novas propostas que favoreçam uma melhor gestão dos diferentes recursos educacionais, oportunidade de acesso ao ensino à todas as pessoas, melhoria dos processos educacionais, entre outros.

Abordar a gestão no campo da educação é entrar no tema da gestão democrática escolar. A gestão na educação constitui-se como processo de participação e colaboração entre diferentes atores, por este motivo é relevante trazer aspectos que aprofundem a gestão colaborativa e democrática. Torna-se importante destacar aspectos da democratização e participação na gestão educacional pois, tratando-se de uma política pública, a plataforma do Professor Online traz aspectos de construção colaborativa e procura contemplar diferentes atores do processo educacional, sendo esta relação justificada ao longo deste trabalho.

Conforme Tauchen (2013, p. 7), todo o processo educativo é “desenvolvido na escola, ao lado da família, do Estado e da sociedade” e é neste ambiente que se busca trabalhar a democracia através da colaboração e participação ativa dos membros nos processos relacionados à educação.

Esta participação colaborativa é destacada no art. 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, n.p). Podemos destacar que a participação na educação não é apenas um ato, um sistema político ou o exercício de um direito, mas que ela tem objetivos claros, em especial, de promoção do ser humano através da educação, que é direito de todos e é estabelecido por lei.

Neste sentido, a vivência dos princípios da participação e da descentralização torna-se característica fundamental de uma gestão democrática, afirma Tauchen (2013), sejam eles nos aspectos jurídicos, financeiros, pedagógicos ou administrativos.

Em especial no eixo das políticas públicas educacionais, a gestão democrática e colaborativa vem ganhando maior destaque a partir de discussões realizadas em 1980, período em que o Brasil saía de um regime ditatorial. Souza (2010) destaca que esta “abertura política”, nos anos 1980, teria possibilitado a participação de vários setores na formulação de propostas para diferentes áreas da sociedade, entre elas, a educação.

Como visto anteriormente no contexto histórico das políticas educacionais, na década de 1980 se observa um processo de democratização do ensino e de ampliação das oportunidades educacionais que contribuíram para o desenvolvimento de políticas públicas que contemplavam a gestão democrática. Desta forma, o tema da gestão democrática, assim como sua implementação, foi norteado por várias políticas públicas, sendo discutido na Constituição de 1988, na LDB 9394/96 e o PNE de 2014. Porém, seu reconhecimento legal deu-se a partir da Constituição Federal de 1988, primeiro momento em que a gestão democrática ganhou espaço, sendo esta uma conquista advinda de lutas históricas.

O artigo 206 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece que o ensino deverá ser ministrado sobre alguns princípios e entre eles está a gestão democrática do ensino público: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. (BRASIL, 1988, art. 206).

Esta gestão democrática é reafirmada na década de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), na qual é destacada a gestão democrática e a autonomia das escolas. Cabe então aos sistemas de ensino definir as normas de gestão democrática, conforme alguns princípios destacados na LDB 9394/96, nos artigos 3, 14 e 56:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. (BRASIL, 1996, n.p).

A gestão democrática é abordada também no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014:

Art. 2º São diretrizes do PNE: VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (BRASIL, 2014, n.p)

Amparada e presente na lei, a gestão democrática passa a ser princípio da educação nacional, deve ser presença obrigatória no ensino público e é a forma dialógica e participativa com que a comunidade educacional recebe e tem seu direito de contribuir e participar dos processos e da caminhada educacional.

Dentre as políticas públicas realizadas em prol da gestão democrática pode-se destacar o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), que é um programa de apoio à gestão escolar, baseado no planejamento participativo e destinado à auxiliar as escolas públicas na melhora da sua gestão. Visando apoiar a execução de todo ou de parte de seu planejamento, o MEC é responsável por repassar recursos financeiros ao programa. (BRASIL, [2014?]).

A participação da comunidade escolar, incluindo educadores, famílias, alunos, funcionários da escola e comunidade em geral tem-se observado, também, na elaboração da proposta pedagógica da escola e na participação do Conselho Escolar, sendo este segundo destacado por Piana (2009) como um momento privilegiado para vivenciar o processo participativo. Segundo o autor, o Conselho Escolar é um dos mecanismos de democratização da gestão mais importantes da escola e quanto maior a participação de toda a comunidade escolar, maior é o fortalecimento dos mecanismos de participação e de decisão coletivos.

Lima (2013) e Nievola (2011) entendem o processo de gestão democrática como uma construção coletiva, sendo ela pautada nas lutas conjuntas e em uma sociedade organizada. Os autores enfatizam que a democracia também se faz presente na escola através da participação na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), no fortalecimento da participação

estudantil através dos grêmios estudantis, na eleição de diretores, dos Conselhos Escolares e das Associações de Pais e Mestres, na participação da avaliação institucional da escola, entre outros.

Sendo a escola um ambiente educativo, como tal é um espaço ideal para que seja trabalhada a democracia, possibilitando que os membros da comunidade escolar possam contribuir para a qualidade da gestão e, conseqüentemente para a melhora da qualidade no ensino. Isso inclui pensar as ações da escola, os rumos que ela precisa tomar, assim como avaliar se os objetivos das propostas pensadas estão sendo atingidas.

A escola é o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. Isso significa que compete à escola o papel de contribuir para a disseminação do saber historicamente acumulado e também a produção de novos saberes. Nesse sentido, a participação dos diversos atores é um aspecto relevante para a efetivação da democratização da escola e da gestão. (PIANA, 2009, p. 76).

Assim, a escola é lugar de formação, portanto, espaço ideal para proporcionar, trabalhar e vivenciar a democracia. É importante que os membros da sociedade exerçam este direito, de forma livre e consciente. De acordo com Paro (2001, p. 97), “se os fins humanos (sociais) da educação se relacionam com a liberdade”, é necessário promover condições para que os envolvidos com o processo escolar possam participar democraticamente das decisões que definem o seu destino e a sua administração. O autor afirma ainda, que “a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se, inicialmente, como um instrumento a que a população deve ter acesso para exercer seu direito de cidadania” (PARO, 2001, p. 97), permitindo, desta forma, uma democracia social, promovendo a participação coletiva, não apenas dos membros internos do espaço escolar, mas da comunidade em geral.

Dourado (2007, p. 295) também defende a ideia de que todos os membros da sociedade se envolvam no processo de gestão e organização e, segundo ele, é necessário “buscar a participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais”.

Nesse sentido, é necessário compreender que, como a gestão escolar é uma participação conjunta de diferentes membros, ela pode ter suas especificidades e características próprias, sendo desenvolvida de forma diferenciada e com características específicas em cada instituição de ensino. Esses aspectos influenciam na forma como a gestão acontece e Libâneo (2001) apresenta três concepções e formas diferentes de organização e gestão escolar: a técnico-científica (ou funcionalista), a autogestionária e a democrático-participativa:

- 1) Técnico-científica: possui princípios da administração empresarial (sistema de normas, regras, procedimentos burocráticos de controle das atividades), baseia-se na hierarquia de cargos e funções (poder centralizado no diretor), na racionalização do trabalho e na eficiência dos serviços escolares. Possui uma comunicação linear, de cima para baixo, baseada em normas e regras e com ênfase maior nas tarefas do que nas pessoas.
- 2) Autogestionária: baseia-se nos princípios de responsabilidade coletiva, prioriza a participação direta e por igual de seus membros. O poder não é centralizado e não há sistemas de controle e formas de autoritarismo. As decisões são realizadas de forma coletiva e a organização é feita por eleições.
- 3) Democrática-participativa: baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela. As decisões são tomadas de forma coletiva e discutidas publicamente, cada um em sua função. A gestão é participativa e todos precisam envolver-se em todas as etapas, desde o acompanhamento, tomada de decisões e avaliação. (LIBÂNEO, 2001)

No modelo democrático-participativo a escola não é uma organização livre de pessoas, mas pelo contrário, ela depende muito das experiências de cada uma e de suas interações sociais. Desse modo, ela é uma construção participativa envolvendo os membros que dela fazem parte, afirma Libâneo (2001). Segundo Lima (2013) o modelo democrático-participativo é necessário para a construção e vivência da gestão democrática no ambiente escolar. Neste modelo precisa haver o compromisso político dos gestores e de cada membro da organização, o que significa condensar cinco elementos importantes para a implementação da gestão democrática:

[...], gostar de participar, querer participar, ter conhecimento do objeto de participação, se reconhecer neste objeto e ter o poder de participação nas tomadas de decisão.[...] Esses quesitos estão articulados, afinal, se o sujeito gosta, mas não quer, ou se quer, mas não pode, devido aos seus horários serem incompatíveis com os horários de atividades da escola; se ele gosta, quer e vai participar, mas não tem conhecimento do que é discutido; e, finalmente, se ele gosta, quer, conhece, mas não decide, não se completando o ciclo da participação. Percebemos que esses quesitos são organicamente articulados e indissociáveis. (LIMA, 2013, p. 31)

A partir das colocações dos autores, observa-se que é necessária a participação dos membros do ambiente escolar para que seja efetivada a gestão democrática. E esta, de certa forma, possui suas particularidades em cada ambiente, tendo em vista que cada membro

contribui a partir da sua vivência e da sua história. Apenas oferecer ou mesmo permitir essa construção colaborativa não significa que todos possam, gostem ou queiram participar.

Ferreira e Nogueira (2015, p.8) levantam outro ponto importante em relação ao comprometimento com a gestão democrática. Segundo os autores: “as pessoas tendem a se comprometer com o que lhes pertence, o que lhes diz respeito”. Quando se tem um plano elaborado com a efetiva participação de toda a comunidade, “a possibilidade de ele não se tornar um plano fictício ou dissociado da realidade local é muito menor” (FERREIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 8). Consequentemente, o “sentir-se pertencente” é um fator muito importante para que aconteça o comprometimento com o processo de gestão. Por trazer e conter especificidades de cada indivíduo ela pode ser influenciada por contextos históricos, ideias, visões políticas, entre outros fatores. Por este motivo a gestão democrática pode ser compreendida por dois aspectos: por um lado é uma construção social que envolve professores, alunos, pais e membros externos à comunidade escolar e por outro é um processo involuntário e limitado, pois existem forças externas e internas atuando e influenciando as ações de seus membros, afirma Libâneo (2001). Contudo, a gestão democrática-participativa

[...] valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso. (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Nesse sentido, a participação da comunidade é o ponto principal sobre o qual se constrói a gestão democrática. Porém, Souza (2010) e Oliveira (2015), enfatizam que este tem sido um grande desafio na educação, mesmo ela sendo garantida constitucionalmente. Isso ocorre devido a tradição política de um governo autoritário e da centralização das decisões que, no ambiente educacional, se justifica pelo exercício da gestão escolar como prática exercida apenas pelo diretor da escola e que perdurou por longos períodos históricos, enfatiza Oliveira (2015).

Sendo assim, o fato dela estar explicitada em forma de Lei não significa que a concretização desta democratização na gestão ocorra. Ela não se realiza apenas através de discursos, é preciso ação. Portanto, a participação nos diferentes conselhos, projetos e órgãos escolares já mencionados anteriormente, é uma oportunidade para a discussão e ação coletiva dos assuntos relacionados a educação.

Neste sentido, Serpa e Petry (2018), afirmam que a participação dos membros possui caracteres distintos: o primeiro está relacionado à uma forma de conquista interna no que se refere a autonomia da escola e seus atores, assim como de elementos pedagógicos, curriculares

e de organização; já a segunda é de caráter externo, no qual os membros compartilham do seu direito de tomar decisões. De acordo com os autores:

É através dessa participação que se proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas da escola, de sua organização, dinâmica utilizada, relações com a comunidade, e uma maior aproximação entre professores, alunos e pais. (SERPA e PETRY, 2018, p.48).

A construção da gestão democrática, como participação, baseada em relações de cooperação, considera a diferença e as contradições dos membros que constituem a comunidade escolar. Para isto, segundo Nievola (2011, p. 23), “é preciso exercitar o diálogo e o respeito às diferenças, com objetivo de garantir a liberdade de expressão, a convivência democrática e a construção de projetos coletivos”. Essa postura e atitude é necessária e, ao mesmo tempo, é o caminho para a efetivação da gestão democrática. É necessário chegar a um consenso, mesmo que seus membros discordem.

O processo de tomada de decisão na gestão colaborativa ocorre, de acordo com Serpa e Petry (2018), de forma coletiva, propiciando e oportunizando a discussão e a deliberação, na qual uns possam colaborar com os outros, objetivando o enriquecimento coletivo, sendo esta também uma característica da gestão democrática e colaborativa.

Além disso, outro aspecto que pode contribuir para o processo de gestão, destacado por Carleto (2009), é a organização e a análise de diferentes informações, que podem ser úteis para auxiliar na tomada de decisões:

[...] é fundamental que a organização mantenha uma relação dinâmica com o ambiente externo (abordagem sistêmica da administração – sistema aberto), exigindo com isso instrumentos de coleta, armazenamento e processamento de informações, nos quais permitam analisar e tomar decisões para adequar-se as novas tendências do mundo contemporâneo. (ALONSO, 2003 apud CARLETO, 2009, p. 47)

Neste sentido, além de esforços pessoais e coletivos no processo de gestão, da influência de fatores internos e externos, o auxílio de métodos modernos e tecnológicos, tendo em vista que tecnologia é o aperfeiçoamento de uma determinada realidade, podem ser meios para facilitar e auxiliar este processo de organização e gestão. Além disso, Souza (2010) afirma que a gestão democrática ultrapassa os limites do espaço físico da escola, atingindo níveis de políticas educacionais, pois necessita-se que sejam analisados o contexto político e os impactos a serem causados por qualquer ação, o que demonstra a complexidade da organização escolar

cotidiana. Já Libâneo (2001), destaca que a política educacional precisa atender a objetivos sociais e políticos muito claros, relacionados, principalmente, à escolarização da população.

Este comprometimento com a educação gratuita e de qualidade, que possibilite o acesso a todos, constrói-se a partir da participação efetiva da sociedade, através da gestão democrática, avaliado constantemente se o objetivo desta democratização se efetiva. Neste sentido, Souza (2010) destaca que reflexões sobre o Estado e as políticas educacionais são fundamentais para realizar este exame crítico do campo educativo, sendo a gestão democrática não apenas uma prática educativa, mas que abrange também a dimensão social.

Formação e amadurecimento, portanto, são processos requeridos em um caminho de (des)construção de um contexto histórico na gestão democrática, no qual o autoritarismo e a centralização das decisões são predominantes. Neste sentido, tornar a escola um ambiente democrático requer mudanças na forma de gerir as instituições, na conscientização dos pais, funcionários, alunos e comunidade em geral, de que é responsabilidade deles, além de um direito, participar de todo o processo de desenvolvimento de ações em prol de uma educação de qualidade.

Sentir-se partícipe no processo de tomada de decisão requer capacitação e mobilização, afirmam Ferreira e Nogueira (2015). Estas ações contribuem para uma política pública produtiva e com resultados positivos, pois, a partir do momento em que seus membros tomam consciência do seu direito e da importância deste, juntamente com o conhecimento dos aspectos sociais e políticos, é possível que sejam mobilizadas ações necessárias para o desenvolvimento de uma política pública bem-sucedida, que atenda aos objetivos para a qual foi pensada e estruturada.

Lima (2013) considera que a democracia deveria ser um projeto de vida de todos, não apenas algo a ser vivenciado por alguns. Ele afirma que a gestão democrática é uma construção da classe trabalhadora e é baseada sobre mecanismos de transformação. A gestão democrática da educação requer

[...]mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que na atualidade é vivenciado. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, comumente desenvolvidos pelas organizações burocráticas. (BORDIGNON; GRACINDO, 2000, p.148).

Romper com o estilo de administração empresarial e com a forma burocrática vivenciada atualmente em determinadas organizações é um caminho a ser percorrido a passos

lentos. Sua construção, afirmam Coutinho e Lagares (2017), é progressiva e coletiva, aproximando-nos cada vez mais daquilo que nos leva ao objetivo de justiça e igualdade social.

Como processo a ser construído aos poucos, é possível observar, nos ambientes institucionais, seu amadurecimento na vivência de um espaço democrático e participativo. Nesse sentido, Oliveira (2015) afirma que ao observar uma instituição escolar, considerando seus hábitos, sua organização e sua linguagem, é possível identificar uma gestão democrática ou autoritária. O ambiente que é democrático pode ser identificado a partir de algumas características tais como:

[...] o modo como organizam o espaço disposto ao exercício da atividade pedagógica em que se preconizam a presença do diálogo, a valorização da participação da comunidade escolar nos processos de decisão, a proximidade entre as pessoas – independente do cargo que elas ocupam –, a autonomia didático-pedagógica, menor preocupação referente ao alcance das metas educacionais estabelecidas pelo poder central que, conseqüentemente, resulta em maior atenção às reais necessidades dos alunos e, por fim, a possibilidade de provimento do cargo do diretor de escola por meio de processo eleitoral. (OLIVEIRA, 2015, p.43 - 44).

Ao contrário, escolas com gestão autoritária apresentam hábitos parecidos com o da administração tradicional e empresarial, com pouca ou nenhuma participação da comunidade escolar, tendo como foco principal o alcance de índices. Esse é um paradigma a ser quebrado, porém, o termo gestão, como visto anteriormente, tem tido uma nova interpretação e tem-se buscado, nos ambientes escolares, vivenciá-lo de forma a elaborar, em conjunto, ações que priorizem e tenham como foco principal a melhora no processo de ensino e de aprendizagem. Porém, como afirmam Serpa e Petry (2018) apenas o princípio participativo não é a única ação necessária para garantir a qualidade no ensino, ele é apenas um dos elementos necessários para que os objetivos da educação sejam alcançados.

Por fim, podemos afirmar que a gestão democrática se constitui a partir de decisões coletivas, com ampla participação dos membros que compõem a comunidade escolar, sendo esta uma conquista alcançada ao longo dos anos. Não é uma participação fácil ou “automática”, ela exige esforço, tempo, dedicação, querer fazer e participar. Estas características mostram o desejo de crescimento dos indivíduos como cidadãos, almejando uma sociedade democrática. Neste sentido, a colaboração na gestão escolar, na qual todos trabalhem em prol do ensino e da aprendizagem efetiva, tendo o aluno como ponto principal, é também um processo que pode ser melhorado com o auxílio de diferentes métodos e ferramentas. Neste sentido a tecnologia pode contribuir e tornar-se uma aliada nesta construção a partir do uso de TICs, como será apresentado no próximo capítulo.

4 AS TIC NO PROCESSO EDUCACIONAL

As ferramentas tecnológicas de informação e comunicação (TIC) passaram a ser grandes aliadas no desenvolvimento das mais variadas atividades cotidianas e nas mais diversas áreas. Elas auxiliam para a agilidade dos processos, para encurtar caminhos, facilitar atividades rotineiras, auxiliar na tomada de decisões, na aplicação e construção do conhecimento, entre tantas outras características.

Neste sentido, utilizar-se de ferramentas tecnológicas para as mais diversas atividades tem se tornado uma prática comum, por este motivo, tendo presente que será feita a análise sobre uma ferramenta tecnológica, que se constitui como política pública, que é o Professor Online, é importante que sejam apresentados e fundamentados vários aspectos relacionados ao uso de tecnologias, em especial os da informação e comunicação (TIC) no ambiente educacional.

Portanto, em um primeiro momento é relevante definir o que é a tecnologia. Lévy (1999) a define como produto de uma sociedade e de uma cultura, não sendo, desta forma, uma entidade autônoma, separada destas. Ela é um produto criado pela humanidade, a partir da sua capacidade de inventar, produzir, utilizar e interpretar diferentes técnicas. É, portanto, uma construção coletiva, fruto da participação e contribuição de todos.

Este momento em que vivemos atualmente, em termos de tecnologia, é definido, de acordo com Lipinski (2016), como cibercultura, pois a tecnologia e as ferramentas desenvolvidas a partir dela, se fazem presentes nos vários aspectos de nossa vida. Lévy (1999) também utiliza o termo cibercultura e o define juntamente com o termo ciberespaço onde

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo significa não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este espaço. O termo cibercultura é definido como o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17).

Lipinski (2016, p. 14) afirma que a cibercultura permite a interação e a troca de informações com pessoas de todo mundo, oportunizando, especialmente, a “possibilidade da produção e construção do conhecimento de forma coletiva, permitindo que todos possam ler e

escrever livremente em rede”. Scheffer (2017, p. 36) também afirma que as tecnologias “na interligação em redes de comunicação e de informação proporcionam maior aproximação entre as pessoas, escolas e demais segmentos da sociedade”. Lévy (1999, p. 29) contribui afirmando que o ciberespaço é um “dispositivo de comunicação interativo e comunitário”, sendo construído a partir da inteligência coletiva, porém, ele não determina automaticamente essa construção, apenas fornece um ambiente propício para seu desenvolvimento.

Podemos afirmar que o ciberespaço é uma construção colaborativa. Isso se justifica pela quantidade enorme de informações disponíveis hoje na internet, produzida por diferentes pessoas e todos nós fazemos parte e auxiliamos para esta produção de informações. A partir do momento que navegamos, de um “click” que damos, estamos contribuindo para o crescimento das informações disponíveis na internet. Navegar, interagir com outras pessoas, trocar conhecimentos e informações, entre outros, são ações que favorecem essa construção coletiva.

A cada dia novos dados são gerados, informações construídas e novos conhecimentos desenvolvidos. Neste sentido, Lipinski (2016) afirma que não podemos mais afirmar que o conhecimento está estagnado e inacessível, mas sim se constrói ao longo de toda vida e hoje está acessível a qualquer momento a partir de um único “click”.

Ao mesmo tempo em que se possui a disposição grande quantidade de informações que podem ser acessadas a qualquer momento, se utilizando de meios tecnológicos, Lipinski (2016) alerta para problemas que podem ser causados em decorrência de seu uso, como a formação de informações inconsistentes e o uso incorreto destas. Lévy (1999) também afirma que nem tudo que se encontra nas redes digitais é “bom”. Sendo assim

Diante desta realidade, a escola tem um papel importantíssimo na cibercultura, pois deve promover o acesso de todos a estes conhecimentos de forma saudável tendo como objetivo, o enriquecimento do processo educativo. [...] A escola deve estar atenta e estimular estes alunos a utilizá-las de forma mais crítica, de maneira que favoreça a construção de conhecimento e a criação de competências e habilidades para viver e conviver em sociedade. (LIPINSKI, 2016, p. 14).

Portanto, mesmo que a tecnologia esteja incorporada no dia-a-dia das pessoas, que essas informações e conhecimento gerado estejam facilmente disponíveis para serem acessadas a qualquer momento, o uso consciente delas é de suma importância pois, ao invés de contribuir para o crescimento humano, social e científico, elas podem prejudicar esse desenvolvimento. Portanto, é necessário que toda essa facilidade de acesso às informações seja realizada de forma

consciente, avaliando se ela contribuirá positivamente para o crescimento nas mais diferentes áreas, tanto humanas quanto científicas, sendo a escola um aliado para esta orientação para a visão crítica.

Lévy (1999) destaca a importância de compreender a rede digital e reconhecer as mudanças qualitativas que ela proporciona e o caminho oferecido para melhorar positivamente aspectos da vida social e cultural. Além disso, as tecnologias contribuem para desenvolver novas ferramentas a partir de uma visão humanista, devendo ser priorizadas as pessoas ao invés da própria tecnologia, utilizando-a para o desenvolvimento de ferramentas a favor da qualidade da vida humana e no processo de construção do conhecimento, pois “toda tecnologia pode ser voltada para situar o ser humano no universo, promovendo maior harmonia na convivência e vivência entre o material e o imaterial, humano e não humano” (HOLLAS; BERNARDI, 2017, p. 53).

Conforme afirma Lévy (1999, p. 11) “estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano”. Por este motivo, o uso da tecnologia tem acontecido nos mais diferentes espaços, incluindo os ambientes educacionais, servindo de apoio aos processos de gestão, no desenvolvimento de novas metodologias, entre outros.

Várias são as ferramentas e técnicas desenvolvidas a partir da evolução tecnológica e muitas delas vem sendo desenvolvidas e utilizadas através de metodologias nos ambientes educacionais. Scheffer et al (2017) destacam que a informatização, que vem ganhando espaço nas escolas através de sua utilização no ensino e da possibilidade de exploração dos recursos oferecidos pelas TICs, é uma forma que pode ser utilizada tendo em vista a qualidade no processo de ensino. Além disso, Kenski (2008) afirma que o ensino, mediado através do uso de tecnologias, oferece um novo espaço e tempo para a interação com a informação e com a construção social do conhecimento.

No que tange a utilização de tecnologias no ambiente educacional Scheffer (2015) afirma que:

As tecnologias já deixaram de ser modismo e hoje, fazem parte das necessidades básicas do profissional e da vida das pessoas. O que implica em novas atitudes humanas, exigindo um outro perfil do indivíduo no mercado de trabalho e, principalmente, dos profissionais da educação, uma vez que estes, no momento em que passam a trabalhar com ambientes informatizados, podem possibilitar aos educandos um novo ambiente para a construção de conhecimentos. (SCHEFFER, 2015, p. 277).

Por este motivo, nos processos de ensino e de aprendizagem o uso das tecnologias vem aumentando, como destaca Lipinski (2016), permitindo que os envolvidos possam, a partir do contato com os meios tecnológicos de comunicação terem acesso à informação e à educação e, por consequência, serem incentivados a participar e se mobilizar para uma sociedade transformadora e de inclusão.

É importante que os recursos tecnológicos, que tanto tem crescido nos últimos anos e que a cada dia apresentam novas ferramentas e funcionalidades, possam contribuir para os diferentes aspectos vivenciados em sala de aula e na vida cotidiana das pessoas. É indispensável que ela seja um fator de inclusão, devido ao acesso facilitado à informação, e enriqueça as pessoas pelo conhecimento propiciado por estas ferramentas tecnológicas. Em relação ao uso delas na prática pedagógica, Lipinski (2016) afirma que são de suma importância para que o ambiente educacional seja motivador, instigue os alunos e consiga promover novas formas de aprendizagem, que permitam a troca de conhecimentos.

Neste sentido, é necessário e importante, como destaca Lipinski (2016) que o professor, no ambiente escolar, procure incorporar o uso de recursos tecnológicos para promover um estudo mais dinâmico, que seja atraente e que esteja de acordo com o contexto atual em que o aluno está inserido. Da mesma forma Scheffer et al (2017) destacam que “a presença das tecnologias no contexto escolar [...] pode contribuir para que o processo de ensino e de aprendizagem se torne mais atraente, crítico, dinâmico e significativo”, sendo necessárias, para isso, mudanças nas práticas docentes.

Neste sentido, é importante explorar os recursos e propiciar o acesso à informação através das mais diferentes tecnologias (hipermídias, redes sociais, web, entre outros), permitindo e mediando o encontro do aluno com o conhecimento.

A escola precisa propiciar o diálogo dos saberes, não só os científicos, mas os da sociedade, das várias culturas, das várias linguagens. Passando assim, da recepção passiva dos conhecimentos para a construção coletiva dos mesmos, estimulando a criatividade e o desenvolvimento integral do aluno. (LIPINSKI, 2016, p. 17).

Esta forma de favorecer o crescimento nas diferentes áreas, através da educação e da incorporação da tecnologia no ambiente escolar, é fundamental. Não é apenas trabalhar e

usufruir dos recursos tecnológicos disponíveis, mas utilizá-los de forma que eles agreguem ao trabalho docente e auxiliem para que os processos de ensino e de aprendizagem sejam mais efetivos, promovendo a construção do conhecimento. O fato de vivenciarmos este crescimento acelerado da tecnologia não nos dispensa de nos esforçarmos para que seu uso seja significativo de saberes e contribua nos aspectos educacionais de forma positiva.

Incorporar a tecnologia, desta forma, ao ambiente educacional não é uma tarefa fácil. É um esforço, que segundo Scheffer (2015) envolve preparo por parte do educador, iniciativa e criatividade. Além disso, a tecnologia e os ambientes informatizados contribuem para o enriquecimento das experiências dos envolvidos no processo de educação. Esse processo envolve uma dinâmica de mudança, que Scheffer (2017) destaca como sendo uma prática que se inicia com o professor e sua postura pedagógica, a fim de que, o uso das tecnologias “promova um ensino que contribua para as mais variadas representações e reflexões em sala de aula” (SCHEFFER, 2017, p. 38 - 39).

Por este motivo é preciso que o educador busque novas formas de se (re)inventar em sala de aula, incorporando ao processo de ensino, recursos que possam auxiliar os educandos a apropriar-se do conhecimento de forma mais fácil e criativa. Para tanto, é necessário conhecer os recursos existentes, buscar novas ferramentas e métodos que venham a agregar à sua forma de educar, de maneira que a realidade vivenciada atualmente, relacionada ao crescimento de ferramentas tecnológicas e educativas, seja incorporada na escola.

Diante deste momento de transformações que estamos a vivenciar em nosso país, seja ela no âmbito educacional ou social, Scheffer (2015, p. 275) afirma que ele favorece a utilização de diferentes recursos tecnológicos que temos a disposição e estes avanços permitem “mudar o sentido da formação e abarcar processos e procedimentos que atendam as pessoas, nas suas diferenças, necessidades e especificidades”.

Neste sentido, tendo presente a evolução tecnológica e sua inserção em vários ambientes, inclusive nos ambientes educacionais e vendo a importância do uso de TICs no processo educacional, estão havendo constantes investimentos por parte dos Governos Federais e Estaduais, através de várias práticas e políticas públicas, como destacado anteriormente. Com estas ações procura-se utilizar dos meios tecnológicos para auxiliar nos diferentes setores e processos educacionais. Lipinski (2016, p. 10) cita a

pedagógicos e metodológicos, programas de acesso aos alunos para auxílio aos estudos e preparações para o ENEM e vestibulares. (LIPINSKI, 2016, p.10).

O Estado de Santa Catarina também tem procurado melhorar a estrutura tecnológica, a formação e a utilização das tecnologias como aliado na educação escolar e também com o objetivo de acompanhar o contexto atual na área de tecnologia. Como propostas, ele tem distribuído nas escolas e para os professores equipamentos tecnológicos (*tablets*, lousas digitais, computadores, projetores, entre outros) e tem investido em programas e sistemas de apoio à gestão educacional. Entre eles podem-se destacar o SISGESC (Sistema de Gestão Escolar), o sistema Professor Online e Estudante Online. O objetivo destas iniciativas é promover a integração da comunidade acadêmica e a apropriação e a utilização de novas tecnologias para o trabalho didático-pedagógico.

4.1 SISTEMA DE GESTÃO PROFESSOR ONLINE

No sentido de utilizar as TICs para auxiliar no processo de gestão educacional e favorecer a participação colaborativa dos atores envolvidos no processo educacional, destaca-se a criação e a implantação do sistema Professor Online nas escolas estaduais do estado de Santa Catarina. Esta ferramenta objetiva reunir as informações sobre os alunos da rede estadual de ensino, permitindo que gestores e professores possam gerenciar suas atividades educacionais de forma *online*, de maneira que elas fiquem acessíveis também para pais e alunos.

O sistema de Gestão Professor Online é utilizado nas escolas da rede pública do estado de Santa Catarina desde o início do ano letivo de 2015. Ele foi lançado pelo governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED) no dia 05 de fevereiro de 2015, sendo de uso gratuito e disponível para utilização em todas as unidades escolares de Santa Catarina. Ele está dividido em duas plataformas: o Professor Online e o Estudante Online. Das plataformas, uma delas é de utilização exclusiva dos servidores e a outra plataforma é de acesso exclusivo dos alunos e seus responsáveis para acompanhamento do desempenho do estudante. (SANTA CATARINA, 2015).

São apresentadas, no sistema, informações da própria escola, dados das turmas com foto e agenda de atividades. A plataforma do professor Online é utilizada e abastecida pelos professores com informações e dados dos alunos, como notas e frequência. (SANTA

CATARINA, 2015). De acordo com Weiss (2015), o professor é responsável por alimentar o sistema com informações referentes à sua disciplina e com os conteúdos aplicados em sala de aula (Diário de Classe). Além disso, ele é responsável por informar a nota de cada aluno em sua disciplina, sendo de responsabilidade do sistema gerar o cálculo da média de forma automática. Atualmente o sistema permite o gerenciamento de todos os segmentos de Ensino do Estado, como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a EJA (Escola de Jovens e Adultos).

O sistema Professor Online, conforme Weiss (2015), é um ambiente que veio em substituição do diário de classe convencional, reunindo em um único portal os dados pedagógicos aplicados em sala de aula, os conteúdos das atividades trabalhadas, o registro de presença, as avaliações aplicadas e o desempenho individual de cada aluno, através do lançamento das notas. De acordo com Lipinski (2016, p. 19) ele possibilita a “busca e o acesso rápido as informações a qualquer hora e lugar que tenha acesso à internet”.

Por ter características semelhantes à um conselho de classe virtual, a plataforma Professor Online possibilita ao educador, através do acesso ao registro das notas e médias, ter uma visão ampla do desempenho de seus alunos, inclusive em outras disciplinas, identificando possíveis dificuldades de aprendizagem e permitindo que possam ser desenvolvidas estratégias disciplinares para recuperação destes educandos (WEISS, 2015). O desenvolvimento desta ferramenta facilita o trabalho pedagógico dos professores, auxilia na economia de papel e diminui as horas de trabalho dos docentes no preenchimento dos diários físicos. (IEE [2015?])

Lipinski (2016) destaca que o uso do sistema, além de permitir que o professor acompanhe a vida acadêmica do aluno, possibilita, através do acesso da agenda da turma, com suas avaliações e trabalhos registrados por outros professores, definir suas atividades práticas para não sobrecarregar os estudos dos alunos. A autora ainda destaca que o Professor Online permite que o docente “identifique pontos que devem ter uma maior atenção e serem trabalhados de forma mais concisa” (LIPINSKI, 2016, p.19), pois a plataforma oferece consulta aos índices do IDEB⁸ (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e ENEM (Exame

⁸ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Seu objetivo é mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro. (INEP, 2008?).

Nacional do Ensino Médio). Weiss (2015) afirma ainda que os relatórios oferecidos no Sistema Professor Online também são úteis para os servidores que atuam no Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA)⁹, que trabalha na recuperação de alunos repetentes e também é útil no Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA)¹⁰, pois ajudará no monitoramento de alunos com excesso de faltas.

Para auxiliar o professor na inserção do registro de presenças na plataforma do Professor Online, foi desenvolvido, após a implantação do sistema Professor Online, o aplicativo Professor SC. O aplicativo não precisa de conexão à internet para ser utilizado e funciona de maneira *off-line*, permitindo que sejam lançadas as presenças e faltas dos alunos no momento da aula e estas informações são atualizadas no sistema automaticamente quando realizado novo *login* no aplicativo, através de acesso à internet. (IEE [2015?]). Já estariam sendo firmadas parcerias, conforme Weiss (2015), entre o Estado de Santa Catarina e a empresa Google para uma futura implantação de mais ferramentas pedagógicas e tecnologias voltadas à informática.

Juntamente com a plataforma do Professor Online foi lançada também a plataforma do Estudante Online. (SANTA CATARINA, 2015). Esta plataforma é abastecida com os dados informados e salvos na plataforma do Professor Online e oferece, além das informações pedagógicas e observações dos professores sobre o desempenho dos estudantes, o registro de presenças e de faltas dos alunos, suas notas e a impressão de documentos, como histórico escolar, declaração de matrícula e atestado de frequência, que serão validados a partir de carimbo e assinatura do responsável da escola.

Antes de sua implantação, o sistema Professor Online e Estudante Online, passaram por um período de testes na Escola de Educação Básica Getúlio Vargas e Instituto Estadual de Educação, da cidade de Florianópolis, e na Escola de Educação Básica Presidente Juscelino Kubitschek, da cidade de São José. (WEISS, 2015). O autor afirma que até o momento materiais didáticos ainda não estão disponíveis no sistema, devido a limitação de capacidade dos servidores, porém estuda-se a possibilidade, de futuramente, registrar automaticamente a presença dos alunos, por meio de cartão magnético.

⁹ Programa desenvolvido pela Secretaria da Educação de Santa Catarina. É destinado a estudantes da Educação Básica, tem por objetivo de desenvolver atividade para a aprendizagem, em especial, das habilidades de leitura, produção textual e cálculo. (SANTA CATARINA, 2016?).

¹⁰ Programa criado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) no ano de 2001, contando com o apoio das escolas, conselhos tutelares, entre outros órgãos. Visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, para que concluam todas as etapas da Educação Básica. (SANTA CATARINA, 2010?)

As plataformas desenvolvidas objetivam que todo o processo escolar se torne mais ágil e dinâmico, através da inclusão de dados pedagógicos das aulas e dos estudantes, possibilitando a aproximação entre pais e responsáveis na vida escolar dos estudantes. Ele se torna um “canal de informação e comunicação, entre a escola e a família do aluno” (LIPINSKI, 2016, p.20). Froes (2015), afirma que com o Sistema Professor Online “Santa Catarina dá um salto no avanço tecnológico e educacional em toda sua rede. É um sistema novo, prático e moderno”. Neste mesmo sentido, o Secretário do Estado da Educação, Eduardo Deschamps, no discurso de lançamento do sistema Professor Online afirmou que “pela ferramenta, os pais poderão fazer um completo acompanhamento da vida escolar do filho e a partir desse acompanhamento será possível melhorar a qualidade da educação na escola” (SANTA CATARINA, 2015, n.p).

De acordo com Lipinski (2016, p. 20):

Todas estas ações têm o intuito tornar o processo escolar mais democrático, trazendo mudanças de pensamento, no envolvimento e interação de todos no trabalho pedagógico. [...] A participação da comunidade escolar é essencial neste processo, conhecendo os programas, participando do dia a dia, e conhecendo as ações realizadas pela escola, estaremos formando uma gestão democrática, onde todos estarão mais engajados no objetivo de lutar pelo direito a educação pública, gratuita e de qualidade.

Evidencia-se o comprometimento indispensável dos atores envolvidos para a melhoria do processo educacional, além da necessidade de conhecer as mudanças decorrentes da utilização dos sistemas informatizados desenvolvidos para apoiar e melhorar esse processo. Observa-se que os instrumentos desenvolvidos através de políticas públicas, como é o caso do Professor Online, objetivam a melhoria nos aspectos pedagógicos, porém avaliar e analisar sua contribuição no processo educacional é fundamental. O sistema Professor Online, como política pública e TIC, recentemente implantada pelo Estado de Santa Catarina, oferece um caminho para o estudo e a análise de sua contribuição no processo de gestão educacional das escolas de abrangência da GERED de Itapiranga.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se propôs a analisar as implicações do sistema Professor Online nas escolas do extremo-oeste catarinense de abrangência da GERED de Itapiranga, através de dados extraídos de questionário e entrevistas. Trata-se uma pesquisa qualitativa, que tem por fim responder, a partir dos dados obtidos, à seguinte questão de pesquisa: Quais as implicações do sistema Professor Online para a gestão educacional nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação (GERED) de Itapiranga?

Este capítulo tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa e que serviram de base para sua construção, assim como fundamentar suas características e justificar a escolha e o uso de cada uma delas.

5.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa, baseando-se em seu objetivo geral que consiste em conhecer as implicações do sistema Professor Online para o desenvolvimento da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina, de abrangência da GERED de Itapiranga, insere-se na perspectiva qualitativa, pois busca conhecer as implicações do sistema Professor Online para o desenvolvimento da gestão escolar.

A pesquisa qualitativa é uma forma de compreender, de maneira detalhada, significados e características apresentadas pelos participantes da pesquisa, afirmam Marconi e Lakatos (2007). Esta metodologia procura analisar e interpretar aspectos profundos, fornecendo uma gama de detalhes sobre a investigação que se pretende realizar, o que Bardin (1977, p. 115) caracteriza como sendo a “elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais”.

Os métodos qualitativos são muito utilizados em pesquisas no campo da educação e têm contribuído consideravelmente em relação ao avanço em diferentes aspectos educacionais, principalmente no seu conhecimento, pois permitem

compreender melhor os processos escolares, de aprendizagem, de relações, processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, o cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, as formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas. (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 3).

Utilizando os aspectos do método qualitativo objetivou-se que a pesquisa realizada apresentasse, através da investigação, as implicações do sistema Professor Online no processo de gestão educacional. As características da pesquisa qualitativa permitiram, por meio dos métodos de entrevista e questionário, compreender de forma profunda aspectos da realidade dos sujeitos que interagem constantemente com o sistema Professor Online, apresentando como ele tem auxiliado no processo de gestão. Da mesma forma, a coleta e a análise dos dados coletados nesta pesquisa, procurou apresentar aspectos relevantes a partir do uso do sistema Professor Online, que podem ser utilizados como base para implicações a serem realizadas no campo da gestão educacional e das políticas públicas.

5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

A pesquisa teve por contexto a região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação - GERED de Itapiranga, que compreende os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis e Santa Helena.

Atualmente a GERED de Itapiranga administra 20 escolas, que se localizam nos cinco municípios descritos, das quais dez (14) escolas são de Educação Básica e destas, apenas quatro (04) ofertam o Ensino Fundamental, quatro (04) escolas são Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), uma (01) é Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e uma (01) é Casa Familiar Rural¹¹.

As vinte (20) escolas pertencentes à GERED de Itapiranga atendem em torno de 3.600 alunos e contam com um quadro de 440 professores, conforme quadro 1¹².

¹¹ Oferta o Ensino Médio Integrado Regular e possui foco em pesquisas e projetos na área de agricultura e pecuária, sendo o ensino realizado em período integral.

¹² Dados atualizados em março de 2019.

Quadro 1 - Escolas atendidas pela GERED de Itapiranga

Nome da Escola	Cidade	Oferta de Ensino	Qtd. Prof.	Qtd. Alunos	Anos Iniciais IDEB 2017	Anos Finais IDEB 2017	Ensino Médio IDEB 2017
EEB Cristo Rei	São João d'Oeste	Fund. e Médio	24	110	*	6,1	*
EEB Humberto Machado	Itapiranga	Fund. e Médio	23	143	*	5,2	*
EEB Madre Benvenuta	São João d'Oeste	Fund. e Médio	25	302	*	5,8	*
EEB Pe. Balduino Rambo	Tunápolis	Fund. e Médio	49	327	*	5,5	3,5
EEB Pe. Vendelino Seidel	Iporã do Oeste	Fund. e Médio	65	664	6,7	5,5	4
EEB Santa Helena	Santa Helena	Fund. e Médio	22	188	*	6,1	*
EEB Santo Antônio	Itapiranga	Fund. e Médio	27	187	*	5,5	*
EEB São José	Itapiranga	Fund. e Médio	26	104	*	6,4	*
EEB São Lourenço	Iporã do Oeste	Fund. e Médio	31	170	7,3	6,3	*
EEB São Vicente	Itapiranga	Fund. e Médio	55	552	*	5,2	*
CEJA	Itapiranga	Fund. e Médio	28	170	**	**	**
CASA Familiar Rural	Iporã do Oeste	Fund. e Médio	7	80	**	**	**
APAE Iporã Do Oeste	Iporã do Oeste	Fund. e Médio	10	76	**	**	**
APAE Itapiranga	Itapiranga	Fund. e Médio	9	70	**	**	**
APAE São João do Oeste	São João d'Oeste	Fund. e Médio	10	44	**	**	**
APAE Tunápolis	Tunápolis	Fund. e Médio	7	39	**	**	**
EEF Linha Pitangueira	Tunápolis	Fundamental	13	108	7,4	6,3	*
EEF Ludgero Wiggers	Itapiranga	Fundamental	10	26	*	*	*
EEF Pe. João Rick	São João d'Oeste	Fundamental	12	47	**	**	**
EEF Porto Novo	Itapiranga	Fundamental	27	251	7,8	6,1	*

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados. Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

** Não se encontram nas Planilhas do IDEB

Fonte: Organizado e adaptado de acordo com as informações repassadas pela GERED de Itapiranga

É apresentado no quadro 1 a média do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) destas escolas correspondente ao ano de 2017¹³, que é de 7.3 nos Anos Iniciais, 5.83 nos Anos Finais e 3.75 no Ensino Médio.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), desde a criação do indicador, em 2007, foram estabelecidas metas a nível nacional, estadual, municipal e por escola que precisam ser atingidas a cada dois anos, quando o IDEB é calculado. O índice de avaliação vai de 0 a 10 e tem-se como meta atingir a média 6 até 2021. Do total de 20 escolas que compõem a GERED de Itapiranga, apenas 12 possuem o número de participantes no SAEB suficientes e atenderam aos requisitos necessários para ter seu desempenho calculado e sua nota divulgada no IDEB. Destas, 6 atingiram a média já na avaliação de 2017, duas escolas apresentaram média menor que 5 na avaliação do Ensino Médio e as demais estão com média entre 5 e 6. É importante observar que algumas escolas não foram avaliadas em todos os níveis escolares (Inicial, Fundamental e Médio), pois não atenderam os requisitos necessários para participar da avaliação.

¹³ As médias de desempenho do IDEB são realizadas a cada dois anos, sendo o último resultado divulgado, correspondente ao ano de 2017.

5.3 AMOSTRA

Quanto a amostra, Marconi e Lakatos (2003, p. 163) afirmam que ela “é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Neste sentido dentro do universo do extremo-oeste catarinense, a amostra se concentra em escolas que oferecem o ensino de Educação Básica na GERED de Itapiranga e que fazem uso do sistema Professor Online como auxílio no processo de gestão escolar.

Das quatorze (14) escolas que oferecem o ensino de Educação Básica, a coleta de dados deu-se nas 10 escolas com oferta do Ensino Fundamental e Ensino Médio e que se encontram localizadas nos cinco (05) municípios que são atendidos pela GERED de Itapiranga. As escolas onde foi realizada a coleta são: EEB São Vicente, EEB Cristo Rei, EEB Humberto Machado, EEB Madre Benvenuta, EEB Pe. Vendelino Seidel, EEB Pe. Balduino Rambo, EEB Santa Helena, EEB Santo Antônio, EEB São José e EEB São Lourenço. Estas escolas atendem atualmente em torno de 2.700 alunos e contam, aproximadamente, com um quadro de 300 professores, sendo que muitos destes atuam em mais de uma escola.

Para esta pesquisa, os gestores das 10 escolas foram entrevistados e 31 professores responderam ao questionário, sendo, no próximo tópico, apresentado como se deu o encaminhamento das entrevistas e dos questionários, sendo esta a amostra utilizada para apresentar as implicações do sistema Professor Online no processo de gestão educacional dentro do universo escolhido.

5.4 PROCESSOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados no período de julho a setembro de 2018 em sua Fase I e, em fevereiro de 2019 em sua Fase II a partir da utilização de questionário e de entrevista, sendo que o questionário foi aplicado aos professores e as entrevistas foram realizadas com os gestores das escolas. A Fase I da coleta de dados se deu antes da qualificação deste trabalho e a Fase 2 foi realizada após a qualificação e, para a entrevista, foram elaboradas perguntas diferentes das realizadas na primeira fase.

A coleta de dados é a primeira etapa para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, afirmam Marconi e Lakatos (2007). Para os autores, em investigações, de modo

geral, “nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, [...] mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 164), sendo que, na maioria das vezes, é feita a combinação de duas ou mais técnicas. Por este motivo optou-se pela utilização de dois métodos diferenciados e foi elaborado a entrevista para os gestores das escolas e o questionário para os docentes. A escolha dos métodos, distintos para cada grupo, deu-se levando em consideração a amostra da pesquisa. Por se tratarem de poucos gestores optou-se por realizar a entrevista e, pensando na agilidade da coleta de dados e na possibilidade de atingir um maior número de pessoas optou-se pela aplicação de questionário aos professores, que se tratavam de um grupo maior.

Com o objetivo de evitar dúvidas e questionamentos que comprometessem a pesquisa, foi apresentado, antes da entrevista e da realização do questionário, conforme orientam Marconi e Lakatos (2003), as instruções de como se daria a coleta de dados e de como cada método seria realizado e conduzido, além do objetivo e natureza da pesquisa. Desta forma, os participantes tomaram conhecimento e ciência sobre o estudo e do que se esperava deles, assim como sua contribuição para a pesquisa.

Além disso, é de suma importância a clareza da pesquisa e a forma como será feita a devolutiva aos participantes, sendo assim, todos foram informados de que os resultados seriam apresentados posteriormente, por meio da publicação do trabalho final desta pesquisa (dissertação) e trabalhos derivados dela, contribuindo para a comunidade escolar e acadêmica e em estudos sobre gestão educacional e políticas públicas, além de estudos relacionados a ferramenta do sistema Professor Online. Todos foram informados sobre os benefícios desta pesquisa que contribui para a análise das políticas públicas oferecidas pelo Estado no âmbito da educação, assim como a análise das implicações no uso das TICs, em especial do sistema Professor Online no processo de gestão educacional. Essas informações foram repassadas aos gestores antes do início da entrevista e foram apresentadas, aos professores que responderam ao questionário, em uma página *online* que antecedia as questões do questionário. Nesta mesma página também foram dadas orientações sobre a forma de responder as perguntas e enviar o questionário. Sendo assim, como o questionário foi respondido de forma *online*, fiquei a disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos, através da disponibilização, no próprio questionário, de meus contatos pessoais.

É importante salientar, que foi respeitado, em todos os níveis, morais, psicológicos e físicos, a adesão espontânea dos professores ao responder ao questionário e dos gestores ao participarem da entrevista, assim como foi garantido o sigilo e anonimato de todos. Os

participantes podiam deixar a pesquisa ou opor-se a realizá-la a qualquer momento ou sob qualquer circunstância da qual não se sentissem à vontade, sem serem prejudicados de nenhuma forma e sob qualquer natureza. A adesão à pesquisa era de forma livre.

5.4.1 Método do Questionário e sua realização

Como forma de coletar informações dos professores sobre as mudanças ocorridas a partir da implantação e utilização das ferramentas do sistema Professor Online foi utilizado o método de questionário. A escolha deste método foi realizada considerando sua abrangência em relação à um número maior de pesquisados, devido suas várias formas de divulgação e disponibilização.

A coleta de dados por meio do instrumento de questionário, de acordo com Marconi e Lakatos (2012, p.111), é “constituída de uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”. Gil (2008, p. 121) afirma que “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. Por este motivo, buscou-se, através das perguntas que o compõem, responder a problemática da pesquisa, extraindo os conhecimentos necessários para este trabalho e elaborou-se cada uma das perguntas, levando em consideração o tema da pesquisa e sua relação com o objetivo geral e específicos.

Para a realização do questionário foi utilizada a ferramenta do Google Formulários, de forma que todas as perguntas pudessem ser respondidas de forma *online*, utilizando-se de algum dispositivo eletrônico que tivesse acesso à internet. O questionário, após formatado, gerou um *link* que foi disponibilizado, através de e-mails e redes sociais, aos professores das escolas participantes da pesquisa que, de forma voluntária e inteiramente livre, poderiam optar por participar ou não da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Por ser de participação totalmente livre e voluntária, responderam ao questionário, apenas, trinta e um (31) professores de um total de trezentos (300), a maioria de áreas diferentes e com representatividade das 10 escolas participantes da pesquisa.

A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do questionário, conforme Anexo III, também foi realizada de forma *online*, através da aceitação do termo, que foi apresentado antes do professor iniciar o preenchimento do questionário, podendo as perguntas serem respondidas, apenas, após a aceitação do termo. Caso não houvesse a aceitação

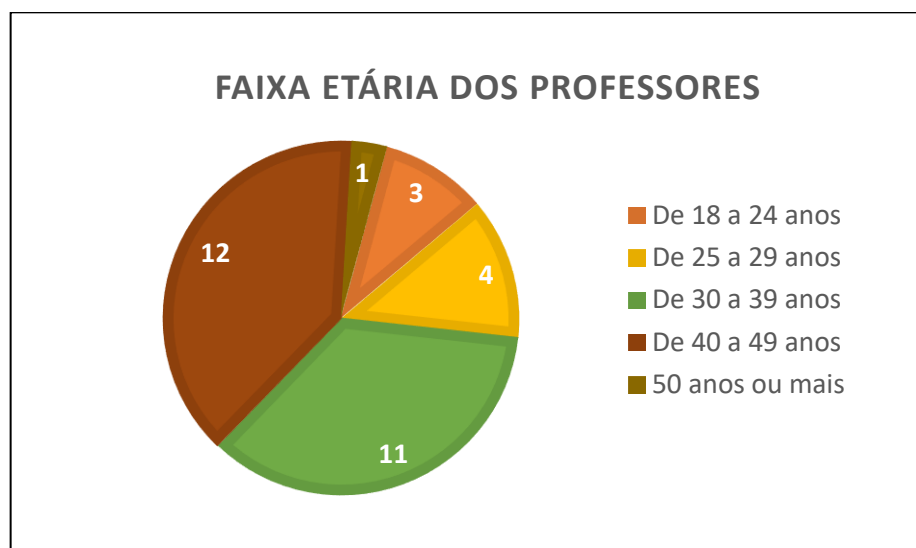
do termo o questionário era automaticamente fechado e o pesquisado direcionado para outra página da internet.

As perguntas do questionário, que podem ser observadas no Anexo IV, foram pensadas utilizando-se de três categorias de perguntas: abertas, que permitiram ao professor responder livremente, apresentando sua opinião através do uso de sua linguagem própria; fechadas, na qual são apresentadas sua opinião através de ‘Sim’ e ‘Não’, restringindo a liberdade das respostas; e de múltipla escolha, que apresentam uma série de possíveis opções (MARCONI; LAKATOS, 2012). Para a elaboração das perguntas fechadas e de múltipla escolha, foram observados alguns requisitos mencionados por Gil (2008), como o cuidado para a não exclusão ou omissão de categorias ou características para a classificação de pessoas ou grupos e número de alternativas, oferecendo ao informante uma alternativa da qual possa expressar sua opinião. Foram utilizados, nestes casos, o uso de, ao menos, duas categorias extremas e duas intermediárias e limitou-se as categorias utilizando o método ‘Outros’, garantindo, desta forma, que não ocorra um número muito grande de respostas.

Procurou-se iniciar o questionário, conforme Marconi e Lakatos (2003), com perguntas de cunho mais geral para então afunilar-se em assuntos mais específicos. Da mesma maneira, como sugere Gil (2008), tomou-se cuidado para que cada questão se relacionasse com a questão antecedente, evitando que uma questão pudesse interferir na resposta da outra. No questionário foram observados aspectos relacionados à apresentação, conforme indicam Marconi e Lakatos (2003), como organização e disposição das perguntas, espaço suficiente para a resposta e facilidade de manipulação. Além disso, Marconi e Lakatos (2003) orientam que o questionário seja constituído de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido, “pois, se for muito longo causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer informações suficientes” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 203). Neste sentido, elaborou-se o questionário, contendo 25 perguntas. O assunto do questionário foi dividido e organizado em temas que formaram blocos, sendo que cada tema ou bloco foi constituído de duas a cinco perguntas, conforme indicam Neves e Domingues (2007) e Marconi e Lakatos (2003). O primeiro bloco procurou conhecer o perfil dos pesquisados, o segundo bloco objetivou coletar informações sobre o conhecimento e utilização da plataforma do Professor Online, o terceiro bloco procurou saber da existência de formações para os professores quanto a utilização e funcionalidades do sistema, o quarto bloco levantou informações sobre as funcionalidades do sistema Professor Online que são mais utilizadas e o último bloco objetivou conhecer a observação e análise dos professores, de forma geral, sobre a utilização do sistema.

No primeiro bloco do questionário procurou-se conhecer o perfil dos participantes quanto à faixa-etária, anos de atuação na rede estadual de ensino e área de formação. Quanto à faixa-etária dos professores entrevistados apenas um possui 50 ou mais anos, a maioria possui entre 25 a 39 anos de idade e uma minoria possui menos de 24 anos, conforme gráfico 1.

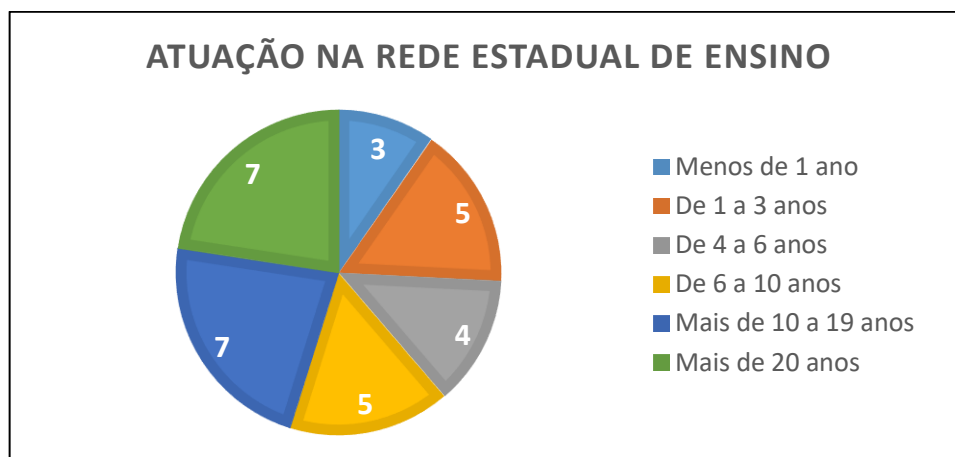
Gráfico 1- Faixa etária dos participantes



Fonte: Do autor, 2019

Quanto ao tempo de atuação desses professores a maioria possui entre 10 e 19 anos de atuação como professor da rede estadual de ensino, correspondendo à 45,1%, e os demais se enquadram, de forma bastante homogênea, nas categorias apresentadas no gráfico 2, tendo a minoria menos de 1 ano de atuação.

Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores na rede estadual de ensino



Fonte: Do Autor, 2019

Observou-se que o tempo de atuação como professor da rede estadual de ensino é proporcional à idade, ou seja, quanto maior o tempo de serviço, maior a faixa-etária do professor. É possível observar o comparativo no Quadro 2. Os professores que possuem mais que 40 anos de idade, em sua maioria, já trabalham a mais de 10 anos na rede estadual de ensino e os professores entre 18 e 24 anos de idade não possuem mais de 3 anos como docentes na rede estadual. Notou-se, também, que muitos participantes da entrevista com idade entre 30 e 39 anos de idade possuem menos de 6 anos de atuação na rede estadual de ensino.

Quadro 2 - Idade dos professores relacionado ao tempo de serviço na rede estadual de ensino

	De 18 a 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	50 anos ou mais
Menos de 1 ano	2	0	1	0	0
De 1 a 3 anos	1	2	2	0	0
De 4 a 6 anos	0	0	3	1	0
De 6 a 10 anos	0	2	2	1	0
Mais de 10 a 19 anos	0	0	3	4	0
Mais de 20 anos	0	0	0	6	1

Fonte: Do Autor, 2019

Quanto a área de atuação dos professores participantes da pesquisa observou-se a formação em diferentes áreas do conhecimento, sendo que todos atuam na sua área de formação. Destacam-se, dentre as áreas de formação descritas: pedagogia, letras, educação física, história, ciências biológicas, geografia, matemática, filosofia, artes visuais, química, física e artes plásticas. Dentre os entrevistados apenas um professor possui mestrado concluído.

5.4.2 Método de Entrevista e sua realização

O método de entrevista foi utilizado visando a coleta de informações junto aos gestores escolares sobre as mudanças e implicações que a utilização do sistema Professor Online tem causado nos vários aspectos da gestão escolar e sua visão sobre as políticas públicas educacionais no estado de Santa Catarina. Do processo de realização das entrevistas participaram os dez (10) gestores das escolas participantes da pesquisa.

Foi utilizado o método de entrevista semi-estruturada, que, de acordo com Lüdke e André (1986) e Ludwig (2009) ocorre a partir de um esquema pré-definido, constituído de questões específicas, das quais não é necessário seguir rigidamente o roteiro, podendo ser alterada de acordo com o andamento da entrevista, permitindo que sejam feitas alterações e adaptações de acordo com o julgamento do entrevistador. Marconi e Lakatos (2003, p. 198) destacam ainda a possibilidade do “entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido”. Neste sentido, a entrevista teve um roteiro com questões específicas, previamente definidas e realizada em duas etapas, conforme Anexo II, porém com o andamento da entrevista foram sendo explorados outros aspectos, dentro do objetivo proposto para esta pesquisa.

Por se tratar de uma entrevista semi-estruturada, ao longo dela foi possível encontrar informações que caracterizam o perfil dos gestores. Foi possível observar que grande parte dos entrevistados, que atualmente são os gestores escolares, ainda não exerciam o cargo como gestores na época da implantação do sistema Professor Online, que ocorreu nas escolas que participaram da pesquisa durante o primeiro semestre de 2015. Dos dez (10) entrevistados, cinco (5) acompanharam o processo de implantação do sistema atuando como professores.

Dos entrevistados apenas dois são gestores escolares a mais tempo, um exercendo o cargo há oito (8) anos e outro onze (11) anos. Os demais assumiram a gestão após 2015, sendo que um dos entrevistados assumiu a gestão escolar durante o ano de 2018. Com exceção de dois gestores, os demais assumiram o cargo a menos de 3 anos.

A entrevista baseou-se, principalmente, em perguntas que procuravam obter informações quanto ao processo de implantação do sistema Professor Online nas escolas; a avaliação, aceitação e utilização do sistema por parte dos professores, tanto na implantação quanto atualmente; as mudanças e implicações do sistema Professor Online para o processo de gestão escolar, implicações em caso de falha ou não preenchimento das informações no sistema, pontos a serem melhorados, problemas enfrentados e a observação e análise do gestor quanto às políticas públicas educacionais no estado de Santa Catarina.

No ato da preparação das perguntas, assim como durante o processo de coleta com os entrevistados tomou-se cuidado para que a entrevista fosse válida, relevante e clara quanto aos seus objetivos, para, da melhor forma possível, conseguir absorver elementos fundamentais para este estudo. Por este motivo, para a realização da entrevista foram agendados previamente com os gestores das escolas: data, horário e local da entrevista, sendo que a pesquisadora se

disponibilizou para deslocar-se até o local definido por cada gestor. Os agendamentos foram realizados através de contato telefônico e contato pessoal com os participantes.

Para esta pesquisa optou-se por gravar a entrevista, sendo esta apenas da fala do gestor, tendo o cuidado para que todo o dado coletado na entrevista pudesse servir para posterior análise. A gravação foi realizada apenas com o consentimento do entrevistado, através da adesão desta forma de coleta por meio da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no Anexo I. O tempo de duração das entrevistas variou de 8 a 23 minutos e posteriormente elas foram transcritas para auxiliar na organização e na análise dos dados.

Diante dos resultados obtidos e do número da amostra, sendo 10 gestores e 31 professores, observa-se que o método de entrevista se apresentou mais eficiente em relação à profundidade dos dados obtidos, extraindo informações mais precisas e coerentes, tendo em vista que todos os gestores das escolas participantes da pesquisa, responderam às questões da entrevista. Em relação ao método do questionário, considerou-se, inicialmente, que ele poderia abranger uma maior quantidade de pesquisados, porém, como sua participação era de forma livre e voluntária, houve pouca participação por parte deste grupo de pesquisados, sendo que apenas 31 professores de um total de 300 responderam ao questionário, o que afetou os resultados, considerando que, do universo escolhido, 100% dos gestores participaram da pesquisa em relação à 10,33% professores.

Observa-se que todo o processo de coleta de dados requer atenções especiais, de forma que se possa absorver os elementos relevantes para o objetivo do trabalho. Porém, ter à disposição os dados, por mais valiosos que sejam, não representa nenhuma informação para o campo da pesquisa se não houver o refinamento e estudo detalhado, através de sua organização minuciosa e posterior análise. O processo adotado para conseguir extrair, organizar e analisar da melhor forma os dados obtidos nesta pesquisa serão descritos a seguir.

5.5 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A fase de organização e análise dos dados se utilizou da perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin (1997) na qual os resultados obtidos se enriquecem à luz do referencial teórico de diferentes autores.

Para Bardin (1977, p. 42), análise de conteúdo pode ser definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para a autora, a Análise de Conteúdo ocorre através de um conjunto de técnicas parciais que se complementam e que precisam se adaptar ao tipo de material que se possui e ao problema que se pretende resolver. Bardin (1997) classifica o método de análise em quatro partes: organização da análise, codificação, categorização e inferência.

Neste sentido, em um primeiro momento, foi realizada a preparação do material com a transcrição das entrevistas gravadas de forma íntegra e a organização das respostas obtidas através da realização do questionário. Após, foi realizada a leitura flutuante dos dados desta pesquisa, conforme orienta Bardin (1977), que tomaram sentido primário e passaram por um processo de verificação para encontrar incoerências, evitando possíveis problemas ou falhas que pudessem comprometer a qualidade dos processos das demais etapas.

Após a organização do material foi realizada a codificação dos dados. Para Bardin (1977, p. 103) a fase de codificação “é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo”. Esta fase é composta por três escolhas: 1) o recorte, ou seja, a escolha das unidades, 2) a enumeração e 3) a classificação e agregação. Sendo assim, para o desenvolvimento da Análise de Conteúdo deste trabalho, foi realizada a classificação das Unidades de Registro (UR) que “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização [...]” (BARDIN, 1977, p. 104). Posteriormente foi feita a enumeração de cada uma das unidades de registro. As Unidades de Registro foram classificadas e agrupadas de acordo com temas ou Unidades Temáticas (UT). Para Bardin (1997, p. 105) podem definir um tema tanto uma afirmação como uma alusão e o tema consiste “em descobrir núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Após a classificação das Unidade de Registro em Unidades

Temáticas, as Unidades Temáticas foram classificadas novamente em Unidades Temáticas Gerais (UTG) agrupadas em temas mais abrangentes e que possuem sentido entre si.

A fase seguinte consistiu na categorização, que Bardin (1977, p. 117) define como sendo “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero [...]”. Os dados são classificados em categorias e esta fase tem como objetivo primeiro representar de forma simplificada os dados brutos. Neste sentido as Unidades Temáticas Gerais (UTG) deste trabalho convergiram em 4 Categorias de Análise (CA): CA₁ - Utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional, CA₂ - Gestão educacional e sua relação com a tecnologia, CA₃ – Observação e análise das políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina e CA₄ - Considerações gerais do sistema Professor Online.

Após a categorização, passou-se para a etapa de interpretação dos dados através das Categorias de Análise, utilizando-se também de conhecimentos teóricos, fazendo uma ligação entre a teoria e os dados analisados, que geraram os resultados. A análise e interpretação dos dados foi realizada com bastante cuidado e de forma minuciosa, selecionando os aspectos relevantes, classificando-os e conferindo-lhes um significado a partir de aporte teórico deste trabalho, objetivando encontrar as respostas às indagações da problemática e aos objetivos desta pesquisa.

Tomou-se cuidado em relação a apresentação dos dados, selecionando os que são relevantes para a pesquisa em questão, apresentando-os em formato de texto, acompanhados de tabelas, gráficos e quadros, que possibilitaram e facilitaram a sua organização e análise. Foram utilizados, para a organização e tabulação dos dados o programa Excel, para auxiliar na organização e apresentação gráfica dos dados.

Na fase final, que consiste na interpretação das informações, os resultados obtidos a partir da Análise de Conteúdo, foram analisados quanto sua importância e relevância para a pesquisa, contribuindo de forma efetiva para o objetivo deste estudo. Foram avaliadas, também, a coerência e a unidade entre as conclusões obtidas e sua relação com a fundamentação teórica apresentada e que será descrita no capítulo a seguir.

6 RESULTADOS E ANÁLISE

6.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A partir da leitura e da análise das respostas obtidas nas entrevistas e questionários realizados com gestores e professores das escolas de abrangência da GERED de Itapiranga, destacam-se diferentes aspectos que vem ao encontro do objetivo e do problema de pesquisa deste trabalho, que envolve, conhecer as implicações do Sistema Professor Online no processo de gestão educacional, no contexto das escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina.

A partir da apresentação dos dados e da análise, pretende-se discutir cada resultado estabelecendo uma relação entre os dados e os referenciais teóricos que fundamentam este trabalho, objetivando neste capítulo apresentar as respostas encontradas para a problemática de pesquisa: Quais as implicações do sistema Professor Online para a gestão educacional nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação (GERED) de Itapiranga?

Seguindo as concepções da análise de conteúdo proposta por Bardin (1997), os trechos das entrevistas e dos questionários foram organizados e classificados em Unidades de Registro (UR) enumeradas de forma sequencial mediante a ordem em que aparecem nas respostas das entrevistas e questionários. Cada UR apresentada no texto traz a identificação do instrumento de coleta de dados da qual provém, sendo: Entrevista Gestor (EG) e Questionário Professores (QP). Além disso é apresentado em que fase da coleta a UR foi coletada: Fase1 ou Fase 2. Posteriormente as UR foram agrupadas em 100 Unidades Temáticas (UT) que surgiram a partir dos dados coletados, que reorganizadas e reagrupadas foram reduzidas a 22 Unidades Temáticas Gerais (UTG) que convergiram em 4 Categorias de Análise (CA): CA₁ - Utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional, CA₂ - Gestão educacional e sua relação com a tecnologia, CA₃ – Observação e análise das políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina e CA₄ – Considerações gerais do sistema Professor Online. O desdobramento para chegar à estas quatro categorias podem ser observadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Organização das Categorias de Análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE (CA)	UNIDADES TEMÁTICAS GERAIS (UTG)	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)
CA1 - Utilização de ferramentas tecnológicas no Ambiente Educacional	UTG1 - Imposição e obrigatoriedade na utilização de recursos tecnológicos.	UT1 - Imposição e obrigatoriedade na utilização do sistema Professor Online
	UTG2 - Dificuldades e resistências quanto à utilização de recursos tecnológicos.	UT2 - Resistência no uso da plataforma do Professor Online no momento de sua implantação
		UT3 - Professores novos tem dificuldades no primeiro acesso à plataforma Professor Online
		UT4 - Medo em relação à nova plataforma
		UT5 - Interpretação de aumento das atividades/serviços a ser realizadas pelo professor.
	UTG3 - Familiarização com as ferramentas tecnológicas	UT6 - Atualmente professores não apresentam dificuldades nem resistência no uso do Professor Online
		UT7 - Preferência por parte dos professores na utilização do sistema Professor Online ao modo convencional
		UT8 - Não houveram e não tem dificuldades com a utilização do sistema por parte dos professores
		UT9 - Aceitação Inicial sem resistência quanto ao uso da nova tecnologia
	UTG4 - Valorização e comprometimento do professor	UT10 - Mais comprometimento por parte dos professores
		UT11 - Professor se sente mais valorizado após a implantação do Sistema Professor Online
	UTG5 - Ajuda-mútua entre profissionais da educação	UT12 - Auxílio entre profissionais docentes sobre a utilização do sistema Professor Online
		UT13 - Gestores auxiliam os professores com dificuldade
	UTG6 - Formação sobre a utilização de tecnologias	UT14 - Não houve formação do sistema Professor Online no início da implantação
		UT15 - Formação com a GERED sobre o uso do sistema Professor Online no momento da implantação
		UT16 - Formação contínua sobre o sistema Professor Online
		UT17 - Gestores orientam professores em caso de mudanças no sistema Professor Online
	UTG7 - Tecnologia e Informatização Online	UT18 - Acesso às informações do sistema Professor Online a qualquer momento, de qualquer lugar e por diferentes plataformas ou equipamentos.

	de atividades e aplicativo.	UT19 - Informações em um único local, utilização em diferentes realidades escolares (sistema único) e o mesmo processo em todas as escolas, contribuindo com a diminuição dos erros e informações passadas no sistema Professor Online.
		UT20 - Contribuição para a organização das informações, melhora na descrição e clareza dos conteúdos pedagógicos com a utilização do sistema Professor Online
		UT21 - O sistema Professor Online facilitou o desenvolvimento das atividades do professor, permitindo que os dados sejam atualizados no momento da aula ou em suas horas-atividade, sem necessidade de trabalho posterior.
		UT22 - O sistema Professor Online informatizou as informações, o preenchimento dos diários e os serviços realizados de forma manual
		UT23 - Os processos educacionais foram agilizados com o sistema Professor Online
		UT24 - (Re)distribuição das atividades escolares
		UT25 - Diminuição do consumo de papel e preocupação com o meio ambiente
		UT26 - Professor Online como ferramenta de segurança para o professor
		UT27 - Uso da tecnologia no ambiente escolar
		UTG8 - Importância e necessidade de atualização do sistema Professor Online.
		UT29 - Importância de manter o sistema Professor Online sempre atualizado para fechar boletins e diários, acionar outros projetos e acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem do aluno por parte da gestão escolar
		UT30 - Falta de atualização das informações no sistema Professor Online prejudica aos alunos e família (pais e/ou responsáveis)
		UT31 - Professores se esforçam para manter as informações sempre atualizadas no sistema Professor Online
		UT32 - Grande números de ACT's nas escolas não interfere no preenchimento do sistema Professor Online
CA2 - Gestão Educacional e sua	UTG9 - Gestores e órgãos superiores possuem acesso para	UT33 - Professores deixam de alimentar as informações no sistema periodicamente.
		UT34 - Membros da SED e GERED tem acesso ao que é inserido pelo professor no sistema e acompanham o lançamento das informações no sistema.

relação com a tecnologia	acompanhar informações lançadas no sistema Professor Online.	UT35 - Os gestores escolares podem acompanhar todas as informações lançadas pelo professor
	UTG10 - Acompanhamento e verificação de todas as informações lançadas no sistema por parte dos professores.	UT36 - Membros da GERED e SED entram em contato caso o sistema não seja preenchido
		UT37 - Diálogo com professores para cumprimento de suas atribuições no sistema Professor Online e preenchimento constante das informações.
		UT38 - Verificação por parte dos gestores dos conteúdos ministrados e atividades realizadas e da coerência entre a prática e as informações lançadas no sistema.
		UT39 - Acompanhamento do que é lançado no sistema pelo professor conferindo se atende ao que foi proposto, às normas e legislação.
		UT40 - Acompanhar se os professores estão inserindo todas as informações no sistema
		UT41 - Acesso facilitado por parte da gestão escolar a tudo o que é lançado pelo professor
		UT42 - Acompanhamento e alimentação diária do sistema
	UTG11 - Acesso dos gestores à todas as informações lançadas no sistema Professor Online (conteúdos ministrados, atividades e avaliações realizadas, frequência dos alunos, notas e médias), sendo possível promover estratégias de melhoria no processo de ensino e de aprendizagem	UT43 - Gestores possuem acesso às presenças/frequência dos alunos
		UT44 - Gestores possuem acesso às notas e médias dos Alunos
		UT45 - Gestores possuem acesso a quantidade de avaliações dos alunos.
		UT46 - Gestores possuem acesso ao rendimento do aluno sem necessidade da presença ou consulta ao professor
		UT47 - Acompanhamento do andamento/aprendizagem do aluno
UT48 - Permite promover ações para melhorar o rendimento dos alunos		
UT49 - Auxilia o gestor escolar no acompanhamento de outros programas		
UTG12 - Acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem do aluno	UT50 - Pais e/ou responsáveis podem acompanhar o desempenho dos alunos tem acesso às informações	

	pela comunidade escolar	
		<p>UT51 - São oferecidas formações e iniciativas para os pais e responsáveis acessarem o sistema Professor Online</p> <p>UT52 - Cobrança por parte da escola para que os pais e responsáveis acessem as informações no sistema Professor Online</p> <p>UT53 - Necessidade da realização de ações para participação efetiva dos pais e familiares no processo educacional.</p> <p>UT54 - Maior envolvimento da família (pais e responsáveis) no processo de ensino e de aprendizagem do aluno e acompanhamento do estudante</p> <p>UT55 - Alunos tem acesso às informações sobre seu desempenho escolar acessando o sistema Estudante Online</p> <p>UT56 - Com o sistema Professor Online o professor pode informar-se sobre a situação atual dos alunos em todas as disciplinas.</p> <p>UT57 - O sistema Professor Online favoreceu a aproximação entre professor-aluno.</p> <p>UT58 - Com o sistema Professor Online todos possuem acesso ao desempenho do aluno (pais, responsáveis, educando, gestores, Secretaria da Educação, GERED)</p> <p>UT59 - Informações ficam acessíveis com maior clareza e transparência no sistema Professor Online para todos os usuários que possuem acesso.</p>
CA3 - Observação e análise das Políticas Públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina	UTG13 - Falta de recursos financeiros e falta de autonomia financeira nas escolas	UT60 - Falta de recursos enviados às escolas pelo governo do Estado
		UT61 - Cortes Financeiros na educação e contenção de despesas no estado de Santa Catarina.
		UT62 - Falta de autonomia e liberdade das escolas no uso dos recursos financeiros
		UT63 - Burocracia para o uso de recursos financeiros
		UT64 - Falta de autonomia para uso de recursos financeiros contribui para a corrupção
		UT65 - Falta de recursos financeiros nas GERED dos municípios
	UTG14 - Políticas públicas distantes da realidade escolar local e regional	UT66 - Políticas Públicas pensadas apenas para determinados cenários/regiões e aplicados à todas as escolas
		UT67 - Os programas/políticas públicas não são adaptados à realidade e não podem ser alterados para atender demandas locais ou regionais

		UT68 - Políticas públicas são criadas e pensadas por pessoas que não vivem a realidade
UTG15 - Dificuldades e precariedade quanto à infraestrutura tecnológica disponível no ambiente escolar		UT69 - Faltam investimentos da área da tecnologia nas escolas
		UT70 - Precariedade com a qualidade da Internet nas escolas
		UT71 - Problemas Financeiros para melhorar acesso de internet na escola
		UT72 - Dificuldade de equipamentos adequados para professores utilizarem o sistema Professor Online
		UT73 - Internet paga com recursos da própria escola
UTG16 - Políticas públicas para a educação		UT74 - Ensino Médio Inovador
		UT75 - Programa AMBIAL
		UT76 - Programa PENOA
		UT77 - Programa EMTI
		UT78 - Programa APOIA
UTG17 - Importância da participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas		UT79 - Santa Catarina é estado pioneiro em muitas questões relacionadas à educação
		UT80 - Importância da participação efetiva de toda comunidade escolar
		UT81 - Necessidade de participação da comunidade escolar nas decisões sobre políticas públicas
		UT82 - Comunidade Acadêmica participa da escolha e decisão sobre a implantação de políticas públicas na escolas
		UT83 - Imposição de políticas públicas sem participação e autonomia da comunidade escolar
UTG18 - Formação Continuada como política pública		UT84 - Realização atividades sobre políticas públicas no ambiente escolar contribuindo para a participação da comunidade escolar nas políticas públicas
		UT85 - Comunidade Escolar exige da Gestão escolar
		UT86 - Oferta de formação para gestores
UTG19 - Fragilidades no desenvolvimento das políticas públicas existentes		UT87 - Falta de formação por áreas para os professores
		UT88 - Excesso de burocracia e demora na realização de novas políticas públicas
CA4 - Considerações Gerais do Sistema Professor Online	UTG20 - Contribuições do sistema Professor Online para as	UT89 - Falta de execução e descontinuidade das políticas públicas
		UT90 - Evolução constante do sistema com desenvolvimento de melhorias.
		UT91 - Inclusão do campo de observação no sistema Professor Online

	atividades realizadas no ambiente escolar	UT92 - Possibilidade de lançar diferentes tipos de atividades
		UT93 - Recuperação das informações lançadas no sistema.
		UT94 - Avaliação positiva quanto a implantação do sistema nas escolas
	UTG21 - Pontos a serem melhorados no sistema Professor Online e dificuldades encontradas	UT95 - O sistema Professor Online não possui avaliação qualitativas, apenas quantitativas.
		UT96 - Necessidade de melhora no aplicativo do sistema Professor Online
		UT97 - Necessidade de funcionamento do sistema Professor Online aos finais de semana
		UT98 - Sistema apresenta lentidão em finais de bimestre
	UTG22 – Não foram notadas mudanças com a utilização do sistema Professor Online	UT99 - Dificuldade para agendamento de avaliações
		UT100 – Observação e análise do sistema Professor Online quanto sua contribuição para a relação com a comunidade escolar e para a gestão das atividades do professor

Fonte: Do autor, 2019

Cada categoria foi analisada separadamente, sendo apresentado, em um primeiro momento, o quadro com a organização das UR até sua convergência nas UTG, que encaminhará a análise considerando o referencial teórico já apresentado neste trabalho.

É possível observar, mais detalhadamente, nos quadros correspondentes à cada categoria (Anexo VI, Anexo VII, Anexo VIII e Anexo IX) que, ao final, é apresentada a quantidade de ocorrências relacionadas a cada UT. Vale ressaltar que a contagem da ocorrência é baseada sobre o número de pessoas que a mencionaram, considerando a Fase 1 e Fase 2 de forma separada. Ou seja, caso em alguma entrevista, um mesmo tema tenha sido mencionado 3 vezes, ele será contabilizado apenas uma vez.

As categorias das quais convergiram as UT, abordam os principais temas: políticas públicas, gestão educacional e TICs.

A primeira categoria aborda o tema da utilização das ferramentas tecnológicas de informática no ambiente educacional, na qual é apresentada a caminhada que o sistema Professor Online teve junto às escolas, desde sua implantação até o presente momento. Observa-se como a tecnologia tem encontrado seu espaço no ambiente educacional e como existe uma certa relutância na aceitação de novas ferramentas para auxiliar nas atividades

relacionadas à gestão. São apresentadas, neste tópico, algumas das vantagens da utilização desta ferramenta, assim como as dificuldades encontradas durante este processo.

A partir disto, na segunda categoria é feita a análise relacionando a gestão educacional com a tecnologia informática, apresentando aspectos, em especial a partir do uso do sistema Professor Online e de suas funcionalidades, de como o acesso a informação tem influenciado o ator de gerir o ambiente escolar e suas implicações na participação e aproximação da comunidade escolar no processo educacional. Além disso, é apresentado como o uso desta ferramenta tem sido interpretada por alguns gestores e professores e como sua utilização interferiu no ambiente escolar.

Na terceira categoria é apresentada a observação e análise atual dos participantes da pesquisa sobre as políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina em relação à educação. São apresentadas as dificuldades financeiras e burocráticas que as escolas enfrentam para a implantação e continuação das políticas públicas e a precariedade da infraestrutura tecnológica necessária para o uso de TICs no ambiente educacional, além das dificuldades em relação ao uso do sistema Professor Online. É destacada a importância da gestão democrática no processo de desenvolvimento das políticas públicas e como se dá, atualmente, a participação da comunidade escolar neste processo, além de situações pontuais relacionadas às políticas públicas nas escolas participantes da pesquisa.

Por fim são apresentadas as considerações gerais do sistema Professor Online, baseada sobre os dados coletados. De maneira geral ele foi avaliado como positivo, tendo ainda melhorias a serem realizadas em relação à funcionalidades e agilidade.

O resultado da análise dos dados e a discussão dos principais temas de cada categoria, será apresentado a seguir.

6.1.1 A utilização de ferramentas tecnológicas no ambiente educacional

Para atingir o objetivo específico proposto para este trabalho, em especial refletir sobre as políticas públicas no tocante da gestão educacional tendo em vista as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), foram coletadas informações acerca da utilização do sistema tanto com os professores que são responsáveis pela inserção das informações no ambiente do Professor Online, quanto com os gestores que possuem acesso às informações

lançadas no sistema Professor Online. Questionou-se os gestores quanto as informações a respeito de como estavam observando e sentindo o uso do sistema por parte dos professores na escola. Os dados coletados foram organizados e tabulados, como apresentados no Anexo VI.

O que se pode observar claramente em relação à utilização de ferramentas tecnológicas de informática nas escolas onde foram coletados os dados, é um amadurecimento, lento, quanto à aceitação no uso de tecnologias no ambiente escolar, no caso desta pesquisa, na utilização da plataforma do sistema Professor Online.

Houve, claramente, a não aceitação do sistema pela maioria dos professores e gestores no início de sua implantação, sendo esta definida, pelos participantes da pesquisa, como “resistência”. Este termo foi mencionado quatorze vezes na coleta de dados, de forma a apresentar a relutância para a aceitação desta nova tecnologia.

Várias foram as justificativas apresentadas, na coleta de dados, para esta dificuldade de aceitação do sistema, sendo que a maioria atribuiu esta reação inicial à interpretação de que o uso do sistema seria mais uma atividade a ser realizada pelos professores que já tinham seu tempo limitando:

“[...]era mais uma atribuição que o governo estava dando para o professor” (UR57, EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI);

“no começo houve reclamações já que o tempo do professor é bastante restrito” (UR98, EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI);

“[...] o professor sempre alegava que isso não era responsabilidade dele [...]” (UR323, EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

“logo quando ele foi implantado, se pensava que seria menos serviço para a secretaria e mais serviço para o professor, [...]” (UR320, EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

“[Ter que] sair da rotina, mais um afazer com tantas funções que o professor já tem”. (UR101 - EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI).

Estas interpretações iniciais deram lugar, posteriormente, para uma visão de redistribuição dos serviços, fortemente presente na coleta de dados e que é apresentada na UT24. O maior destaque desta unidade temática se dá em relação ao serviço realizado pela secretaria da escola que, antes da implantação do sistema, era responsável por lançar as

avaliações e notas de todas as turmas e disciplinas, compromisso atualmente exercido pelos professores, situação que também ocorre com os diários de classe.

Outro fator que influenciou esta resistência foi a imposição quanto ao uso da ferramenta, também citada na coleta dos dados. Três foram as ocorrências que citaram a obrigatoriedade e a imposição do uso do sistema, porque esta não foi discutida com a comunidade acadêmica, em especial com professores e gestores. Esta imposição observada quanto à utilização do sistema apresenta uma prática, característica de uma gestão baseada no conceito administrativo destacado por Paro (2001), no qual são estabelecidos meios de dominação que propiciam a chefia e o controle das ações, evitando a participação democrática dos demais membros da comunidade escolar.

Um ponto relevante citado no levantamento de dados e que contribuiu para a relutância na utilização do sistema foi a falta de formação dos professores para utilização desta ferramenta, que desconheciam suas funcionalidades e que dificultou o sentimento de “sentir-se pertencente”, que é desencadeado pela capacitação e mobilização de seus participantes, mencionado por Ferreira e Nogueira (2015), na qual, as pessoas se comprometem com o que lhes diz respeito e, desta forma, participem, efetivamente, de ações que culminem em mudanças de ordem positiva, nas situações com as quais convivem. A pouca formação para a utilização do Professor Online, se confirma, de forma mais visível, nas respostas do questionário encaminhado aos professores, na qual 80,6% responderam não ter tido nenhuma formação para utilização do sistema. Os participantes da pesquisa que responderam ter recebido formação e que correspondem a 19,4%, responderam, unanimemente, ter participado apenas de uma única formação sendo o período inferior a 3 horas. Por este motivo, não foi possível serem visualizadas de forma clara, no início da implantação, as contribuições que o sistema poderia trazer a curto e longo prazo. Além disso, como o sistema não contou com a participação dos diferentes atores da comunidade escolar no início de seu desenvolvimento, o mesmo faltou com a construção social apresentada por Libâneo (2011), que envolve professores, alunos, pais e membros externos à comunidade escolar, que juntos, desenvolvem ações para melhorar aspectos da realidade educacional em que vivem.

Aos poucos, essa visão foi se modificando a partir da utilização do sistema para a realização das atividades cotidianas dos professores. Sua aceitação foi crescendo e começaram a ser observadas vantagens com seu uso, que serão descritas, de maneira mais aprofundada, no subcapítulo 6.1.4 – Considerações Gerais do sistema Professor Online, que apresenta a quarta categoria.

Entre as principais vantagens do sistema, pode ser destacada a funcionalidade que permite a professores, gestores, alunos e pais inteirar-se sobre a situação atual de desempenho dos alunos, que é o acesso à informação, proporcionado pelo uso da tecnologia e salientado por Lipinski (2016), no qual, se permite que os envolvidos possam, a partir do contato com os meios tecnológicos de comunicação terem acesso à informação de forma rápida e de qualquer lugar. Este aspecto também é salientado nos dados:

“[...]você tem acesso e uma informação maior, os pais estão melhor informados porque a informação está disponível e acessível. Antes a informação estava apenas no diário físico, os pais não tinham acesso e não era público para eles” (UR357 - EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

“[...] melhorou a questão do acesso a informação. Hoje o aluno e a família têm acesso em tempo real para acompanhar a agenda, as provas, conteúdos, trabalhos, entre outros. Isso torna o processo mais transparente”. (UR331 - EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

[...] “os pais também têm acesso às informações do sistema. Isso contribuiu no sentido dos pais poderem acompanhar a agenda de avaliações, as notas tiradas nas avaliações, provas e trabalhos. Os pais têm acesso a tudo, neste sentido acho que democratizou [o acesso a informação]” (UR292 - EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI).

Pelo estudo empírico observa-se que, atualmente o sistema Professor Online tem boa aceitação, sendo, inclusive, elogiado pelos participantes da pesquisa. Esta aceitação mostra como a tecnologia tem avançado e tem encontrado seu espaço em diferentes áreas, inclusive no ambiente educacional. Além disso, esse processo exigiu do profissional da educação um novo perfil no que tange a educação, conforme observa Scheffer (2015), pois incorporar a tecnologia na prática educacional requer esforço, preparo, iniciativa e criatividade por parte do educador, além de mudança em sua postura pedagógica. Esse comportamento é observado através da aceitação do uso da tecnologia, assim como nas vantagens que o uso da tecnologia proporcionou, como salientado por um gestor: *“Os professores se adaptaram muito bem e utilizam tranquilamente o sistema. Hoje se fosse ter que voltar novamente para o diário físico seria bem complicado”* (UR287 - EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI). Essa posição apresenta, conforme destaca Lévy (1999), que o ato de explorar as potencialidades da tecnologia favorece a realização das atividades que antes eram realizadas de forma manual e atualmente podem ser facilmente desenvolvidas com o auxílio de ferramentas tecnológicas.

Como observado, o sistema Professor Online permitiu que fossem informatizados alguns processos, como é o caso do preenchimento do diário de classe salientado na coleta de dados:

“Antes do sistema Professor Online o professor tinha o diário físico, então ele anotava tudo no diário, fazia suas considerações e anotava as avaliações e somente no final do bimestre ele entregava o diário. Agora com o sistema Professor Online ele vai preenchendo o diário durante a semana com as notas, os trabalhos, faz agendamento das provas, anota apontamentos sobre os alunos” (UR251 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI).

“[...] não precisa mais escrever manualmente todas as informações, [...]” (UR256 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI). Essa informatização facilitou atividades que anteriormente eram realizados manualmente, agilizando, facilitando e organizando processos, além de ser fácil e prático de ser usado, como observado nos dados:

“Principalmente a questão da rapidez, por exemplo, faz um conselho final hoje e amanhã já é possível imprimir o boletim”. (UR234 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

“Eles [os professores] usam ele [o sistema Professor Online] até por questão da sua praticidade” (UR241 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI).

Essas vantagens observadas após a implantação do sistema Professor Online favoreceram o comprometimento dos professores. Eles passaram a ser mais assíduos no preenchimento do sistema, como destacado pelos gestores:

“Se observa que já houve uma mudança muito grande, pois, analisando os diários hoje [no sistema Professor Online] e os diários de papel que temos arquivados na escola de outros anos é uma mudança muito grande, hoje estão sendo melhor preenchidos e observa-se um maior comprometimento” (UR280 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

“[...] eu vejo que o professor está mais responsável no preenchimento de todas as ações que ele fez”. (UR167 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI).

Além disso, observou-se um maior comprometimento do professor no preenchimento das informações no sistema, com destacado nos trechos a seguir:

“[...] Há um comprometimento maior com a clareza das informações que são postadas no sistema Professor Online, e isso facilitou bastante” (UR276 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI);

“Eu penso que isso comprometeu mais o professor por causa desse acompanhamento que as famílias podem ter de casa” (UR182 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI).

Esse comprometimento no preenchimento das informações no sistema Professor Online favorece o acompanhamento da vida estudantil dos alunos, integrando toda a comunidade acadêmica no processo de educação, favorecendo a construção coletiva a partir do uso da tecnologia destacado por Lipinski (2016), no qual, a interação e a troca de informações com as demais pessoas, através do uso de recursos tecnológicos, possibilita a produção e construção coletiva do conhecimento. É um processo que inicia com o professor que preenche as informações no sistema, perpassa pelo aluno que acompanha os conteúdos dos quais irá se apropriar, datas de avaliações e seu rendimento escolar e permite aos pais e gestores também acompanharem as informações de cada estudante. Desta forma, a tecnologia é utilizada tendo em vista uma maior qualidade da educação, como apresentado por Scheffer et al (2017), na qual, todos juntos, podem encontrar maneiras de contribuir para melhorar o processo de ensino.

Todos tornam-se partícipes no processo de educação. Um gestor menciona que parte do comprometimento dos professores é devido a importância do processo de preenchimento das informações, pois é acompanhado pelos pais, que entenderam que eles são coautores no processo educacional: *“o professor viu que tem alguém olhando, que tem alguém cobrando. Eu sempre falo para os professores assim: ‘os pais, em casa, são coautores’ porque eles também já estão observando isso”*. (UR168 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI).

Questionados a respeito dos impactos causados caso não sejam preenchidas as informações no sistema Professor Online, os gestores afirmaram que os maiores impactados e de certa forma, os maiores prejudicados com isto são os alunos e seus pais, pois nestes casos o acesso a informação é lesado, impossibilitando o acompanhamento dos conteúdos, das avaliações e rendimento escolar. De qualquer forma, a grande maioria dos gestores informou que não tem problemas relacionados ao não preenchimento das informações no sistema, pois existe um grande esforço por parte dos professores em sempre mantê-lo atualizado.

Evidenciou-se também que a partir do uso do sistema Professor Online houve uma maior participação, em especial por parte dos pais, na caminhada educativa dos seus filhos. Um gestor destaca:

“O lado bom de tudo isso é que os pais conseguem ter acesso a tudo isso em casa e se quiserem, poder acompanhar a vida escolar de seus filhos”. (UR313 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI).

Mas além de apenas acompanhar, os pais acabam fazendo parte deste processo e se sentem comprometidos com a vida escolar de seus filhos, como é possível observar neste trecho:

“Então hoje, no decorrer desse tempo, posso dizer que tem pais que sabem e acompanham as notas dos seus filhos. Tem pais que já vem dizendo: ‘Eu olhei lá, tem tantas avaliações’ e vem reclamando ou questionam o porquê de não ter tido mais avaliações, de ter apenas uma nota. Então os pais já me procuram sabendo o que querem falar [...]”. (UR60 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI).

Neste sentido, podemos destacar fortemente como as TIC favorecem a aproximação entre pessoas, escola e sociedade, salientado por Scheffer (2017), e pode ser observado também, na análise dos dados, o aspecto da ajuda mútua vivenciada entre os educadores. O auxílio prestado entre professores e gestores em relação a dificuldades relacionadas com o uso do sistema Professor Online, observado, com maior ênfase, na UTG5 contribuiu na aproximação dos profissionais da educação, que juntos trabalham para que a ferramenta tecnológica do Professor Online possa ser utilizada da melhor forma possível, para não prejudicar o acesso à informação.

Em relação a dificuldade no manuseio de novas tecnologias, no caso das escolas onde foi realizada a pesquisa, a maior dificuldade na utilização do sistema é observada pelos professores novos, sendo ela superada pela ajuda mútua entre os profissionais, pois não são ofertadas muitas formações, como já mencionado anteriormente.

Em relação à utilização das funcionalidades oferecidas pelo sistema Professor Online, os professores, ao serem questionados sobre as mais utilizadas, mencionaram, em sua maioria, a utilização da possibilidade de consultar o desempenho dos alunos e as atividades previstas, tanto na(s) disciplina(s) que ministram quanto nas disciplinas ministradas por outros professores. As funcionalidades mais utilizadas e acessadas são os registros de frequência dos alunos, registro de notas, conteúdos ministrados e avaliações.

Várias são as vantagens do uso da tecnologia no ambiente educacional destacadas nos dados. Algumas já foram citadas, porém a maior incidência de ocorrências, tanto por parte de gestores quanto professores, está relacionada à facilidade no desenvolvimento das atividades do professor, que pode estar inserindo e atualizando as informações no sistema no momento da aula ou em suas horas-atividade, sem necessidade de trabalho posterior, conforme enfatiza este gestor:

“[...] quem acompanha dia-a-dia, aula após aula, não vai ter tanto serviço no final do bimestre. O sistema já é assim para ir trabalhando e fazendo isso dia-a-dia, para não ter todo esse trabalho no final” (UR82 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VI).

O mesmo também é destacado por um professor:

“Facilita os registros no momento ocorrido, facilita os cálculos referente as notas” (UR429 QP – julho/setembro 2018, Anexo VI). Esta vantagem proporcionada pelo sistema Professor Online evita o acúmulo de trabalho, a falta de informações ou o acesso a informações incompletas.

Da mesma forma, todas as informações estão disponíveis e podem ser acessadas a qualquer momento. Isto é possível por se tratar de um sistema WEB, ou seja, o sistema foi desenvolvido para ser utilizado por meio de um navegador através da internet, o que lhe permite ser acessado de qualquer lugar e por qualquer dispositivo desde que este esteja conectado à internet. Esse acesso facilitado permitiu e permite o acompanhamento da caminhada dos estudantes em todas as fases do ano escolar, não apenas no final dos bimestres, trimestres ou semestres, quando o aluno tem acesso ao seu boletim. Além do desempenho acadêmico, é possível acompanhar, também, os conteúdos a serem ministrados, a data das avaliações e as atividades realizadas em cada aula.

A centralização das informações no sistema Professor Online, fortemente destacada nos dados, contando com quatorze ocorrências, permitiu uma organização única e própria em relação ao preenchimento dos dados, sendo esta adotada em todas as escolas da rede estadual de ensino do estado de Santa Catarina. Além disso, o sistema Professor Online contribuiu para a melhora na clareza e descrição dos conteúdos pedagógicos em comparação ao uso do Diário de Classe manual. Essa melhora foi destacada por um gestor:

“Eu vejo como principal mudança um comprometimento maior com a questão do embasamento teórico, da clareza dos conteúdos, uma sequência didática maior e melhor no plano de ensino” (UR275 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VI).

Assim, a possibilidade de melhorar a descrição das informações no sistema também é lembrada por um professor, afirmando que *“facilita a postagem do parecer pedagógico”* (UR415 QP – julho/setembro 2018, Anexo VI). Esta vantagem permite o acompanhamento das informações pela comunidade escolar, sendo uma possibilidade para que seus membros possam

acompanhar o processo, analisar, verificar e, se necessário, contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem.

A partir disso, observa-se que o uso de ferramentas tecnológicas da informação e comunicação no ambiente educacional, no caso deste estudo, do uso do sistema Professor Online nas escolas estaduais de Santa Catarina, passou por um processo de adaptação. O início, bastante relutante e com muita resistência no uso da ferramenta aos poucos foi dando espaço para a aceitação, se tornando uma ferramenta muito útil na realização das atividades escolares e de gestão. Nesta caminhada, gradualmente foram sendo observadas as vantagens e os processos, que agora informatizados, contribuíram para a agilidade, facilidade e praticidade das atividades diárias realizadas.

Além disso, o acesso facilitado à informação, agora centralizado em um único lugar, permitiu que a comunidade escolar pudesse acompanhar mais facilmente a caminhada estudantil dos alunos. Esse acompanhamento desencadeou e contribuiu para a participação colaborativa de seus membros que, a partir do acesso à informação, podem encontrar meios para melhorar os processos educacionais.

O comprometimento e a valorização do profissional da educação, já destacado, é um ponto que merece ser novamente lembrado, pois, observa-se como a tecnologia, desempenhando seu papel de melhorar os processos, tem contribuído no aspecto social, uma vez que, a partir do momento em que o professor se sente motivado e valorizado, sua atividade e desempenho no processo de ensino também recebe os respaldos desses aspectos positivos trazidos pela tecnologia.

A tecnologia informática, em especial o sistema Professor Online mostrou-se bastante útil no processo de gestão educacional e foi também salientado na coleta de dados. Os resultados serão apresentados a seguir.

6.1.2 Gestão educacional e sua relação com a tecnologia

Este subcapítulo tem por finalidade responder aos objetivos deste trabalho que se propõem a conhecer e refletir sobre as implicações do sistema Professor Online para o processo de gestão educacional nas escolas estaduais que fizeram parte da pesquisa e investigar a relação entre os aspectos da gestão escolar democrática e participativa com as funcionalidades ofertadas

pelo sistema Professor Online. O Anexo VII apresenta os dados agrupados quanto a proximidade de temas e assuntos.

O sistema Professor Online permite a inserção, em sua plataforma, de várias informações relativas ao ensino, como as disciplinas ministradas por cada professor, as atividades desenvolvidas e os conteúdos ministrados, registro de frequências, notas, entre outros. A questão do acesso e acompanhamento das informações na gestão escolar foi um dos pontos mais levantados e que podem ser observados no Anexo VII. Na UTG9 foram registradas um total de treze (13) ocorrências, na UTG10 quarenta e três (43) ocorrências, na UTG11 vinte e três (23) ocorrências e na UTG12 sessenta e nove (69) ocorrências. As vantagens e desvantagens relacionadas ao acesso e acompanhamento das informações, levantadas na coleta de dados, serão descritas e analisadas a seguir.

Como já mencionado anteriormente, as informações lançadas no sistema Professor Online podem ser acessadas pela comunidade acadêmica, incluindo alunos, pais, responsáveis, professores, gestores, membros da SED e membros das GERED's. Este acompanhamento proporcionado pelo sistema Professor Online é, conforme análise dos dados, interpretado por um lado de maneira negativa, como forma de controle e por outro lado de forma positiva, contribuindo no processo de gestão educacional. Veremos, a partir de trechos obtidos através da coleta de dados, como estas distintas interpretações interferem na relação que a tecnologia tem com a gestão educacional nas escolas de abrangência da GERED de Itapiranga.

Em um primeiro momento é importante salientar que membros da SED, da GERED e os gestores possuem acesso às informações do sistema com níveis de permissão diferentes, sendo que os gestores possuem acesso apenas às informações relativas à escola onde trabalham. Este acesso é considerado como sendo uma forma de controle, como é possível ser observado neste trecho:

“[...] porque a própria SED (Secretaria do Estado da Educação) entra no diário de qualquer professor e sabe como está a situação. É um instrumento de controle sobre a atuação profissional do professor. Antes eles não tinham acesso”. (UR1214 e UR215 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

O acesso que os gestores possuem é fortemente destacado pelos professores na coleta de dados e pode ser observado na UT35. Em relação a este acesso, um gestor o apresenta como forma de acompanhar e inclusive de controlar o trabalho dos educadores:

“No Professor Online você entra, olha os registros, vê o que está sendo trabalhado. [É possível] pegar o planejamento em curso e ver o que está planejado e programado no sistema. É esse tipo de controle, meio de “fiscalização”. (UR215 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

Além disso, existe um constante acompanhamento e inclusive, uma cobrança, para que os dados sejam lançados e preenchidos constantemente ou diariamente no sistema, como possível ser observado a seguir:

“[...] se por acaso um professor ficar por um longo tempo sem alimentar o sistema o próprio governo, a GERED e a SED (Secretaria do Estado da Educação) percebem e eles entram em contato para verificar tal situação” (UR236 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII);

“Se os professores não preenchem o sistema nós [gestores] somos cobrados e penalizados pela Secretaria do Estado, porém não sei o que acontece posteriormente” (UR262 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII).

O que se observa é que o acesso dos membros da SED e da GERED é visto como forma de controle da escola, em especial pelos gestores, enquanto o acesso da SED, da GERED e o acesso disponível também aos gestores é questionado pelos professores. Tanto gestores quanto professores sentem-se observados e controlados quanto ao desenvolvimento de suas atividades e cobrados quanto ao preenchimento das informações no sistema.

Esta interpretação, do acompanhamento da atuação do professor e da escola, como forma de controle, não favorece um ambiente escolar e de trabalho confortável. Não é possível afirmar se este cenário compromete ou auxilia o trabalho docente e a qualidade do ensino, porém, o que podemos observar, através dos dados coletados, é que ele cria um ambiente onde alguns professores e gestores podem se sentir, de certa forma, pressionados quanto ao desempenho e desenvolvimento de duas atividades. Por um lado, pode comprometer mais os professores na realização de sua prática docente, porém por outro lado, pode favorecer um ambiente onde alguns educadores podem se sentir inibidos para atuar com determinação e segurança.

As ações destacadas pelos participantes da pesquisa e interpretadas como sendo de “controle” e “fiscalização”, nos remetem à reflexão sobre a transição e mudanças, não somente do termo, mas das atitudes de uma administração empresarial para a gestão escolar,

apresentadas por Paro (2001) e Lück (1997), na qual, a administração se dá a partir da utilização racional dos recursos para atingir determinados objetivos, a partir de formas de controle e dominação, sendo esta realizada de forma centralizada, enquanto a gestão requer a participação dos envolvidos na tomada de decisões, de forma descentralizada. Algumas formas de cobrança, no ambiente escolar, nos remetem ao ato de “mandar” e não apresentam a utilização de técnicas de gestão no ato de gerir o ambiente escolar de forma harmonizada. Desta forma, contribuem para um ambiente com aspectos negativos e de desmotivação.

Além disso, como possível observar na UR215, o acesso às informações pode levar gestores e membros da SED e da GERED a se utilizarem de suas permissões para exigir, cobrar e pressionar de forma autoritária o desenvolvimento de atividades escolares, a fim de conseguir resultados numéricos, tanto no desempenho escolar, quanto no preenchimento do sistema, não se importando se ele está contribuindo para uma efetiva educação de qualidade, preocupação que é salientada por Libâneo (2016), quando expõe sua aflição sobre a utilização de indicadores e metas quantificáveis para definir um ensino de qualidade. Da mesma forma, pode-se criar uma preocupação excessiva com o preenchimento do sistema e não com a realização das atividades escolares ou com os alunos, que, de acordo com Oliveira e Tonini (2014), é o ponto central da educação.

Por outro lado, existe um acompanhamento por parte dos gestores do que está sendo desenvolvido em sala de aula, em relação ao preenchimento das informações no sistema. São observados se todos os campos foram preenchidos corretamente e se as informações lançadas condizem com o que está sendo trabalhado em sala de aula e com o que é proposto para a educação, conforme enfatizado por estes gestores:

“[...] eu sempre chamo individualmente, pego o plano de ensino e comparo com o que tem no sistema. Eu também faço um acompanhamento muito grande dentro da sala de aula, então uma ou duas vezes por semana eu estou em sala de aula, muitas vezes para substituir algum professor e é nesse momento que eu olho o caderno no aluno, vendo o que foi passado em cada disciplina e nas horas do intervalo e de meio-dia eu converso bastante com os professores para ver se há clareza entre o que foi colocado no plano de ensino e o que efetivamente foi trabalhado em sala de aula” (UR279 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII);

“Sim, é uma forma de ir acompanhando e visualizando o trabalho dos professores, o planejamento deles, o plano de ensino, ver se ele está atendendo o que foi proposto na escola.

No diário físico não se tinha este acompanhamento e trabalho pedagógico desenvolvido”. (UR285 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII);

“[...] , outra questão: se há consonância entre a aplicabilidade da aula com aquilo que está no Professor Online” (UR159 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

É feita, portanto, uma verificação para certificar-se, se o que está sendo lançado no sistema está sendo praticado em sala de aula. A verificação quanto a conformidade da teoria (o que foi informado no sistema) e da prática (o que foi desenvolvido em aula) pode justificar-se como uma ação de acompanhamento para garantir um ensino de qualidade, na qual sejam desenvolvidos os objetivos propostos. É uma ação que pode ser compreendida como uma prática a favor da melhora na qualidade educacional e é uma forma de acompanhar e inclusive, manter um ensino efetivo em todas as suas dimensões, como já discutido anteriormente.

O acesso constante e o cuidado para que as informações sejam lançadas no sistema pode ser interpretado ainda de outras duas maneiras diferentes: uma como sendo um controle para que as informações estejam disponíveis e outra é em relação ao que é lançado no sistema. De certa forma, este cuidado, por parte dos gestores, pode ser analisado como sendo uma preocupação para que as informações possam estar disponíveis à toda a comunidade acadêmica, pois, como já mencionado no subcapítulo anterior, para que o sistema Professor Online atinja seu objetivo é necessário que as informações estejam lançadas. Além disso, o acompanhamento das atividades escolares e do rendimento dos estudantes, que é um dos grandes objetivos do sistema Professor Online é comprometido quando não são lançadas as informações.

O preenchimento das informações é determinante para o bom funcionamento do sistema Professor Online. Para que não deixe de acontecer a informação e para que o sistema seja preenchido periodicamente e corretamente, existe um acompanhamento por parte dos gestores que orientam os professores sobre o cumprimento de suas atribuições no sistema, como apresentado por um gestor:

“É acompanhado, não digo cada dia, mas cada semana e a cada 14 dias se olha e se vê quem está alimentando o sistema e, quem não está alimentando o sistema é chamado no particular e pede-se para que alimente o sistema”. (UR314 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII).

Como observado, o professor é cobrado não somente pelo preenchimento do sistema, mas também é observada a conformidade das informações lançadas com sua atuação em sala

de aula. O fato de acompanhar as atividades desenvolvidas por cada professor permite verificar se elas estão de acordo com o proposto e possibilita a realização de ações para melhorar o ensino.

Além destas práticas, os gestores também acompanham, no sistema, a quantidade de avaliações a serem aplicadas em cada disciplina, pois, de acordo com a carga horária dela, existe um número máximo de avaliações que podem ser realizadas e que precisam atender à legislação vigente.

Uma das grandes vantagens do uso da tecnologia como aliada na gestão educacional e destacado pelos gestores, tendo sete ocorrências, é justamente este acesso facilitado às informações por parte da equipe gestora da escola. O sistema Professor Online permite uma verificação rápida de informações que são necessárias e úteis para o desenvolvimento do trabalho dos gestores, assim como para a resolução de problemas que venham a ocorrer no ambiente educacional, conforme salientado na pesquisa:

“Conseguimos ter acesso ao planejamento, aos planos de aula, às avaliações, à todas as disciplinas. Conseguimos ter esse acompanhamento. Não que antes não tinha, mas você precisava ir e solicitar ao professor: ‘Professor, posso ver o seu diário?’ , ou ‘Professor, você pode me dar seu diário para que eu possa dar uma olhadinha’. Ficava uma coisa ‘meio assim’. Hoje temos acesso a isso” (UR190 e UR191 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII);

“A qualquer momento que se deseja fazer um acompanhamento ou tenha algum problema, como por exemplo com notas, é possível acessar o sistema e olhar. Isso no que se refere à gestão”. (UR252 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII);

“Hoje todas as informações estão ali acessíveis, o que facilita o trabalho da gente [da gestão], pois não precisa mais estar procurando o professor para saber como é isso ou aquilo, você abre o sistema e já pode dar um suporte tanto para pais como acompanhar se o que está sendo feito está realmente proposto no planejamento dele ou não” (UR358 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII).

Por meio deste acesso são encurtados caminhos e facilmente podem ser consultadas informações necessárias para que os membros da gestão escolar possam, o mais rápido possível, encontrar soluções e resolver possíveis problemas a serem solucionados com os dados disponíveis no sistema. Além disso, é destacado, também, como vantagem, o acesso facilitado

às informações sem necessidade de precisar consultar o professor para solicitar o diário de classe, quando necessária a consulta de informações.

Esta facilidade permite que os gestores encontrem soluções para possíveis problemas que possam vir a acontecer no processo pedagógico e de aprendizagem, além do diálogo com alunos, pais e responsáveis. Estas ações, assim como todo o esforço da gestão escolar na produção dos melhores resultados para atender as necessidades de uma educação de qualidade, são fortemente destacadas por Tauchen (2013) quando afirma que cabe à gestão escolar coordenar e orientar todos os esforços para a promoção de aprendizagens efetivas e significativas, assim como a busca de alternativas para este fim.

Do mesmo modo, este acesso à informação, conforme destacam Oliveira e Tonini (2014), pode auxiliar na tomada de decisões da equipe gestora e dos demais membros da comunidade escolar, assim como na clareza e no desenvolvimento de ações conjuntas para alcançar metas tendo o aluno como foco principal. Neste sentido, é possível destacar que a análise dos dados disponíveis no sistema, pode auxiliar na prevenção de problemas que possam vir a acontecer, podendo serem tomadas medidas para preveni-las, como salientado por Carleto (2009), quando afirma que a organização e a análise das informações pode auxiliar no processo de tomada de decisões. Uma destas ações foi observada na coleta de dados e está relacionada à evasão escolar:

“Nós temos um controle bem rígido da presença do aluno, para consultar se um aluno faltou ou não. Nós temos aqui [no sistema Professor Online] a agenda do aluno e nenhum aluno falta sem nós sabermos o motivo pelo qual ele está faltando”. (UR128 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII);

“[...] a gente verifica se o aluno definitivamente faltou e entra em contato com a família. Isso é bem importante”. (UR129 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

Outro ponto positivo salientado pelos participantes da pesquisa é que, através das informações disponíveis no sistema é possível intervir, quando necessário, em determinadas situações, promovendo a qualidade do ensino, como destacado na coleta dos dados:

“[é possível] intervir e promover ações para melhorar o rendimento do aluno, promovendo aulas de reforço” (UR97 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII);

“[...]a gestão pode acompanhar as atividades e avaliações das disciplinas e dependendo da situação propor melhorias antes que os problemas aconteçam” (UR388 QP – julho/setembro 2018, Anexo VII).

Além disso, foi destacado que este acompanhamento facilita também o desenvolvimento de outras políticas públicas, como é possível observar na UT49 do Anexo VII.

Destacou-se também na coleta de dados, com quatro ocorrências, que a partir do acesso ao sistema Professor Online aumentou o envolvimento por parte das famílias no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Dentre os vários aspectos destacados, um dos que teve maior relevância e com a maior quantidade de registros, com um total de 69 ocorrências foi a UTG12, em especial a UT50 com 27 registros que trata do acesso dos pais e responsáveis que podem acompanhar o desempenho dos alunos, a partir das informações lançadas pelos professores no sistema Professor Online.

Esta funcionalidade é destacada como positiva, sendo responsável pela melhora na participação dos pais e responsáveis na caminhada educativa dos alunos:

“Melhorou bastante, pois os pais também têm acesso às informações do sistema. Isso contribuiu no sentido de os pais poderem acompanhar a agenda de avaliações, as notas tiradas nas avaliações, provas e trabalhos”. [...] (UR292 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII).

“Então hoje, no decorrer desse tempo, posso dizer que tem pais que sabem e acompanham as notas dos seus filhos. Tem pais que já vem dizendo: ‘Eu olhei lá, tem tantas avaliações’ e vem reclamando ou questionam o porquê de não ter tido mais avaliações, de ter apenas uma nota. Então os pais já me procuram sabendo o que querem falar e eu não preciso procurar em nenhum lugar. Antes, tinha que procurar no diário impresso. A maior parte dos nossos pais tem acesso e olham o sistema” (UR60 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

A possibilidade de poder acompanhar as informações dos estudantes pelo sistema aumentou a participação ativa no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O fato deles poderem acompanhar o desempenho escolar dos estudantes os faz partícipes desse processo. Essa maior participação foi notada após implantação do sistema e é destacada por alguns gestores:

“Se os pais perguntam para o filho em casa: ‘o que você teve nestas aulas de português’ e o aluno fala: ‘hoje a gente teve leitura ou terminou de assistir um filme’, os pais se dão conta

de que tem alguma coisa que não está certa. Estas situações eu percebo, pois tem vários pais que falam comigo sobre isso e que questionam: ‘O processo está acontecendo? Porque meu filho veio para casa com o caderno com esse e esse conteúdo?’. Tem alguns pais que chamam no particular porque o aluno teve defasagem de aprendizagem e eu digo: ‘Pai, começa a olhar em casa, no caderno do seu filho, pois ele não está fazendo a atividade, ele não está copiando o conteúdo. E no sistema Professor Online você também pode acessar para ver o conteúdo passado pelo professor ou você vem aqui [na escola], assiste uma aula junto [com seu filho], ou veja o conteúdo [trabalhado] no caderno dos colegas. Observe que no [caderno] do teu filho esse conteúdo não está.’ E os pais concordam: ‘Sim diretora, realmente. Eu vou começar a acompanhar e vou começar, inclusive, a assinar meu nome e vou questionar meu filho o porquê ou o que ele estava fazendo na aula.’ Então, esses resultados eu já tive, só neste ano. Pais que não acreditavam, que achavam que o conteúdo não estava sendo aplicado e que viram que o filho não cumpriu sua função de aluno em sala. Também já tive questionamentos de pais onde o professor não aplicou o conteúdo” (UR169 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

“No ano passado (2018) aconteceu uma situação onde uma mãe que sempre acompanhava as avaliações e notas do seu filho verificou que no final do bimestre ainda não havia sido lançada nenhuma avaliação e nenhuma nota. Essa mãe veio até a escola reclamar por qual motivo o professor ainda não havia lançado as avaliações, se ele não estava fazendo nada em sala de aula, Eu tive que conversar com o professor e verificar o que estava acontecendo” (UR261 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII).

Observa-se que o sistema Professor Online propiciou um maior acompanhamento por parte dos pais e responsáveis no processo de educação de seus filhos. As informações lançadas pelos professores no sistema, por seu fácil acesso, contribuem neste processo e além das avaliações e do rendimento escolar, os pais passam a observar e serem mais atentos aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Estas facilidades permitem e auxiliam para que a comunidade escolar, cada vez mais, se faça presente e se comprometa com a educação. Existe, portanto, como destaca Lück (1997), uma participação responsável quanto ao desenvolvimento do ensino e na tomada de decisões, sendo este um processo de fortalecimento da democratização do processo pedagógico, afirma a autora.

Neste sentido, outro relato apresenta bem a questão do acompanhamento, tanto de prevenção de situações, já mencionado anteriormente, como da importância dos pais e responsáveis em poderem acompanhar as informações relacionadas ao estudante:

“Os pais poderem verificar o sistema de casa [...]. Teve uma situação que o pai olhou em casa que o filho tinha uma falta, mas o filho veio de transporte aqui para a cidade. O pai confirmou que o filho havia vindo para a escola, mas no sistema tinha essa falta. Então fomos verificar, e de fato, o filho havia vindo para a cidade, mas não tinha vindo até a escola. Esse foi um caso [em] que [o sistema do Professor Online] ajudou. O professor tinha lançado a falta, [assim] o pai ficou sabendo e nós também de que o menino vinha com o transporte para a cidade, mas não vinha para a escola. Neste sentido foi bastante positivo [o sistema]”. (UR226 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VII).

No relato é possível observar que juntos: gestão escolar, professores e pais puderem detectar uma situação problema e preveni-la, de modo a apresentar como o acesso à informação, proporcionado pelo sistema Professor Online, aproximou a comunidade escolar que juntos, passam a trabalhar em prol da educação, sendo esta uma característica destacada por Tauchen (2013) quando ela afirma que o desenvolvimento do processo educativo é realizado pela participação dos diferentes membros que compõem a comunidade escolar.

Além disso, em relação ao acesso à informação pelo sistema, é enfatizada a agilidade com que elas são acessadas, o que favoreceu o desenvolvimento de ações pelos membros da gestão escolar, pois o acesso permite tomar conhecimento sobre a situação do estudante, como seu desempenho escolar e sua frequência. Além disso, é citado na coleta de dados, que houve uma diminuição de questionamentos dos pais e responsáveis relacionadas a estas informações.

Para que o acesso ao sistema seja realizado por pais e responsáveis, com o melhor resultado possível, são oferecidas formações apresentando as funcionalidades e como elas são acessadas. Ao mesmo tempo, os pais e responsáveis são incentivados a acompanhar o desempenho dos alunos e também cobrados quanto a este acompanhamento, pois, conforme a coleta de dados, ainda existem famílias que não acessam o sistema.

O Professor Online também está disponível aos demais membros da comunidade escolar, como os próprios alunos que possuem acesso ao seu desempenho escolar, frequência, conteúdos ministrados em cada disciplina, notas e agenda com as avaliações a serem realizadas e os professores que são responsáveis por alimentar o sistema. É destacado pelos próprios docentes, como é possível ser observado na UT57, que o acesso às informações do sistema Professor Online, tanto pelo professor quanto pelos alunos, tem contribuído na aproximação entre eles.

São enfatizadas, também na coleta de dados, a clareza e a transparência com que o sistema permite que os dados sejam acessados. Estas informações, antes da implantação, eram de acesso mais restrito, sendo necessário, em alguns casos, entrar em contato com o professor para acessá-las, como já mencionado. Este aspecto foi bastante destacado no levantamento de dados, sendo que na UT58 houveram seis (6) ocorrências e na UT59 sete (7) ocorrências, totalizando 13 ocorrências enfatizando a clareza e a transparência nas informações.

Como é possível observar, toda a comunidade escolar possui acesso às informações que são de seu interesse. Este acesso, possível através do sistema, permite que juntos: gestores, professores, alunos, pais e responsáveis, possam trabalhar unidos em prol de projetos e objetivos comuns, como a melhora da qualidade no processo de ensino, que, conforme afirmam Oliveira e Tonini (2014), é possível através da integração e dos esforços de seus membros.

No que se refere à gestão democrática e colaborativa, podemos destacar fortemente a contribuição dos membros da comunidade escolar nas melhorias desenvolvidas no sistema Professor Online, após sua implantação:

“Tudo que é dificuldade que vai se encontrando e percebendo no sistema vai sendo falado. Como é uma experiência nova no Estado eles aceitam tranquilamente e vão adaptando as sugestões. Várias coisas foram sendo melhoradas no sistema e não é mais como era. Até questões de avaliação qualitativa, preenchimento de outras informações que já foram melhoradas bastante” (UR301 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII);

“Outras solicitações que os professores faziam já foram atendidas [...]” (UR345 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII);

“Iam sendo feitas solicitações e elas iam sendo atendidas. Desde o início do sistema até hoje, muitas solicitações já foram atendidas” (UR346 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VII).

O que podemos observar em relação à gestão democrática e colaborativa é uma mudança positiva neste processo desde a implantação do sistema. Houveram, claramente, esforços pessoais e coletivos relacionados ao desenvolvimento da plataforma Professor Online, o que confirma a construção e o desafio da gestão colaborativa na educação enfatizada por Souza (2010) e Oliveira (2015), na qual a gestão dos diferentes aspectos da escola que, por longos períodos históricos, esteve sob a responsabilidade de apenas um representante passa a

apresentar aspectos de descentralização e oferecer espaços para a participação de seus diferentes membros.

No início da implantação o sistema foi desenvolvido sem que houvesse participação dos atores que o utilizariam. Porém, posteriormente, ele passou a ser uma construção colaborativa. Este é um aspecto destacado por Dourado (2007) que defende a ideia de participação de todos os membros, tanto no processo de gestão quanto na organização de processos educacionais.

Ao mesmo tempo esta realidade apresentou características da nova mudança, ou seja, da evolução dos aspectos administrativos para os de gestão, passando da imposição de uma ferramenta para a construção colaborativa, envolvendo diferentes atores. Neste processo houve uma maior participação dos professores e ocorreu o comprometimento apresentado por Ferreira e Nogueira (2015), que afirmam que as pessoas se comprometem com o que lhes diz respeito. Como o sistema Professor Online passou a fazer parte da realidade, quase diária dos professores, eles, melhor do que ninguém, conhecem a realidade e propuseram melhorias no sistema. Juntos trabalharam e trabalham para que o sistema, que apresentou auxílios para o processo de gestão escolar, pudesse ser melhorado, tendo características de uma gestão democrática.

Além disso, esta participação no desenvolvimento de melhorias na plataforma apresenta uma valorização do profissional da educação, além de uma preocupação para o desenvolvimento de funcionalidades que não estejam dissociadas da realidade escolar vivida atualmente, como destacado por Ferreira e Nogueira (2015), na qual a participação da comunidade escolar auxilia para que as ações não se tornem “planos fictícios” ou distantes das necessidades escolares vivenciadas. Portanto, entender essa realidade e acolher sugestões de quem a vive é fundamental para atender aos objetivos atuais da realidade educacional. Desta forma, a escola, exercendo seu papel em prol da democracia, permite que a comunidade escolar, em especial professores tenham participação e ao mesmo tempo exerçam seu direito de contribuir para a melhora dos processos de gestão e também da educação.

A caminhada que o sistema Professor Online teve desde sua implantação mostra essa evolução, e tem se destacado em vários aspectos, em especial no que se refere à gestão, contribuindo para uma participação maior da comunidade escolar, na agilidade do desenvolvimento de atividades escolares por parte dos gestores, na agilidade do acesso a informação, na facilidade com que as informações podem ser acessadas e ficam disponíveis, na

análise das informações disponíveis para a prevenção de possíveis problemas que possam vir a ocorrer, no auxílio para a tomada de decisão, entre outros aspectos destacados ao longo do texto.

Por estas questões, evidencia-se que a tecnologia tem contribuído positivamente para a gestão escolar. Aos poucos ela tem encontrado seu espaço no campo educacional e apresentado sua potencialidade.

Mesmo ainda tendo vários aspectos a serem melhorados, a tecnologia na gestão escolar tem apresentando impactos positivos e tem tido suas implicações junto às políticas públicas, sendo este, também um aspecto analisado neste estudo e apresentado no item a seguir.

6.1.3 Observação e análise das políticas públicas e iniciativas do governo no estado de Santa Catarina

Este subcapítulo tem por finalidade atender aos objetivos deste trabalho que se referem a análise das políticas públicas a partir da utilização do Sistema Professor Online como ferramenta tecnológica e refletir sobre as políticas públicas no tocante da gestão educacional tendo em vista a utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na gestão escolar.

A organização dos dados, no que se refere às políticas públicas e que formou a terceira categoria de análise, foram organizadas e são apresentadas no Anexo VIII.

Como é possível observar no Anexo VIII esta categoria está subdividida em sete unidades temáticas gerais. Dentre elas destacam-se as reflexões acerca da falta de recursos financeiros para serem aplicados em políticas públicas educacionais, assim como a falta de autonomia das escolas para aplicarem os recursos financeiros para as suas necessidades específicas; as dificuldades e a precariedade quanto à infraestrutura tecnológica disponível no ambiente escolar, em especial para atender de maneira satisfatória a necessidade de internet para o bom funcionamento do sistema Professor Online, sendo esta a unidade temática geral com maior número de ocorrências, somando um total de 31 ocorrências; e a importância da participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas, ou seja, a gestão democrática e participativa. Cada uma dessas temáticas, assim como outras reflexões importantes, decorrentes da organização e da análise dos dados desta categoria serão apresentados a seguir.

Com um total de 17 ocorrências foi enfatizada, principalmente por parte dos gestores, a falta de recursos, tanto na esfera estadual quanto federal, para o desenvolvimento de programas e atividades no ambiente educacional:

“Se os programas vêm para ficar, que os recursos prometidos ou empenhados sejam ofertados à escola com um calendário que seja cumprido. [...]. Esse é o grande entrave. Se os programas, na maioria deles vêm para ficar que então os recursos também venham” (UR41 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII);

“Planejamos um monte de coisa, mas os recursos, que seriam importantes para fazer as coisas, para sair da ‘mesmice’ não vem. [...]” (UR45 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

A falta de recursos, assim como o atraso, inclusive de anos, no envio destes, acaba prejudicando o bom desenvolvimento das políticas públicas, impedindo que elas possam atender, de maneira satisfatória e com qualidade, as situações para as quais foram pensadas. Algumas delas, devido a esta situação, acabam não sendo executadas.

Neste sentido, estes recursos, por se tratarem e serem provenientes, em sua maioria, de recursos públicos precisariam ser administrados de forma a atenderem, com a melhor qualidade possível, as necessidades da sociedade, pois, segundo Augusto (1989), por se tratar de recursos públicos deveriam retornar para a comunidade em forma de serviços e ações para garantir suas prioridades básicas. O que acaba ocorrendo com a demora no envio dos recursos, é que as políticas públicas educacionais, por vezes, acabam não atendendo da melhor forma ou mesmo não atingindo a maior quantidade de pessoas que poderiam ser beneficiadas com estas ações.

No entanto, para solucionar ou amenizar este problema da falta de recursos e para que possam ser desenvolvidas as ações pensadas para a educação, a escola acaba recorrendo a recursos próprios (5 ocorrências), auxílios das Associações de Pais e Professores (APP) e da comunidade escolar em geral, promovendo eventos e atividades para a aquisição de verbas, como destaca um gestor:

“[...] Então se faz rifa, faz isso, faz festa, tudo precisa acontecer ‘espremendo’ um pouco mais a comunidade para ver se conseguimos mais recursos”. (UR40 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

Os cortes financeiros na educação não são apenas um problema que está ocorrendo com as políticas públicas desta área, mas também ocorre em outros setores, como pode ser observado nos dados, no qual os professores e gestores destacam que:

“Nós estamos agora em um momento de bastante contenção de despesas no estado de Santa Catarina. Muitos benefícios, licenças, entre outros foram cortados porque não tem recursos. Os programas que foram implantados para melhorar a qualidade de ensino, alguns estão passíveis de serem cortados por causa da contenção de despesas” (UR47 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

Além de serem poucos os recursos provenientes do Estado, foi elencado que há uma burocracia e falta de autonomia muito grande em relação ao uso destes para necessidades escolares pontuais de cada escola. De acordo com a coleta de dados, os recursos destinados para um determinado fim não podem ser utilizados em outra necessidade:

“Na escola temos a questão da sustentabilidade, onde é necessário fazer uma estufa e canalizar a água da escola. O dinheiro que veio para este projeto não pode ser usado para gastar em lixeiros ou outras coisas na escola. Este dinheiro precisa ser devolvido. O que não for gasto na estufa, será necessário devolver. [...]. Dá um pouco mais de liberdade, mesmo que precise prestar contas, mas deixa gastar em outra coisa” (UR71 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII);

“Eu tenho hoje, em 2018, um plano de gastos, [que foi] previsto em 2015. Essas são coisas que foram previstas lá [em 2015] onde o dinheiro deveria ter vindo e precisava ter sido comprado as coisas naquele ano (2015) porque eram necessidades que eu tinha lá [em 2015]. Hoje eu tenho dinheiro na conta ‘engessado’, dinheiro este para algumas coisas que eu não tenho mais necessidade e eu não posso usá-lo para comprar nada fora [do plano de gastos] [...]” (UR42 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII);

“[...] Já vem pouco [na questão] financeira e em cima deste pouco que vem precisamos correr atrás de três orçamentos, de notas, é uma burocracia muito grande. A parte burocrática faz com que o sistema segure e freie muito” (UR173 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

A falta de autonomia aqui relatada em relação ao uso dos recursos financeiros é observada também em outras áreas da educação, como apresentado por Serpa e Petry (2018, p.46):

Caracterizam a falta de autonomia das escolas: decisões são tomadas de fora para dentro, restringindo o espaço que ela deveria possuir para essas decisões sobre os inúmeros fatores ligados ao seu funcionamento: objetivos da instituição, organização e gestão, plano pedagógico, suas equipes e métodos de trabalho.

Como é possível observar, várias ações caracterizam e podem ser comprometidas pela falta de autonomia. Além disso, a falta da participação da comunidade escolar e o fato de muitas ações serem pensadas por pessoas distantes da realidade local e regional, também podem comprometer o bom desenvolvimento das políticas públicas. Paro (2016) destaca que este cenário é arquitetado pelo Estado, de forma a impossibilitar esta autonomia administrativa e pedagógica da escola, sendo a solução para tal problema a gestão democrática e participativa, na qual os membros da comunidade escolar podem se unir “para pressionar os escalões superiores e adotar a escola de autonomia e de recursos” (PARO, 2016, p. 17).

Esta dificuldade, que diz respeito ao uso dos recursos para outra finalidade na escola, acaba dificultando ou mesmo impedindo que sejam solucionados problemas locais que as escolas necessitam. Obviamente, toda essa situação acaba comprometendo a qualidade da educação, principalmente as situações que estão diretamente relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, como a compra de materiais para atividades escolares, melhora dos espaços físicos da escola ou a disponibilização de infraestrutura necessária para a realização de atividades com os estudantes.

Neste sentido, o tópico com maior ocorrência nesta categoria, com periodicidade de 31 vezes, trata justamente da dificuldade e precariedade quanto à infraestrutura tecnológica disponível no ambiente escolar. Dentre os cortes realizados na área da educação no estado de Santa Catarina, a infraestrutura tecnológica está inclusa:

“O que deveria melhorar é a questão de sinal de internet nas escolas, pois em vez de melhorar eles [Estado de Santa Catarina] estão cortando das escolas que ainda tinham sinal de internet paga pelo Estado” (UR344 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VIII);

“O governo inclusive cortou a internet e as APPs estão pagando a internet [...]” (UR318 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VIII).

Como é possível observar, dentre os cortes financeiros na área da educação, está incluso a internet. A dificuldade de uma internet de qualidade nas escolas é um aspecto destacado, com bastante ênfase, pelos participantes da pesquisa.

Atualmente o acesso à internet tem sido um grande aliado na educação e, segundo Lévy (1999), vivemos em um mundo onde a tecnologia tem crescido constantemente e a utilização de ferramentas tecnológicas e TIC tem ganhado força em diversos espaços, inclusive no ambiente escolar. Grande parte destas ferramentas e TIC se utiliza do acesso à internet para seu funcionamento, inclusive o Professor Online que é objeto de estudo deste trabalho. Com a ausência ou o mau funcionamento dela, o desempenho e as funcionalidades do sistema Professor Online são comprometidos, sendo esta, atualmente, a maior dificuldade e o ponto negativo destacado no uso do sistema Professor Online, tendo 14 ocorrências, como pode ser observado na UT70 do Anexo VIII.

Para solucionar este problema da falta de recursos provenientes do Estado para instalação de internet, as escolas têm pago toda infraestrutura com recursos próprios:

“[...] ainda hoje como gestor da escola eu estou comprando melhores roteadores e puxando fios para que todos tenham acesso à internet e consigam fazer as tarefas para não acumular semanalmente o lançamento das presenças” (UR19 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII);

“Temos na escola internet paga com recursos da própria escola para que o professor possa inserir as informações de forma mais rápida” [...] (UR257 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VIII).

É possível observar nos dados que, mesmo não recebendo recursos do Estado para oferecer internet nas escolas, elas próprias, cada uma a sua maneira busca e encontra formas para que este serviço esteja disponível para ser usufruído por professores e estudantes. Nestas ações é possível observar a preocupação e o interesse por parte da escola, gestores, professores e famílias, para que sejam supridas as necessidades de atendimento às diversas situações em que se faz necessário o uso de internet, seja para melhorar o processo de ensino em sala de aula através do uso de TIC ou para dar as condições necessárias para o funcionamento de uma política pública pensada para o bem da comunidade escolar, como é o caso do sistema Professor Online.

Neste sentido, uma gestora questiona o fato do Estado de Santa Catarina não oferecer as condições necessárias para o funcionamento das políticas públicas:

“[...] Não adianta criar um sistema e o estado e a SED (Secretaria do Estado da Educação) não possibilitar uma qualidade de internet nas escolas, até porque agora

abandonaram todas as escolas, cortaram a internet e também os profissionais para fazer este atendimento, foram cortadas as linhas de internet e as APPs (Associação de Pais e Professores) tiveram que contratar a internet. Isso em todas as escolas. Eu vejo uma incoerência total, primeiro criam um sistema online e agora cortam a internet nas escolas. É uma incoerência muito grande. A princípio para termos acesso à internet a APP teve que contratar a internet. O problema é a falta de qualidade na potência da internet nas escolas e o descaso do governo com a internet nas escolas”. (UR284 EG – Fase 2 – fevereiro 2019 Anexo VIII).

Para o funcionamento correto do sistema Professor Online e para que ele atenda aos objetivos propostos é necessário acesso à internet, necessidade para a qual, atualmente, não são recebidos recursos, mesmo sendo ela uma ação e iniciativa do Estado. Neste sentido existe, como destacado anteriormente, uma incoerência por parte do Estado de Santa Catarina em não oferecer recursos financeiros e condições necessárias para que as políticas públicas, pensadas por eles, possam funcionar. Aqui destacamos a dificuldade relacionada ao sistema Professor Online, porém, o mesmo ocorre também com outras políticas públicas que acabam não sendo executadas da maneira correta ou são descontinuadas.

Analisando por outro ponto de vista, as ações realizadas para que a escola tenha internet influenciam na forma da comunidade escolar se comprometer com as políticas públicas, exercendo sua responsabilidade para que possam atingir seus objetivos, além de auxiliarem para que se tenha as condições necessárias para o desenvolvimento de práticas com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

Além disso, outro aspecto, com 9 ocorrências, é o problema relacionado a falta de bons equipamentos tecnológicos para serem utilizados pelos alunos e professores:

“Para universalizar, precisa ter laboratório [de informática] na escola com bons equipamentos, caso contrário senão vamos estar excluindo da escola boa parte dos alunos” (UR125 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

“Por exemplo, estou com três professores na sala ao lado e apenas dois computadores estão funcionando. Isso também é importante para que os professores não fiquem ‘disputando’ computadores para lançar as informações no sistema” (UR20 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

“Eu acho que talvez seja bom frisar que o Estado deva investir um pouco mais em recursos tecnológicos nas escolas porque hoje o professor usa ferramentas pessoais. Eu não

sei se isso é muito correto, pois se o Estado também pudesse estar propiciando para a escola espaços e equipamentos que possam também ser utilizados pelos professores. O que nós temos hoje na escola está completamente sucateado, são todas máquinas velhas e ano a ano tentamos salvar aquelas que ainda tem condições. Eu sei que a política do(s) Estado(s) é partir para outras formas de tecnologias, principalmente aquelas através de smartphones, de tabletes, [...]. Eu acredito que toda escola deveria continuar tendo, e por um bom tempo ainda, seus laboratórios de informática bem equipados” (UR124 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

“Não poderia jamais ter tirado o professor de informática [das escolas]. Lógico que o professor precisa saber de tudo um pouco, mas nós precisamos desse profissional, [em especial] no laboratório [de informática]. É faltoso. Esse profissional está faltando nas nossas escolas e, ao meu ver, ele deveria estar voltado” (UR175 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

Como foi observado nos dados, é salientado que a falta de bons equipamentos e computadores, salas de informática e professores de informática acaba comprometendo, em alguns aspectos, o aprendizado por parte dos alunos, assim como não oportuniza, de forma igualitária, o desenvolvimento de atividades com o uso desses equipamentos e do acesso à internet. Isto ocorre, pois, muitas escolas participantes da pesquisa se localizam no interior dos municípios onde, em algumas localidades, ainda não existe uma cobertura total de internet e alguns alunos não dispõem de um equipamento com acesso à internet em casa. Esta situação acaba prejudicando o acesso aos conhecimentos disponíveis através deste meio, como salienta Lipinski (2016), pois o acesso à informação é comprometido e, conseqüentemente, o acompanhamento da vida acadêmica do aluno não se dá da maneira esperada e a participação dos membros da comunidade escolar diminui.

Além disso, a falta de bons equipamentos nas escolas para uso dos professores dificulta o trabalho destes no que se refere à possibilidade de incorporar o uso de recursos tecnológicos e TIC na promoção do estudo, que é um instrumento importante, como afirmam Lipinski (2016) e Scheffer et al (2017), para auxiliar e tornar mais atraente o processo de ensino e de aprendizagem. Da mesma forma, esta situação dificulta o preenchimento das informações no sistema Professor Online.

Para que as políticas públicas funcionem é preciso que sejam oferecidas as condições necessárias para que elas sejam executadas da melhor forma possível, caso contrário, podem

estar fadadas ao insucesso pois não atendem, de maneira satisfatória, o propósito para o qual foram criadas, como destacado por um gestor:

“O que se espera de política pública acaba não sendo atingido, pois depende de fatores externos. Tem várias ideias, surgem e aparecem os programas e eles são implantados com aquilo que a escola já possui e depois vai se adequando. E muitas vezes se frustra com a experiência pois ela está fadada ao insucesso por causa da falta de todas essas questões que não são atendidas, como ampliação do espaço físico, mais computadores, ter um sinal de internet adequado no caso do sistema Professor Online, A grande dificuldade das mudanças dentro das escolas em relação à projetos são essas questões” (UR290 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo VIII).

No que se refere à utilização do sistema Professor Online, os dados apontam para a falta de equipamentos, assim como para a falta de recursos financeiros necessários para investir em tecnologia no ambiente escolar e disponibilizar internet de qualidade, o que reflete, claramente, na utilização do sistema Professor Online e no desempenho de suas funcionalidades.

Diante destas realidades, algumas famílias e alunos tem dificuldade para acessar as informações do sistema e os professores acabam, por vezes, não podendo postar na hora ou no dia as informações na plataforma Professor Online. Esta situação pode desencadear uma série de problemas já comentado no subcapítulo anterior, incluindo a indisponibilidade das informações.

Além do Professor Online outras TIC que poderiam ser usadas por alunos e professores no ambiente escolar para auxiliar no processo de ensino e de aprendizagem também acabam sendo impactadas ou, muitas vezes, nem usadas. Estas ferramentas poderiam oferecer um novo espaço para a interação com a tecnologia como instrumento para o desenvolvimento do conhecimento social, afirma Kenski (2008). Além disso, elas poderiam favorecer um ambiente educacional mais motivador tanto para professores quanto alunos, destaca Lipinski (2016).

Outro ponto destacado nos dados em relação às políticas públicas, totalizando 6 ocorrências, é o fato de que algumas delas se encontram distantes da realidade escolar local e regional das escolas que participaram da pesquisa. Como, de maneira geral, elas são pensadas objetivando uma demanda específica, em muitos casos acabam não atendendo às necessidades específicas de um local ou de uma região, como é o caso destacado por um gestor:

“Nosso estado é grande, é ‘multi’, então da mesma forma como é feito aqui na cidade ‘X’, será feito em Florianópolis. Não interessa a diversidade que tem aqui ou lá. No caso das políticas públicas [...] tem políticas que são pensadas ‘no todo’, atendendo [apenas] uma demanda específica de um ponto e ela se aplica a todos os lugares e tem lugares que não precisa. Por exemplo o programa AMBIAL, que é um programa que visa tirar o aluno da rua, fazendo com que ele fique em tempo integral na escola e possui como propósito trabalhar horta e alimentação. Ele é um programa que [objetiva] tirar um aluno da rua, onde tem marginalidade, tem crianças que passam fome. Vai tirar ele da rua e ter ele na escola seguro e com comida, mas tem lugares, como é o caso da nossa escola onde temos o programa AMBIAL mas [aqui] não temos esse problema [de fome e marginalidade]. Nós não temos nenhuma criança com vulnerabilidade social e que passe fome, mas nós temos o projeto aqui na escola” (UR69 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

Seria importante se cada escola ou mesmo região pudesse escolher ou optar por políticas públicas adequadas para os problemas específicos de sua escola, ou ainda, poder adaptar os projetos de acordo com a região e realidade local, considerando as diferenças de cada comunidade escolar, aspecto importante destacado por Nievola (2011). Neste sentido, as demandas específicas e problemas pontuais de cada região e escola poderiam ser atendidas da melhor forma e as políticas públicas seriam mais produtivas, pois, como afirma Perreira (2009), elas precisam considerar as especificidades de cada ambiente e variar considerando o contexto histórico e geográfico.

Neste sentido, vale considerar Souza (2013, p.43-44) quando afirma que “as políticas públicas educacionais devem considerar a escola como um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos”. É necessário considerar que cada escola tem suas especificidades e particularidades a serem observadas e respeitadas, inclusive os aspectos próprios de cada região.

Um fator que agrava tal problema e é destacado no levantamento de dados, é que, a grande maioria das políticas públicas são pensadas e desenvolvidas por pessoas que não vivenciam a realidade escolar cotidianamente:

“Se percebe que algumas coisas foram feitas por uma pessoa sentada em um gabinete que não conhece a realidade das escolas. Eu penso que a ideia é sempre boa, mas que nem sempre é boa porque eles não têm a realidade, a prática das escolas”. (UR227 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

Este gestor, diante da realidade exposta, apresenta como solução para tal dificuldade a participação e envolvimento da comunidade escolar no processo decisório das políticas públicas. Trata-se da construção de uma gestão baseada na união entre Estado, sociedade e comunidade escolar, na qual todos possam auxiliar, cada qual com sua experiência, seu conhecimento e suas habilidades, para que as melhores decisões e ações sejam tomadas.

Esta forma de trabalhar e de desenvolver as políticas públicas vai ao encontro do modelo democrático-participativo destacado por Libâneo (2001), na qual as experiências e interações sociais de cada membro são importantes para a tomada de decisões na área da educação. Neste mesmo viés, Bastos (2017) afirma que as políticas públicas, voltadas para o ambiente educacional, precisam ser realizadas em parceria com o governo, sociedade e instituições educacionais.

Além disso, a construção de políticas públicas não deve atender unicamente um pequeno grupo ou o próprio Estado, mas envolver a maior quantidade de indivíduos da sociedade, conforme afirma Souza (2006), por isso da participação de seus membros.

Esta participação colaborativa prevista na Constituição Federal de 1988, estabelece justamente esta colaboração de toda a sociedade no processo de educação, isso inclui a participação efetiva nas políticas públicas. Neste sentido é importante que todos os membros, em especial as famílias, professores, gestores e sociedade tenham consciência do seu direito e da importância de sua participação, tendo claro que toda ação tem por objetivo promover o ser humano através da educação. Portanto, para que as políticas públicas educacionais possam se tornar mais significativas, Silva (2016) afirma que é necessária a participação de toda comunidade. Esta participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas, também foi destacada na coleta dos dados. Foram levantados dois aspectos que desfavorecem e não condizem com um ambiente de gestão democrática: o primeiro está relacionado a imposição de políticas públicas sem consenso e participação da comunidade escolar e o segundo é de que as políticas públicas precisam ser desenvolvidas a partir da realidade vivenciada pelas escolas, sendo este ponto fortemente destacado por um gestor:

“Do ponto de vista de políticas educacionais deveriam ter muito mais essa questão de ouvir, de vir olhar o que acontece, onde acontece, quais são as dificuldades, quais são as alternativas. Ouvir! Eu sinto que nós não somos ouvidos. [...]. Eles (pessoas que pensam as políticas) não ouvem isso, eles não escutam isso, parece que eles não aceitam isso. Se eles ouvissem mais a base muita coisa seria diferente. Eu vejo isso não só no ponto de vista das

políticas para educação, mas em outros setores também” (UR208 e UR201 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

De forma geral os dois aspectos destacados se complementam e acabam por desfavorecer a gestão democrática e colaborativa. Como apresentado, algumas políticas públicas são impostas não havendo um consenso sobre elas ou a possibilidade de participação da comunidade escolar no seu processo de desenvolvimento, desta forma, a realidade da escola e a experiência dos que a vivenciam acabam não sendo observadas e as políticas públicas acabam se distanciando da realidade por não terem sido elaboradas com a participação dos membros da comunidade escolar.

Justamente por esta falta de participação em sua construção, observa-se uma certa resistência na aplicabilidade e aceitação destas políticas, fato que também ocorreu com o sistema Professor Online, já discutido neste trabalho. Quando existe a participação da comunidade escolar no desenvolvimento das políticas públicas, evita-se a dissociação da realidade e há um maior comprometimento de todos, para que a política atinja seus objetivos e seja bem-sucedida.

Mesmo que essa participação ainda não aconteça plenamente e de forma satisfatória é possível observar também, através da análise de dados, que no estado de Santa Catarina são desenvolvidas ações no sentido de promover e vivenciar, cada vez mais, a gestão democrática nas escolas. São realizadas formações sobre gestão democrática e ao mesmo tempo são cobradas, pela própria SED de Santa Catarina, ações envolvendo a comunidade escolar, como destacado por um gestor:

“Todas as ADRs (Agências de Desenvolvimento Regional) têm os seus tutores que ministram estes cursos [de gestão democrática], que acompanham [essas formações] e nós somos obrigados a postar, ler e fazer trabalhos envolvendo a comunidade escolar. Este ano, inclusive, é mais direcionado para o conselho deliberativo escolar, do envolvimento deles nas atividades da escola. Então todos se sentem mais valorizados, mais comprometidos com isso” (UR93 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo VIII).

Observa-se uma preocupação, por parte do estado de Santa Catarina para que as ações, à nível escolar, sejam realizadas em conjunto com toda a comunidade escolar. Neste sentido, foram evidenciadas, na coleta de dados, ações para o envolvimento de todos os membros, sendo destacadas a participação da comunidade acadêmica na escolha e decisão sobre a implantação de políticas públicas na escola e a realização de atividades com os jovens sobre políticas

públicas no ambiente educacional, incentivando sua participação em políticas públicas locais exercendo seu direito de contribuir e participar destes processos.

Além disso, outra ação que mostra a preocupação da SED de Santa Catarina para a vivência de uma gestão democrática nas escolas do estado é o fato dela oferecer formações e capacitações, em especial para os gestores, sobre como gerir a escola de forma participativa, envolvendo toda a comunidade escolar nos processos educacionais, além da participação destes na construção de políticas públicas.

Dentre as iniciativas do Estado destacadas para a vivência da gestão democrática, também foram mencionadas políticas públicas educacionais. Dentre as várias políticas públicas existentes foram mencionadas, na coleta de dados, apenas cinco: Programa de Educação Ambiental e Alimentar (AMBIAL)¹⁴, Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA), Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA), Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)¹⁵ e Ensino Médio Inovador (EMI)¹⁶, sendo este o de maior destaque, com quatro ocorrências.

Dentre os cinco programas citados, observa-se que dois deles contemplam ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação, à nível federal, e três, as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Dentre as políticas públicas desenvolvidas pela SED de Santa Catarina, podemos incluir o próprio sistema Professor Online. Estas ações desenvolvidas à nível estadual, foram destacadas no levantamento de dados com três ocorrências, sendo enfatizado que, em muitas ações no campo educacional, o Estado de Santa Catarina tem sido pioneiro. Isso apresenta, de certa forma, a preocupação que o Estado tem para com a educação, desenvolvendo políticas públicas que vem ao encontro das diferentes situações vivenciadas nas escolas de Santa Catarina.

Mesmo que hajam movimentos pontuais para a vivência da gestão democrática escolar e políticas públicas educacionais sendo desenvolvidas, tanto a nível federal quanto estadual, a pesquisa nos apresenta que ainda há um longo caminho a ser percorrido e foram destacadas

¹⁴ Programa desenvolvido pela Secretaria da Educação de Santa Catarina. Tem como objetivo desenvolver trabalhos e atividades educativas com toda a comunidade escolar visando a promoção de hábitos alimentares saudáveis e cuidados com o ambiente. (SANTA CATARINA, 2015).

¹⁵ Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação. Tem como objetivo geral apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal. (BRASIL, 2017?)

¹⁶ Programa instituído em 2009 pelo Ministério da Educação. Tem por objetivo apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio. Busca promover a formação integral dos estudantes através da oferta de atividades que promovam a educação científica e humanística. (BRASIL, 2010?).

algumas ações, além das já mencionadas, que necessitariam uma atenção especial nas escolas que participaram da pesquisa: políticas públicas que contemplem a formação continuada dos docentes, em especial a formação por área; maior agilidade para que sejam desenvolvidas políticas públicas para as necessidades emergentes das escolas, sendo salientado que o excesso de burocracia nas etapas do desenvolvimento delas seria o causador desta demora; e a falta de continuidade das políticas públicas que, em pouco tempo, não são mais desenvolvidas ou nem chegam a serem executadas no ambiente escolar.

Para esta última situação elencada, uma das causas prováveis para a descontinuidade de políticas públicas e também destacada na coleta de dados, pode ser o motivo delas não atenderem plenamente e efetivamente a situação para a qual foram desenvolvidas. O fato de não atenderem a realidade escolar satisfatoriamente pode ser reflexo da falta de participação da comunidade escolar e dos membros que a vivem diariamente e a conhecem de maneira mais aprofundada. Não podemos afirmar que este seja o motivo para que políticas públicas não sejam executadas ou sejam descontinuadas, porém é um fator a ser levado em consideração e que poderia ser solucionado com uma melhor vivência da gestão colaborativa e democrática no desenvolvimento delas. Outro motivo, já destacado, pode ser a falta de recursos a serem aplicados no desenvolvimento destas políticas públicas.

O que podemos evidenciar em relação a todo este cenário relacionado às políticas públicas educacionais é que existem iniciativas por parte do Estado para o desenvolvimento destas, além de ações para o envolvimento da comunidade escolar na busca de uma gestão democrática, porém, são iniciativas das quais ainda é necessária uma longa caminhada de amadurecimento para que elas sejam praticadas com efetividade e com resultados além dos esperados. Além disso, como apresentado por Lindblom (1979), podemos reforçar que apenas recursos financeiros não bastam para que as políticas públicas sejam efetivas, é necessário, também, que elas sejam pensadas em conjunto: sociedade, comunidade escolar e Estado.

Neste sentido, serão apresentados a seguir mais alguns aspectos relacionados à política pública do Professor Online, destacando suas contribuições, assim como também as melhorias necessárias para que ele possa atender efetivamente as escolas participantes da pesquisa.

6.1.4 Considerações gerais do sistema Professor Online.

Relacionado ao sistema Professor Online vários já foram os aspectos destacados até o momento, tanto de dificuldades quanto de contribuições dele no ambiente escolar. Este subcapítulo objetiva apresentar as considerações gerais do sistema, destacando contribuições e melhorias destacadas pelos participantes da pesquisa e que podem ser observadas no Anexo IX.

Observando as UTGs desta categoria, é possível observar que, com 25 ocorrências positivas contra 8 ocorrências relacionadas a possíveis melhorias e 6 ocorrências indiferentes quanto à utilização do Professor Online, as contribuições que o sistema apresentou e apresenta em relação às atividades no ambiente educacional são muito maiores.

Dentre as vantagens destacadas encontra-se a evolução constante do sistema com 9 ocorrências, podendo ser observado nos trechos a seguir:

“[...] eles (pessoas que desenvolvem o sistema) foram melhorando o sistema com o passar do tempo. [...]. [O sistema Professor Online] sempre está sendo melhorado” (UR219 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo IX).

“Sempre estão sendo feitos ajustes [no sistema] e ele permite que se tenha mais tempo disponível para dedicar-se a outras áreas fundamentais para a educação” (UR274 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo IX).

“Acredito que na medida em que se vai trabalhando, entra ano e sai ano, existam ícones, partes e detalhes a mais e a menos sendo trabalhados para facilitar a vida do professor. Isso em todo o sistema, que se propõe e se oferece é isso que acontece e não seria diferente no sistema Professor Online” (UR355 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo IX).

Desde que ele foi implantado, o sistema Professor Online já passou por inúmeras mudanças, e como já destacado anteriormente, estas melhorias têm sido realizadas com participação da comunidade escolar, em especial dos professores, o que caracteriza uma gestão participativa.

Essa evolução e participação na construção do sistema pode ser observado na coleta de dados e um dos aspectos destacados neste sentido foi o campo de observações. No ano de 2018, na Fase 1 da coleta de dados (UT95) foi destacado como ponto negativo o fato de não haver no

sistema uma opção na qual o professor pudesse incluir uma avaliação subjetiva do aluno, onde pudessem ser informadas situações relacionadas ao comportamento, participação, entre outros. No ano de 2019, na Fase 2 da coleta de dados, este campo já foi destacado como sendo um ponto positivo, como possível ser observado no trecho abaixo:

“Uma coisa boa que foi incrementado do ano passado (2018) para este (2019), é o campo de observação. Por exemplo, se tem um aluno que briga ou que desrespeita o professor é possível informar neste campo. Nunca tinha um campo onde o professor pudesse descrever e registrar tais situações, então foi criado. Quando um aluno é transferido para outra escola este registro fica armazenado neste banco de dados. Isso foi uma coisa boa que incluíram. Depois desta alteração percebo um contentamento maior por parte dos professores” (UR266 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo IX).

Além desta melhoria foram destacados também a possibilidade de poder incluir diferentes tipos de atividades no sistema, além da vantagem de que todas as informações ficam disponíveis e podem ser recuperadas a qualquer momento, pois são salvas automaticamente, o que, de certa forma, traz segurança para seus usuários e se traduz em confiança quanto à sua utilização.

Como pode ser observado na UT94 várias são as observações positivas relacionadas ao sistema Professor Online:

“Aqui funciona bem, eu tenho que elogiar sempre aquilo que foi feito. Do que foi implantado na escola dos últimos anos essa é a melhor coisa que foi feita para as escolas, para facilitar o trabalho. Desde alunos, professores, direção da escola” (UR80 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo IX).

“Eu vejo que o Professor Online só veio para agregar, só veio a melhorar” (UR157 EG – Fase 1 – julho/setembro 2018, Anexo IX).

O sistema é avaliado como positivo, contribuindo em relação a disponibilidade das informações, no acesso por parte das famílias e alunos, assim como as contribuições e facilidades que auxiliam no processo de gestão.

Como pontos a serem melhorados, foi destacado pelos participantes na coleta de dados, com 3 ocorrências, a necessidade de melhora no aplicativo do sistema. Foram elencadas dificuldades com relação à lentidão e falhas no funcionamento, condições que dificultam o uso

através do celular. Além da lentidão no uso do aplicativo, foi mencionada, também, como dificuldade, a lentidão relacionada ao uso do sistema nos finais dos bimestres e trimestres, quando o acesso ao Professor Online obviamente aumenta, tanto por parte dos professores, gestores e secretaria, quanto dos alunos e famílias que verificam o rendimento escolar dos estudantes.

Foi destacado, também, na coleta de dados, como dificuldade e ponto a ser melhorado, o bloqueio do sistema nos finais de semana, impossibilitando que professores possam acessá-lo para efetuar o preenchimento das informações, sendo que eles poderiam estar utilizando do seu tempo livre para preencher o sistema. Outra dificuldade, com 2 ocorrências, é em relação ao agendamento de avaliações, como destacado por um gestor:

“[...] chegamos no final do ano passado (2018) e sempre temos a prova interdisciplinar, foi feito a prova e como gerou uma nota exige uma recuperação. A recuperação foi feita e a dificuldade foi conseguir encontrar um dia onde todos pudessem registrar essa recuperação, pois no sistema é possível registrar apenas duas avaliações por dia e essa foi uma dificuldade. Todos tiveram que registrar e não houve dias para encaixar todas as avaliações. Isso poderia ser alterado, em vez de poder registrar apenas duas avaliações por dia, poderiam ser registradas 3 avaliações, o que hoje não pode” (UR310 EG – Fase 2 – fevereiro 2019, Anexo IX).

Neste sentido, se encontra ainda certo “engessamento” em relação ao sistema que não atende alguns aspectos necessários para a realidade das escolas. Como observado, foi necessário adaptar-se ao sistema, alterando informações importantes, como no caso a data das avaliações, gerando uma inconsistência entre a realidade e o que foi lançado no sistema.

Na coleta de dados, como é possível observar na UTG22, foram seis as ocorrências de participantes que avaliam não ter tido melhoras depois da implantação do sistema Professor Online, nem no âmbito da gestão e nem na relação à gestão democrática e participativa.

De forma geral, a avaliação do sistema Professor Online é positiva, mesmo com as melhorias que ainda precisam ser realizadas. Observou-se que, atualmente, o sistema tem uma boa aceitação, tem melhorado ao longo dos anos com contribuições valiosas dos professores e gestores que vivenciam a realidade escolar e tem auxiliado no processo de gestão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em investigar as implicações do sistema Professor Online para o desenvolvimento de atividades da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste do estado de Santa Catarina, de abrangência da GERED de Itapiranga, sendo que o objetivo geral e os objetivos específicos foram sendo atendidos ao longo da análise das categorias. Neste sentido, a pesquisa realizada contribuiu para que fosse possível colher várias informações e termos, após a análise empírica dos dados, apresentação das categorias e resultados.

A questão de pesquisa deste trabalho procurou responder quais as implicações do sistema Professor Online para a gestão educacional nas escolas públicas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação (GERED) de Itapiranga, sendo que a mesma foi respondida e observou-se, através da análise dos dados, sua contribuição em especial no desenvolvimento das atividades realizadas pelos gestores das escolas. Neste sentido, teve um destaque especial o acesso à informação, permitindo o fácil acompanhamento, por parte dos gestores, das atividades escolares e desempenho dos estudantes, auxiliando na tomada de decisão, na resolução de conflitos, diálogo com a comunidade escolar, entre outros. Além disso, as informações ficam disponíveis também para os demais membros da comunidade, favorecendo sua participação e auxiliando para a vivência da gestão democrática e colaborativa.

Vários foram os aspectos observados nos dados que contribuíram para atingir os objetivos deste estudo e responder à questão de pesquisa. Em um primeiro momento destacamos a caminhada no processo de utilização do sistema Professor Online, desde sua implantação até os dias atuais. De acordo com os dados, partiu-se de uma resistência quanto à sua utilização para a aceitação do mesmo a partir do momento em que foram visualizadas as vantagens que ele oferecia e a possibilidade de participação da comunidade escolar no seu aperfeiçoamento.

Atualmente o sistema é bem aceito, porém ainda existem questões que são interpretadas de maneira negativa. Uma delas está relacionada ao fato dos membros da SED e da GERED terem acesso às informações e por existir um acompanhamento, também por parte dos gestores, em relação ao preenchimento das informações realizadas pelos professores e da sua prática em sala de aula. Este acesso e acompanhamento é interpretado como forma de controle sobre o desenvolvimento das atividades do professor e do andamento, como um todo, da escola, assumindo, de certa forma, características de uma administração empresarial, que apenas

coordena e acompanha atividades e cobra resultados, como destacado por Carleto (2009) e Paro (2001).

Na análise dos dados observou-se que, este acesso às informações pode comprometer e impedir que as atividades educativas sejam desenvolvidas de maneira confortável e com confiança, pois desenvolve-se um ambiente autoritário, onde seus membros sentem-se fiscalizados, dando espaço à forma técnico-científica de gestão escolar, aspecto que segundo Libâneo (2001) não promove a comunicação entre seus membros e se baseia apenas sobre normas e regras.

Por outro lado, este acesso e acompanhamento, podem ser interpretados como uma ferramenta que contribui para várias atividades de gestão educacional, possibilitando que sejam tomadas decisões e criadas estratégias em prol de uma educação de qualidade, que são fortes atribuições da gestão escolar, elencadas por Lück (1997) e são favorecidas pelo uso do sistema Professor Online. Além disso, o acompanhamento permite verificar a coerência e conformidade entre o que está lançado no sistema e o que é praticado em sala de aula, assim como possibilita ao gestor certificar-se se, o que é desenvolvido em sala de aula, contribui na melhoria da qualidade de ensino. A partir deste acompanhamento, destaca-se também o comprometimento de alguns professores quanto à sua missão de educar.

Evidenciou-se na pesquisa, que este cenário não se trata de um problema relacionado às funcionalidades do sistema Professor Online, mas sim, está relacionado com a cobrança quanto ao seu preenchimento, na verificação das informações lançadas e na forma como é utilizado pelos usuários que possuem acesso às informações.

Esta facilidade de acesso à informação, que é característica do avanço tecnológico e do uso de ferramentas de informática no campo da educação, permite que sejam tomadas decisões e elaboradas estratégias para a promoção da construção do conhecimento, conforme destaca Scheffer (2015). Neste sentido, em relação à contribuição da tecnologia na gestão educacional, pode-se destacar, a partir da análise dos dados coletados, justamente o aspecto do acesso à informação possível através do sistema Professor Online, pois os dados ficam disponíveis em um único local, de forma a serem facilmente acessados, contribuindo no trabalho da equipe gestora e auxiliando na resolução de conflitos e problemas que venham a ocorrer na escola, no diálogo com as famílias e alunos e na tomada de decisões e planejamento de estratégias.

Outro aspecto importante observado em relação ao uso do sistema Professor Online é que ele perpassa por toda comunidade acadêmica, iniciando com o preenchimento das

informações no sistema por parte dos professores e oportunizando o acesso aos alunos, famílias e gestores que podem acompanhar estas informações, integrando a comunidade escolar no processo educacional e no seu acompanhamento, como afirma Lipinski (2016). Este aspecto contribui para que todos possam tornar-se partícipes e coautores do processo de ensino, o que possibilita a aproximação, participação e o comprometimento dos os envolvidos no processo, favorecendo a tomada de decisões e ações conjuntas objetivando a melhora da educação.

Como já destacado, este acompanhamento ofertado à comunidade escolar é um dos avanços que pode ser destacado pela utilização de tecnologias digitais, que têm contribuído para a informatização na educação. É a tecnologia, conforme destaca Lévy (1999) que, através das ferramentas oferecidas pelo sistema Professor Online oferece mudanças positivas na área educacional e proporciona a melhora nos processos sociais. Neste estudo, observou-se, em especial, que o acesso digital às informações que é realizado de diferentes plataformas, o acesso simultâneo, a agilidade e praticidade no desenvolvimento das atividades escolares ofertadas pelo sistema Professor Online, são resultado, justamente deste crescimento tecnológico e da abertura do espaço para comunicação, apresentado por Lévy(1999), no qual ferramentas são desenvolvidas para que diferentes serviços e necessidades possam ser melhorados, inclusive o processo de gestão escolar.

Além disso, destacamos que, desde a implantação do sistema Professor Online, houve um amadurecimento nas escolas em relação à gestão democrática e participativa, na qual a comunidade escolar, em especial os professores, puderam contribuir, significativamente, com sua experiência, propondo melhorias na plataforma. Estas mudanças, percebidas e levantadas na coleta de dados, mostram uma valorização do profissional da educação que, imerso na realidade escolar, contribuiu para que novas funcionalidades fossem implementadas no sistema. Além disso, conforme Lévy (1999) e Lipinski (2016), esta participação e o envolvimento de seus membros, fortalece o desenvolvimento de um produto tecnológico que é para toda a comunidade e foi construído com a sua participação.

A gestão colaborativa também foi um destaque nos dados, no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas, pois com o estudo notou-se que, em algumas escolas da GERED de Itapiranga, já vem sendo desenvolvidas ações com a participação da comunidade escolar com o objetivo de mostrar-lhes a importância desta participação e conscientizando-os sobre seu papel no processo de construção das políticas públicas.

Além disso, se observou que são ofertadas, pela SED de Santa Catarina, formações e capacitações para o desenvolvimento de políticas públicas na escola e sobre como gerir o ambiente escolar de forma colaborativa e participativa, mostrando a preocupação do Estado em relação à gestão democrática. Neste sentido destacou-se, também, a questão do pioneirismo em ações no campo educacional no estado de Santa Catarina, demonstrando preocupação à nível estadual, para com as diferentes necessidades no campo da educação.

Mesmo com estas ações do Estado, observou-se que ainda existe uma longa caminhada para que a gestão democrática seja vivenciada de forma efetiva, pois a maioria das políticas públicas ainda é elaborada sem a participação efetiva da comunidade escolar e da sociedade no processo decisório de desenvolvimento e aplicação das políticas públicas. Esta participação democrática é destacada por Azevedo (2014) como sendo uma das principais características no que se refere às políticas públicas, em especial ao consenso, definição e desenvolvimento delas, pois sem esta participação elas tornam-se distantes da realidade vivida nas escolas e da realidade local e regional.

Observou-se, através dos resultados obtidos, que a gestão democrática pode ser um dos caminhos para solucionar problemas relacionados a educação e às políticas públicas, que por vezes não atendem satisfatoriamente a situação para a qual foram desenvolvidas. Com a participação da comunidade escolar, da experiência e conhecimento de seus membros elas podem ser melhor adaptadas, considerando as características próprias de cada lugar.

Dentre as dificuldades relacionadas às políticas públicas, destacou-se na pesquisa, a falta de investimentos e de recursos financeiros, além da falta de autonomia das escolas e burocracia para o investimento dos recursos, retirando a possibilidade de tomada de decisão das escolas e sua colaboração para a construção de políticas públicas, gerando uma série de dificuldades, como observado por Serpa e Petry (2018). Estas são situações que comprometem a ação efetiva para a solução de problemas da educação ou mesmo para que estas políticas atinjam, com excelência, os objetivos para os quais foram pensadas. Além disso, a falta de autonomia e a burocracia para com o uso de recursos financeiros impede que possam ser realizadas ações e investimentos na própria escola para solucionar necessidades emergentes e problemas locais.

Evidenciou-se, também, outra situação problemática enfrentada nas escolas participantes da pesquisa: a precariedade quanto à infraestrutura tecnológica, seja para uso dos alunos e dos professores. A maior dificuldade é o acesso à internet, o que compromete a utilização do sistema Professor Online. Observou-se que para amenizar estes problemas, as

escolas recorrem a recursos próprios, ao auxílio dos pais, professores e da comunidade em geral. Através destas ações destaca-se a preocupação e o interesse por parte da comunidade para que as condições necessárias para um processo de ensino e aprendizagem de qualidade sejam supridas.

Conclui-se, portanto, que é essencial para o bom funcionamento das políticas públicas, prover recursos financeiros, estrutura física e pessoas comprometidas, caso contrário, as experiências podem ser frustrantes, desmotivando a comunidade escolar ou, mesmo que as políticas públicas sejam boas, elas podem estar fadadas ao insucesso e serem descontinuadas. Concluimos também que uma política pública não terá sucesso e nem será significativamente positiva apenas com investimentos financeiros, ela necessita contar com a participação dos membros da comunidade escolar e atender às necessidades da realidade local e regional e especificidade de cada espaço educativo.

Como política pública, evidenciou-se que o sistema Professor Online tem auxiliado em vários aspectos, com destaque especial ao acesso à informação, no qual as famílias, professores, gestores e alunos podem acompanhar processo educativo dos estudantes. Este é um aspecto que apresenta a forma como a tecnologia contribui para o enriquecimento dos envolvidos no processo de educação, conforme destaca Scheffer (2017). Além disso, a informatização dos processos, possível através do uso do sistema, permitiu que, atividades antes feitas de maneira manual pudessem ser realizadas de forma mais ágil e prática, além de ser observado um maior comprometimento do professor em relação ao preenchimento das informações no sistema, antes realizado no diário de classe.

Dentre as vantagens do uso do sistema Professor Online, foi destacada, nos dados da pesquisa, a atualização das informações por parte do professor durante a aula ou nas horas-atividades, evitando sobrecarrega-los com atividades fora do seu horário de trabalho ou com acúmulo de atividades no final dos semestres e bimestres.

Além disso, a centralização das informações, a sua disponibilidade em um único local e o fato do sistema ser WEB, favorecem o acesso a qualquer hora, de qualquer dispositivo com acesso à internet. Observou-se que, a partir da unificação do sistema, que é semelhante em todas as escolas, houve uma maior organização das informações, permitindo maior clareza na descrição dos conteúdos pedagógicos e didáticos a serem utilizados em sala aula.

Retomando o problema de pesquisa, dentre as implicações do sistema Professor Online no processo de gestão escolar foram observados vários pontos positivos, em especial através do

acesso as informações disponíveis no sistema. Destacam-se o acompanhamento dos membros da gestão escolar do desenvolvimento escolar dos alunos com um todo, auxiliando na tomada de decisões e na resolução de problemas; o auxílio na prevenção da evasão escolar, no acompanhamento das atividades realizadas, no desenvolvimento de novas políticas públicas, no acompanhamento dos pais e responsáveis no processo de ensino e de aprendizagem dos filhos, na aproximação entre professor e aluno, entre outros.

Além das contribuições destacadas, observou-se que ainda existem melhorias a serem realizadas no sistema, em especial relacionado ao lançamento de avaliações e no aperfeiçoamento do funcionamento do aplicativo Professor SC, além de uma maior agilidade no processamento das informações nos finais dos bimestres e trimestres, quando o sistema apresenta lentidão devido à grande quantidade de acessos.

De maneira geral, a avaliação do sistema foi considerada positiva, sendo possível serem observadas várias contribuições nas atividades escolares, na facilidade de uso por parte dos professores, assim como no processo de gestão educacional. Observou-se que o sistema não está estagnado, mas constantemente passa por melhorias, tendo participação da comunidade escolar, em especial gestores e professores, o que caracteriza a abertura para o desenvolvimento de uma gestão democrática.

Com o estudo notou-se que ainda é necessário um amadurecimento para compreender que, uma política pública, mesmo sendo ação do governo, não dispensa a participação da sociedade. Pelo contrário, a luta por “voz e vez” e por um ambiente democrático, observada ao longo da história brasileira, precisa continuar a ser conquistada a partir da luta e de uma efetiva participação em os espaços.

Conforme afirma Souza (2006), todas as políticas públicas necessitam ser analisadas quanto à sua eficácia e eficiência em relação aos seus objetivos. Neste sentido, podemos afirmar que o sistema Professor Online, como política aperfeiçoada com a participação da comunidade escolar, tem contribuído com a gestão escolar, permitindo e facilitando a realização de ações em prol do ensino, mostrando que as TICs podem contribuir, nas mais diversas formas, para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

A realização desta pesquisa proporcionou várias reflexões acerca da contribuição e da importância do papel da tecnologia em diferentes ambientes, inclusive no ambiente de gestão

educacional, assim como a importância da participação da comunidade escolar nos processos escolares e em todas as atividades da escola.

Como pesquisadora e entusiasta da educação e da tecnologia, foi possível observar como as TIC, quando bem utilizadas, podem auxiliar para o crescimento humano e intelectual, além de propiciar possibilidades para melhorar os diferentes aspectos da educação e contribuir, através de ferramentas, para facilitar e favorecer a participação da comunidade escolar.

De forma geral, este trabalho contribuiu para esclarecer e compreender melhor os processos realizados na gestão escolar das escolas participantes da pesquisa e de como políticas públicas, bem pensadas e bem elaboradas, com a participação da riqueza de conhecimentos e experiência de seus membros, são de fundamental importância para atingir a qualidade que se espera da educação. Mesmo sendo possível observar que ainda há um longo caminho a ser percorrido neste sentido, pode ser destacado que muitas vezes, pequenas ações e ferramentas que por vezes parecem simples, podem ser uma possibilidade para auxiliar na melhora da educação em seus aspectos humano, social e intelectual.

Este estudo favoreceu a conscientização de que, mesmo com várias ações, políticas públicas e TIC, ainda existe a necessidade de um amadurecimento em relação à educação, para que esta atinja os níveis de qualidade desejáveis. Além disso, muitas são ainda as inquietações e dúvidas quanto a contribuição das políticas públicas e da tecnologia no campo da educação, que com certeza poderão ser respondidas com o desenvolvimento de trabalhos futuros neste mesmo sentido e que serão o norte dos estudos desta pesquisadora, assim como as ações em prol do uso e disseminação das TIC para melhorar os processos na educação.

Na perspectiva de continuidade desta pesquisa, considera-se importante aprofundar como a política do sistema Professor Online é avaliada pelos alunos e pelas famílias, assim como reflexos no processo de ensino e de aprendizagem provocados pelo acesso facilitado às informações e quais as implicações que a utilização de TIC tem neste cenário. Sugere-se também a ampliação e aprofundamento desta pesquisa com uma escala maior de participantes.

Conclui-se este trabalho considerando Piana (2009), quando afirma que entre as tentativas bem-sucedidas e fracassadas na educação, ela ainda será plenamente efetiva através da paixão e do comprometimento de seus participantes. Sendo assim, espera-se que as ações e políticas públicas em prol da educação em parceria com nosso amor pela educação, tenham o ardor e a dinamicidade para a construção de uma educação efetiva, acolhedora e transformadora.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S.. Tendências no estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo, Cortez, 1998.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de pesquisa em políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2003, vol.18, n.51, pp.7-10. ISSN 0102-6909.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexões e debate**. 1989. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2 sem, p. 105-119.
- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In. **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. p. 38-44.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTOS, Manoel de Jesus. Políticas Públicas na Educação Brasileira. In: **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 5.ed. ano 02, vol. 01, p. 253-263, julho de 2017. ISSN:2448-0959.
- BERNARDI, Luci Teresinha Marchiori dos Santos. **Formação Continuada em Matemática do Professor Indígena Kaingang: enfrentamentos na busca de um Projeto Educativo**. 267 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. 2011.
- BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição Federal**. São Paulo: Lex, 1988.
- _____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 16 set. 2019.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Programa Banda Larga nas Escolas**. Brasília DF, 2012. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/15808-programa-banda-larga-nas-escolas> > Acesso em: 19 ago. 2019.
- _____. Ministério da Educação. **Núcleos de Tecnologia Educacional estão em todo o país**. Brasília, MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/210-1448895310/7590-sp-482187765>> Acesso em: 04 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação. **PDE Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília, MEC, [2014?]. Disponível no link: <<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>> Acesso em: 23 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Ensino Médio Inovador**. Brasília: [2010?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ensino-medio-inovador/apresentacao>> Acesso em: 18 jun. 2019

_____. Ministério da Educação. **Fundeb – Apresentação**. Brasília: [2015?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb>> Acesso em: 19 jun. 2019

_____. Ministério da Educação. **PDE – Apresentação**. Brasília: [2015?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/137-programas-e-acoes-1921564125/pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao-102000926/176-apresentacao>> Acesso em: 18 jun. 2019

_____. Ministério da Educação. **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)**. Brasília: [2017?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/55951-politica-de-fomento-a-implementacao-de-escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-emi>>

_____. Ministério da Educação. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Brasília: [2014?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>> Acesso em: 18 jun. 2019

_____. Ministério da Educação. **ProUni - Apresentação**. Brasília: [2016?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205> Acesso em: 18 jun. 2019

BRAZOLINO, Fabrício Dias; CAMPOS, Wany de Sousa Silva. **A relação entre Política Pública e a Gestão Escolar**. Disponível em: <http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRedentor/arquivos/conteudo_54247657b0c7b.pdf> Acesso em: 25 jan. 2018

CARLETO, Nivaldo. **Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão Educacional: possibilidades e contribuições em uma escola técnica estadual**. 287 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. 289 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2007.

COUTINHO, Luzenir Poli; LAGARES, Rosilene. **Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 835-849, dez. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

DOURADO, Luiz Fernando. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Campinas: vol. 28, nº 100 - Especial, p. 921-946, 2007.

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PEIXOTO, Joana. Programa Um Computador por Aluno: o acesso às tecnologias digitais como estratégia para a redução das desigualdades sociais. In: **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro: v.25, n.95, p.393-413, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional de educação. In: **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**. [Online]. v3. n.5, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Edição: 53.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 7.ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

FROES, Sebastião. **Portal Professor Online SC. 2015**. Disponível em: <<http://sebastiaofores.blogspot.com.br/2015/05/portal-professor-online-sc.html>> Acesso em: 18 jan. 2018

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIDINI, Fernando. **Políticas públicas e políticas educacionais: discussões a partir da formação de professores para a educação básica**. 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7297_4466.pdf> Acesso em: 18 abr. 2019.

HOLLAS, Justiani; BERNARDI, Luci Teresinha Marchiori dos Santos. **Educação Estatística Crítica: Uma Investigação acerca do Exame Nacional do Ensino Médio**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017.

IEE. **Instituto Estadual de Educação**: Professor Online. Site do Governo de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.iee.sed.sc.gov.br/servicos/professores-gestores/27850-professor-online>> Acesso em: 18 jan. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB**. [2008?]. Disponível em: <<http://inep.gov.br/ideb>> Acesso em: 26 abr. de 2019.

KAILITZ, Steffen. **Schlüsselwerke der Politikwissenschaft**. In: MUNO, Wolfgang. **Harold D. Lasswell, Politics: Who Gets What, When, How, Cleveland/New York 1936**. p.222-225. 2007.

KENSKI, Vani Moreira. Novos processos de interação e comunicação no ensino mediado pelas tecnologias. In: **Cadernos da Pedagogia Universitária**. Universidade de São Paulo, Pró-Reitoria de Graduação, v.7, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LASSWELL, Harold D. **Politics: Who Gets What, When, How**. 1936. McGraw-Hill. Trechos de seu livro disponíveis em: <
<http://digitalcollections.library.cmu.edu/awweb/awarchive?type=file&item=46443>> Acesso em: 26 jan. 2019

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1ª ed. São Paulo, Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. In: **Cadernos de pesquisa**, v46, n. 159, p. 38-62, 2016.

LIMA, Antonio Bosco de. Adeus à Gestão (Escolar) Democrática. In: **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-50, 2013.

LINDBLOM, Charles E.. Still Muddling, Not Yet Through. *Public Administration Review*, p. 517-526. In: Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (2010). **Políticas Públicas e Desenvolvimento. Muddling Through: a ubiquidade da decisão incremental**. Brasília: Editora UnB. P. 161-202, 1979.

LIPINSKI, Taise Daniela Zacko. **O Uso das TDIC aplicadas à educação: reflexões sobre a importância da formação continuada e o processo de implantação do Sistema Professor Online no estado de Santa Catarina**. 35 f. TCC(especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Metodologia de Ensino. Educação na Cultura Digital, 2016.

LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional, a partir de mudança paradigmática. In: **Gestão em Rede**, n. 03, p. 13-18, nov. 1997.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. L975p. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2007.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARS, Neil. **Gestão Escolar: O Sistema de Administração e Organização da Escola Pública no Sucesso de Professores e Alunos**. 19.ed. 2016.

MILLER, Eugene F. **David Easton's Political Theory**. s/d. Disponível em: <https://isistatic.org/journal-archive/pr/01_01/miller.pdf> Acesso em: 28 jan. 2019

MORAES, Maria Candida. **Informática educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas**. Revista Brasileira de Informática na Educação. Número 1.1997.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007.

NIEVOLA, Claudicéia Rosa. **Políticas Públicas da Educação e Gestão Democrática e Participativa na Escola**. 61 f. Monografia (especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

OBERDERFER, Lara Popov Zambiasi Bazzi; PETRY, Oto João. **Modelagem de Software para a Avaliação da Qualidade na Educação Básica**. 107 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017.

OLIVEIRA, Breyner R.; TONINI, Adriana M.. **Gestão Escolar e Formação Continuada de Professores**. 1 ed. Juiz de Fora: Editar, v.1, 2014.

OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira. **Qualidade da Educação Escolar: discursos, práticas e representações sociais**. 282 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2015.

ORTEGA, Adriana Cunha; CRUZ, Greice Mara. **O Pedagogo e a Gestão Educacional**. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3089_1646.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: PARO, Vitor Henrique (Org.). **Escritos sobre Educação**. São Paulo, Xamã, 2001. p. 91-100.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. 17 ed. São Paulo, Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PERREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

PESSOA, Angélica Telles de Souza; MOREIRA, Verônica Lima Carneiro. **As Políticas Educacionais e a Gestão Escolar: contribuições para a efetivação do direito à educação**.

2017. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/aspoliticaseducacionaiseagestaoescolarcontribuicoesparaafetivacaododireitoaeducacao.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2019.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9

SANTA CATARINA (Estado). **Governo do Estado lança ferramentas online para acesso a informações pedagógicas dos estudantes da rede pública estadual**. 2015. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/educacao-noticias/governo-do-estado-lanca-ferramentas-online-para-acesso-a-informacoes-pedagogicas-dos-estudantes-da-rede-publica-estadual>> Acesso em: 15 jan. 2018

_____. **Programa De Combate À Evasão Escolar - Apoia**. [2010?]. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/27209-programa-de-combate-a-evasao-escolar-apoia>> Acesso em: 17 jun. 2019

_____. **Programa Estadual Novas Oportunidades De Aprendizagem – Penoa**. [2016?]. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/16987-programa-estadual-novas-oportunidades-de-aprendizagem-penoa>> Acesso em: 17 jun. 2019

_____. **Projeto De Educação Ambiental E Alimentar - Ambial**. [2017?]Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos/16989-projeto-de-educacao-ambiental-e-alimentar-ambial>> Acesso em: 17 jun. 2019

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios**. 2011. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>> Acesso em: 09 jun. 2019

SANTOS, Magda. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade**. 2012. Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2046/147>> Acesso em: 07 jun. 2019

SCHEFFER, Nilce Fátima. As TIC na formação do professor de matemática: um olhar para a investigação de conceitos geométricos. In: LOSS, Adriana Salete; CAETANO, Ana Paula Viana; PONTE, João Pedro da. **Formação de Professores no Brasil e em Portugal: pesquisas, debates e práticas**. Paraná: Curitiba, 2015. Cap. 11, p. 273 – 286.

SCHEFFER, Nilce Fátima. **Tecnologias Digitais e Representação Matemática de Movimentos Corporais**. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2017

SCHEFFER, Nilce Fátima; et al. **Objetos Virtuais de Aprendizagem na Discussão de Conceitos Geométricos do Ensino Fundamental**. 2017. Disponível em: <<http://www.conferencias.ulbra.br/index.php/ciem/vii/paper/viewFile/6991/3484>> Acesso em: 04 de out. 2018

SERPA, Aline da Silva; PETRY, Oto João. **Planos de gestão escolar: nova estratégia de governança das escolas públicas estaduais de Santa Catarina**. 159 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

SILVA, Giuliano Alves Borges e. **Processos de Políticas Públicas em educação do campo no Brasil: um estudo multicase à luz da teoria da construção social**. 216 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade do Ribeirão Preto, 2016.

SIMON, Herbert A. **Comportamento Administrativo**. 2ª Edição. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Brasil. 1970.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 28 jan. 2019

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação Pública De Políticas Educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no brasil**. 190f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

SOUZA, Vilma Aparecida de. **Políticas Educacionais e Gestão Democrática da Educação: um desafio na formação teórico-prática dos educadores**. 2010. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/39/3/D03_PoliticEd.%20e%20Gest%20Dem..pdf> Acesso em: 15 fev. 2019.

TAUCHEN, Gionara (org.). **Gestão e Organização escolar**. Rio Grande, Editora da FURG, v.17, 143 p., 2013.

TAVARES, Neide Rodriguez Barea. **História da informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.apadev.org.br/pages/workshop/historiaInf.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2019.

TOEBE, Iris Cristina Datsch. **Políticas públicas para integração de tecnologias educacionais na formação inicial de professores**. 168 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Santa Maria, Centro de Educação. 2016.

WEISS, Cristian. **Escolas da rede estadual de Santa Catarina terão diário de classe digital com acesso de pais e alunos**. 2015. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/02/escolas-da-rede-estadual-de-santa-catarina-terao-diario-de-classe-digital-com-acesso-de-pais-e-alunos-4695034.html>> Acesso em: 18 jan. 2018

ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GESTORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Contribuições do sistema Professor Online para a gestão escolar no contexto das escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação de Itapiranga: uma discussão em políticas públicas para educação

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Contribuições do sistema Professor Online para a gestão escolar no contexto das escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação de Itapiranga: uma discussão em políticas públicas para educação”, desenvolvida por Sibebe Mueller, discente de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, sob orientação da Professora Dr.^a Nilce Fátima Scheffer.

O objetivo central desta pesquisa consiste em analisar as contribuições do sistema Professor Online para o desenvolvimento da gestão escolar nas escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina, de abrangência da Gerência Regional de Educação (GERED) de Itapiranga. Esta pesquisa, em específico, permitirá identificar, de maneira aprofundada, a contribuição das funcionalidades do sistema Professor Online no processo de gestão educacional no contexto das escolas estaduais de abrangência da GERED de Itapiranga, procurando levantar/identificar as mudanças na gestão educacional e analisar as iniciativas propostas pela Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina para as escolas públicas estaduais.

Você foi convidado(a) a responder esta pesquisa, pois a mesma delimitou sua análise nas escolas de abrangência da GERED de Itapiranga, utilizando-se da realização de entrevistas dos gestores destas escolas. Sendo assim, sua participação como membro gestor destas escolas é de extrema importância para a obtenção de dados representativos e consistentes para a análise a que esta pesquisa se propõe.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você

prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação nesta pesquisa irá ocorrer por meio de entrevista aplicada pela pesquisadora.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 10 minutos.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização. Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora.

A participação na pesquisa, eventualmente, poderá causar seu constrangimento durante a entrevista. Sinta-se livre para me informar quando isso acontecer, para interromper a entrevista quando quiser e para responder apenas as perguntas que sentir vontade.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

Ao participar desta entrevista, você estará contribuindo com o desenvolvimento de uma pesquisa na área de políticas públicas, através da análise das contribuições do sistema Professor Online para o processo de gestão escolar, sendo que poderá ser beneficiado com a posterior análise e reflexão acerca das informações obtidas, bem como pela publicação dos resultados da pesquisa, como forma de difusão do conhecimento. Sendo assim, os participantes da pesquisa serão beneficiados diretamente pela devolutiva dos resultados desta, por meio da publicação da dissertação e trabalhos originários dela. De forma geral, a pesquisa irá contribuir para a construção de novos olhares no âmbito de políticas educacionais na área da educação, contribuindo com o desenvolvimento educacional e social, abrangendo todos os participantes desta pesquisa. A devolutiva dos resultados acontecerá por meio da publicação do trabalho final desta pesquisa (dissertação) e trabalhos derivados dela.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Itapiranga, SC, ___ de _____ de 2018

Sibele Mueller - Pesquisadora Responsável

Tel: (49 – 998007024) ou (49 – 36788700) - e-mail: sibelemueller@hotmail.com

Endereço para correspondência: Centro Universitário FAI

Rua Edgar Führt, 110 – Bairro Portal do Sol, Linha Laranjeira, Itapiranga – SC.

CEP 89896-000

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745 - E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura: _____

ANEXO II – ROTEIRO DE QUESTÕES DA ENTREVISTA REALIZADA COM GESTORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

QUESTÕES DA ENTREVISTA REALIZADA COM GESTORES

Questões – FASE I

- 1 – Você acredita que o uso da plataforma do Professor Online contribui para o processo de gestão escolar? De que forma?
- 2 – Como você avalia a aceitação e utilização da plataforma do Professor Online por parte dos professores?
- 3 – Você acompanhou o processo de implantação do sistema do Professor Online? Como foi esse processo?
- 4 - Você acredita que o sistema do Professor Online contribuiu para melhorar a relação entre a escola e a comunidade escolar (pais, alunos e professores)?

Questões – FASE II

- 1 – Quais as mudanças que você notou no processo de gestão educacional após a implantação do sistema Professor Online?
- 2 – De que forma você, como gestor, tem conduzido ao longo do ano o diálogo com os professores sobre o preenchimento das informações no sistema?
- 3 – Caso os professores deixem de preencher as informações no sistema Professor Online o processo ou objetivo do professor Online é impactado? De que forma?
- 4 – O grande número de ACTs no município e nas escolas tem impactado no uso do sistema Professor Online?
- 5 – Quais os pontos, que a seu ver, devam ser melhorados no sistema Professor Online?
- 6 – Quais os principais problemas enfrentados pelo sistema Professor Online?

ANEXO III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Contribuições do sistema Professor Online para a gestão escolar no contexto das escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação de Itapiranga: uma discussão em políticas públicas para educação

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Contribuições do sistema Professor Online para a gestão escolar no contexto das escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação de Itapiranga: uma discussão em políticas públicas para educação”, desenvolvida por Sibebe Mueller, discente de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, sob orientação da Professora Dr.^a Nilce Fátima Scheffer.

O objetivo central desta pesquisa consiste em analisar as contribuições do sistema Professor Online para o desenvolvimento da gestão escolar nas escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina, de abrangência da Gerência Regional de Educação (GERED) de Itapiranga. Esta pesquisa, em específico, permitirá identificar, de maneira aprofundada, a contribuição das funcionalidades do sistema Professor Online no processo de gestão educacional no contexto das escolas estaduais de abrangência da GERED de Itapiranga, procurando levantar/identificar as mudanças na gestão educacional e analisar as iniciativas propostas pela Secretaria de Educação do estado de Santa Catarina para as escolas públicas estaduais.

Você foi convidado(a) a responder esta pesquisa, pois a mesma delimitou sua análise nas escolas de abrangência da GERED de Itapiranga, utilizando-se da realização de questionários aplicados aos professores destas escolas. Sendo assim, sua participação como membro docente destas escolas é de extrema importância para a obtenção de dados representativos e consistentes para a análise a que esta pesquisa se propõe.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do

pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação nesta pesquisa irá ocorrer por meio de questionário, disponibilizado de forma online pela pesquisadora.

O tempo de duração do questionário é de aproximadamente 20 minutos.

A participação na pesquisa, eventualmente, poderá causar seu constrangimento durante o questionário. Sinta-se livre para interromper o questionário quando quiser e para responder apenas as perguntas que sentir vontade.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

Ao participar deste questionário, você estará contribuindo com o desenvolvimento de uma pesquisa na área de políticas públicas, através da análise das contribuições do sistema Professor Online para o processo de gestão escolar, sendo que poderá ser beneficiado com a posterior análise e reflexão acerca das informações obtidas, bem como pela publicação dos resultados da pesquisa, como forma de difusão do conhecimento. Sendo assim, os participantes da pesquisa serão beneficiados diretamente pela devolutiva dos resultados desta, por meio da publicação da dissertação e trabalhos originários dela. De forma geral, a pesquisa irá contribuir para a construção de novos olhares no âmbito de políticas educacionais na área da educação, contribuindo com o desenvolvimento educacional e social, abrangendo todos os participantes desta pesquisa. A devolutiva dos resultados acontecerá por meio da publicação do trabalho final desta pesquisa (dissertação) e trabalhos derivados dela.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Itapiranga, SC, ___ de _____ de 2018

Sibele Mueller - Pesquisadora Responsável

Tel: (49 – 998007024) ou (49 – 36788700) - e-mail: sibelemueller@hotmail.com

Endereço para correspondência: Centro Universitário FAI

Rua Edgar Führt, 110 – Bairro Portal do Sol, Linha Laranjeira, Itapiranga – SC.

CEP 89896-000

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745 - E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rua General Osório, 413D - CEP: 89802-210 - Caixa Postal 181 – Centro - Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do(a) participante: _____

Assinatura: _____

ANEXO IV – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –UFFS
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO A SER APLICADA PARA PROFESSORES**BLOCO 1 – PERFIL DOS PESQUISADOS**

1 – Qual sua faixa etária?

() De 18 a 24 anos

() De 25 a 29 anos

() De 30 a 39 anos

() De 40 a 49 anos

() 50 anos ou mais

2 – Quantos anos de atuação na rede estadual de Ensino

() Menos de 1 ano

() De 1 a 3 anos

() De 4 a 6 anos

() De 6 a 10 anos

() Mais de 10 a 19 anos

() Mais de 20 anos

3 – Qual sua área de formação?

4 – Qual atividade/disciplina você exerce atualmente?

BLOCO 2 – CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA PROFESSOR ONLINE

5 – Você tem conhecimento da existência do sistema do Professor Online?

Sim

Não

6 – Você utiliza atualmente a plataforma?

Sim

Não

7 – Com que frequência você acessa a plataforma do sistema Professor Online?

Todo dia

Três vezes por semana

Uma vez por semana

Quinzenalmente

Uma vez por mês

Uma vez ao bimestre

Nunca

8 – Com que frequência você lança as informações no sistema do Professor Online?

Todo dia

Três vezes por semana

Uma vez por semana

Quinzenalmente

Uma vez por mês

Uma vez ao bimestre

Nunca

9 – Onde você acessa o sistema do Professor Online?

Na escola

Em casa

Outros

10 – Qual dispositivo você utiliza para acessar a plataforma Online?

Notebook ou computador pessoal

Tablet ou Smartphone pessoal

Notebook ou computador da escola

Tablet ou Smartphone da escola

Outros

BLOCO 3 – FORMAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA ONLINE

11 – Você recebeu formação para utilização da plataforma do Professor Online?

Sim

Não

12 – Quantas formações você recebeu para utilização da plataforma do Professor Online?

Nenhuma

Uma

Duas

Três

Quatro

Mais de quatro

13 – Qual a carga horária total da (s) formação (es) que recebeste?

- () Nenhuma
- () Uma hora
- () Duas a três horas
- () Quatro a seis horas
- () Seis a oito horas
- () Mais de oito horas

14 – Quem ministrou a (s) formação (es) para utilização do sistema do Professor Online?

- () Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) da GERED de Itapiranga
- () Professor de Informática da Escola
- () Profissional Terceirizado da área de informática
- () Professor ou profissional sem formação na área de informática
- () Não sei
- () Outros

15 – Qual sua avaliação em relação a (s) formação (es) recebida (s)?

BLOCO 4 – FUNCIONALIDADES UTILIZADAS DA PLATAFORMA ONLINE

16 – Para qual (is) registros (s) você utiliza a plataforma do Professor Online?

- () Registro de presença e falta dos alunos
- () Registro das notas dos alunos
- () Registro dos conteúdos ministrados em cada aula
- () Registro das avaliações da turma
- () Registro de desempenho individual de cada aluno

Nenhum tipo de registro

Outro tipo de registro

17 – Para qual(is) funcionalidades você utiliza a plataforma do Professor Online?

Consultar o desempenho (notas, frequência e/ou observações) de um aluno específico na (s) disciplina (s) que você ministra

Consultar o desempenho (notas, frequência e/ou observações) de um aluno específico em disciplina(s) ministrada (s) por outro professor(es)

Consultar as atividades e/ou avaliações previstas na(s) disciplina (s) que você ministra

Consultar as atividades e/ou avaliações previstas na(s) disciplina (s) ministrada(s) por outro professor

Não utilizo nenhuma funcionalidade

Outros

BLOCO 5 – PERCEPÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA ONLINE

18 – Qual sua opinião em relação a utilização da plataforma do Professor Online?

19 – Você percebe algum benefício do uso da plataforma do professor Online? Quais?

20 – Você acredita que o uso da plataforma do Professor Online contribui para melhor gestão das suas disciplinas/atividades. Justifique.

21 – Você acredita que o uso da plataforma do Professor Online contribui para melhor gestão da escola. Justifique.

22 – Você acredita que o sistema do Professor Online contribuiu para uma melhor relação entre a comunidade escolar (alunos, pais e professores). Justifique.

23 – Você teve ou tem dificuldades no uso da plataforma do professor Online?

Sim

Não

24 - Quais as dificuldades no uso da plataforma online?

Dificuldade de acesso à internet

Falta de formação para utilização da plataforma do professor Online

Dificuldade no manuseio de equipamentos digitais

Falta de tempo para alimentação das informações no sistema

Outros

25 – A infraestrutura tecnológica (computadores, notebooks, tabletes, velocidade da internet, entre outros) da escola permite a utilização plena do sistema Professor Online? Justifique.

ANEXO V – AUTORIZAÇÃO GERED

AUTORIZAÇÃO GERED

Eu, _____, ocupante do cargo de Supervisor de Educação Básica e Profissional da Gerência Regional de Educação de Itapiranga (GERED), após ter sido devidamente informado e esclarecido sobre os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa intitulada “**Contribuições do sistema Professor Online para a gestão escolar no contexto das escolas estaduais da região do extremo-oeste de Santa Catarina de abrangência da Gerência Regional de Educação de Itapiranga: uma discussão em políticas públicas para educação**”, desenvolvida pela pesquisadora Sibebe Mueller, discente de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, sob orientação da Professora Dr.^a Nilce Fátima Scheffer, **AUTORIZO a coleta de dados da pesquisa nesta instituição**, após a aprovação do referido projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Fui informado que a pesquisa segue a Resolução 466/12 e o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.

Fui esclarecido também que, no momento em que eu precisar de maiores informações sobre esta pesquisa, mesmo após sua publicação, poderei obtê-las entrando em contato com o pesquisador pelo telefone (49) 99800-7024 ou no endereço Rua Edgar Führ, 110, Bairro Portal do Sol, Linha Laranjeira, Itapiranga, Santa Catarina, Brasil, CEP: 89896-000 ou com o Comitê de Ética da UFFS pelo telefone (49) 2049-3745 ou no endereço Rua General Osório, 413D, CEP: 89802-210, Caixa Postal 181, Bairro Centro, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

Por estar de acordo com a participação da instituição pela qual sou responsável, assino este termo em duas vias, sendo que uma ficará em meu poder e a outra será entregue aos pesquisadores.

Itapiranga, ____ de _____ de 2018

ASSINATURA: _____

CARIMBO:

ANEXO VI – UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO AMBIENTE EDUCACIONAL

UNIDADES TEMÁTICAS GERAIS (UTG)	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	UNIDADES DE REGISTRO (UR)	*17
<p>UTG1 - Imposição e obrigatoriedade na utilização de recursos tecnológicos.</p>	<p>UT1 - Imposição e obrigatoriedade na utilização do sistema Professor Online</p>	<p>UR2 - Seu uso é obrigatório [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR3 - Ele foi institucionalizado e desde que [o sistema Professor Online] foi implantado fomos convidados a aderir a ele e não havia o que fazer. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR4 - Hoje ainda é possível imprimir o diário e fazer o registro no papel, mas isso não tem valor, é preciso registrar no professor Online. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR9 - A pior coisa foi que, primeiro, ele foi imposto. [...]. Não foi discutido ou aberto a possibilidade de adotar o diário impresso ou online. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR82- É obrigado a fazer [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR93- Sabe-se que tem que fazer, não tem como dizer que não quer fazer, é obrigado a fazer e é bom fazer. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR148 - Na verdade, nós fomos comunicados de que haveria, a partir daquele momento, a implantação no Estado (rede pública de ensino do estado de Santa Catarina) do sistema Professor Online. [...]nós íamos ter que transpor tudo isso em um sistema (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	3
<p>UTG2 - Dificuldades e resistências quanto à utilização de</p>	<p>UT2 - Resistência no uso da plataforma do Professor Online no momento de sua implantação</p>	<p>UR6- Houve muita resistência.... [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR57- No começo, na nossa escola, teve resistência. Os professores não queriam usar o sistema Professor Online. Não vou culpar eles e nem falar mal, porque eu também reclamei no início. Não se tinha uma explicação aceitável, era pelo fato de reclamar mesmo, pois era mais uma atribuição que o governo estava dando para o professor. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR98- No começo houve reclamações já que o tempo do professor é bastante restrito. Aos poucos [os professores] foram se acostumando. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	11

¹⁷ Quantidade de Ocorrências

<p>recursos tecnológicos.</p>	<p>UR110- Principalmente quem é mais antigo nas escolas, chegar nesse momento da carreira e ter que começar a usar o computador, a lançar a questão de frequências, notas, trabalhos, conteúdos tudo via sistema. Então algumas restrições houveram [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR108- [...] toda mudança ele gera alguma discordância, alguma resistência por parte de um e de outro professor. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR131- Quando era novidade acredito que tinha resistência. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR149 - E aí veio todo um alvoroço: “Como? Se na escola nós não temos acesso à internet? ”, “A internet está precária! ”, “Quando que vamos fazer isso? ” (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR217 - Na verdade, no início, teve certa resistência e também tínhamos dúvidas. [...].No início nós tínhamos uma certa resistência, porque tudo que é novo a gente tem uma certa resistência. [...]. De início nós tínhamos bastante dúvidas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR255 - Nem todos os professores concordavam no início com o sistema do Professor Online, tinha-se resistência. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR323 – [...] No início houve resistência para o preenchimento, pois o professor sempre alegava que isso não era responsabilidade dele, então os fomos ‘vencendo pelo cansaço’. [...]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR327 - O grupo de professores que mais resistiu em utilizar o sistema foram os professores efetivos. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR288 - Na época houve resistência, pois tudo que é novo gera uma certa resistência e nesse momento também teve. Houve uma resistência no seguinte sentido: de 2016 até hoje o acesso à rede de internet mudou muito. Era necessário preencher o sistema e na época não tinha acesso à internet na sala de aula. Tinham alguns professores que não tinham notebook, então tiveram que adquirir um. Pois, se ele é um diário é necessário que ele seja preenchido no dia, principalmente a questão das presenças. Nesse processo várias vezes eles utilizavam o sistema de diário físico, [...].Como é uma determinação a utilização do sistema, as pessoas vão fazendo e com o tempo vão se adaptando. Essas foram as dificuldades, pois os professores acharam que iria dar muito mais trabalho e depois foram vendo que o sistema facilitou e temos a questão da internet que dificulta o preenchimento do sistema e na época da implantação era ainda pior. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
-------------------------------	--	--

	<p>UT3 - Professores novos tem dificuldades no primeiro acesso à plataforma Professor Online</p>	<p>UR62- As vezes tem um ou outro professor novo que começa e encontra dificuldades. [...]. Hoje tem dificuldade no sistema quem precisa acessar pela primeira vez. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR112- Temos troca frequente de professores. Todo ano temos professores novos chegando que nunca trabalharam com o sistema, são mínimos, poucos, mas como em todo lugar tem pessoas novas chegando e elas precisam se adaptar ao que está chegando. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR187 - Eu acho que os que tem dificuldades de utilização são os professores mais novos, que estão chegando, porque eles não estão habituados a trabalhar [com o sistema] e eles vão tendo um pouco de dificuldade no começo, mas depois já vão se habituando. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR264 - Tem professores novos que apresentam certa dificuldade em compreender o funcionamento do sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR342 - O que no início é mais complicado, é em relação aos professores novos que vem pela primeira vez para a escola e para a sala de aula, pois até eles entenderem o sistema, saber tudo o que precisam postar e alimentar efetivamente no sistema demora. Isso é um pouco trabalhoso, mas aqueles que já fizeram uma vez é bem tranquilo, eles já possuem a sistemática e sabem como funciona. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	5
	<p>UT4 - Medo em relação à nova plataforma</p>	<p>UR7 - O maior entrave é medo de mexer. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR109- [...]até porque nós como professores também temos as nossas restrições e medos com relação a implantação de novos sistemas, uma nova forma de trabalhar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2
	<p>UT5 - Interpretação de aumento das atividades/serviços a ser realizadas pelo professor.</p>	<p>UR101 - [Ter que] sair da rotina, mais um afazer com tantas funções que o professor já tem. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR320 - Logo quando ele foi implantado, se pensava que seria menos serviço para a secretaria e mais serviço para o professor, [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	2
<p>UTG3 - Familiarização com as ferramentas tecnológicas</p>	<p>UT6 - Atualmente professores não apresentam dificuldades nem resistência no uso do Professor Online</p>	<p>UR65 - De maneira geral o sistema está sendo bem visto aqui na escola, [...].(EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR99 - Hoje a aceitação é satisfatória. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR111 - Foram rápidas as questões de adaptações a esta nova forma de trabalhar. [...] Apesar deste princípio de resistência de alguns [professores], logo acabaram se habituando e entrando nesta nova forma de trabalho. [...] Eu acho que a grande maioria, dá para dizer que quase todos, estão bem adaptados. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	9

	<p>UR132 - Hoje [o uso do sistema] é bem automático, é muito normal e muito tranquilo. [...]. Todo mundo se adaptou [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR188 - Hoje eu não vejo que os professores têm resistência. Pelo que eu percebo dos professores, hoje eles estão bem integrados com esta questão do Professor Online. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR219 - Hoje está bem tranquila a utilização. A gente não vê mais resistência. [...]. Hoje é bem fácil, os professores não estão mais resistentes e faz parte do dia-a-dia deles. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR240 - Não, muito pelo contrário. Todos os professores gostam dele. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR249 - O sistema é bom, os professores gostam dele, ele é prático. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR299 - Hoje não existe nenhuma resistência de algum professor dizer: “Eu não vou preencher o sistema e pronto”, pelo menos aqui na escola nunca tivemos esse problema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
<p>UT7 - Preferência por parte dos professores na utilização do sistema Professor Online ao modo convencional</p>	<p>UR134 – [...] a maioria prefere este sistema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR287 - Os professores se adaptaram muito bem e utilizam tranquilamente o sistema. Hoje se fosse ter que voltar novamente para o diário físico seria bem complicado. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	2
<p>UT8 - Não houveram e não tem dificuldades com a utilização do sistema por parte dos professores</p>	<p>UR153 – Mas no sistema [Professor Online] os professores, por exemplo, já sabiam logo como entrar, como acessar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR61 – Quanto aos professores eu vejo que é muito tranquilo. [...], eu acho que eles não devam encontrar dificuldades. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR282 - Aqui na escola não temos problemas com os ACTs. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR326 – [...] os que menos apresentaram resistência em utilizar o sistema do Professor Online foram os ACTs. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	4
<p>UT9 - Aceitação Inicial sem resistência quanto ao uso da nova tecnologia</p>	<p>UR85 - Aqui na escola não tivemos nenhuma rejeição a isso, pelo contrário, ele só foi elogiado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1

<p>UTG4 - Valorização e comprometimento do professor</p>	<p>UT10 - Mais comprometimento por parte dos professores</p>	<p>UR87 – [...] uma responsabilidade que o professor assumiu, e assumiu com responsabilidade. [O professor] se sente mais comprometido com a escola (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR167 – [...] eu vejo que o professor está mais responsável no preenchimento de todas as ações que ele fez. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR168 – O professor viu que tem alguém olhando, que tem alguém cobrando. Eu sempre falo para os professores assim: “os pais, em casa, são coautores” porque eles também já estão observando isso. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR182 – Eu penso que isso comprometeu mais o professor por causa desse acompanhamento que as famílias podem ter de casa. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR184 – Ele [O sistema Professor Online] comprometeu mais o professor [...].(EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR276 – [...] Há um comprometimento maior com a clareza das informações que são postadas no sistema Professor Online, e isso facilitou bastante. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR279 - No início do ano passado [2018] tivemos apenas dois professores, inclusive iniciantes que não preencheram o sistema, quem sabe nem fizeram por gosto e passou despercebível, mas desde então todos os professores estão preenchendo o sistema com total profissionalismo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR280 - Se observa que já houve uma mudança muito grande, pois, analisando os diários hoje [no sistema Professor Online] e os diários de papel que temos arquivados na escola de outros anos é uma mudança muito grande, hoje estão sendo melhor preenchidos e observa-se um maior comprometimento. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	4
	<p>UT11 - Professor se sente mais valorizado após a implantação do Sistema Professor Online</p>	<p>UR86 – O que eu acho que melhorou é que o professor se sentiu mais valorizado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR87 – [...] o professor com certeza se sente mais valorizado, porque ele mesmo faz e isso vai para o sistema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1
<p>UTG5 - Ajuda mútua entre</p>	<p>UT12 - Auxílio entre profissionais docentes</p>	<p>UR62- Sempre tem algum professor na sala dos professores que ajuda este novo professor. [...] na sala dos professores eles mesmos vão conversando, vão se ajudando. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	5

profissionais da educação	sobre a utilização do sistema Professor Online	<p>UR153 - [...] os novos já foram logo sendo ajudados. [...]. Todo mundo foi bem parceiro aqui na escola. Todo mundo foi ajudando todo mundo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR179 - Quando eu vim aqui já me explicaram como tinha que fazer, eu já fui interagindo com o sistema, aprendendo e bom, vamos embora! (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR264 – [...] temos uma política na nossa escola, onde, quando alguém observa que um professor tem dificuldade os demais professores com maior experiência ou os responsáveis da secretaria o auxiliam. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR281 - Esse ano na escola tivemos a entrada de apenas dois professores ACTs novos, que ainda não estavam atuando em sala de aula até o momento. O que eu fiz foi sentar com eles na sala dos professores, no horário de planejamento e expliquei para eles como proceder no preenchimento e caso eles tivessem dúvidas orientei que sempre teria um professor disponível para poder estar lhes auxiliando ou então que me procurassem. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
	UT13 - Gestores auxiliam os professores com dificuldade	UR305 - Dúvidas em relação ao sistema sempre aparecem. Eu como diretor (a) e a secretaria, que tem mais formação sobre o sistema do Professor Online, sempre orientamos e acompanhamos, quase que diariamente. Os professores na intenção de sempre acertar nos procuram sobre questões relacionadas ao sistema. O que os professores que não sabem eles vêm nos pedir. O que não sabemos procuramos saber. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	1
UTG6 - Formação sobre a utilização de tecnologias	UT14 - Não houve formação do sistema Professor Online no início da implantação	UR8 - Foi tudo no “osso do peito”. Da seguinte forma: “vamos trocar o pneu com o carro andando”. Foi mais ou menos neste sentido, não houve formação. A SED (Secretaria do Estado da Educação) fez um tutorial com “prints” de telas, informando onde deveria ser feito cada coisa e todo o processo. Isso eles fizeram e mandaram para as escolas. E a partir disso fomos “nos orientando”. Todos tiveram que aprender fazendo, isso foi a pior situação na minha opinião. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	1
	UT15 - Formação com a GERED sobre o uso do sistema Professor Online no momento da implantação	<p>UR150 - Tivemos uma preparação, uma tarde, eu me lembro muito bem, na nossa sala de informática onde veio a equipe da SED (Secretaria do Estado da Educação), na época nossa gerência aqui (ADR – Agências de Desenvolvimento Regional), com toda a equipe e então assistimos uma WEB conferência. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR217 – [...] eles lançaram o sistema e eu lembro que os diretores foram assistir uma WEB Conferência na ADR (Agências de Desenvolvimento Regional) e eles repassaram depois para nós os dados. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2

	<p>UT16 - Formação contínua sobre o sistema Professor Online</p>	<p>UR230 – Na semana passada tivemos uma formação com uma professora da SED (Secretaria do Estado da Educação), especificamente sobre o Professor Online, e então foram levantadas algumas dúvidas e questões que os professores têm. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR349 - A princípio do início do ano, na reunião de planejamento e depois que os professores em formação, que estavam em Florianópolis retornam, nós sentamos e fazemos uma orientação geral sobre o sistema Professor Online, sua importância, o que precisa constar, de que forma deve ser feito o trabalho no Professor Online. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR68 - [...]vai exigir do professor pesquisa sobre a utilização do sistema, caso não saiba usar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	3
	<p>UT17 - Gestores orientam professores em caso de mudanças no sistema Professor Online</p>	<p>UR294 - Eu como diretor(a) vou repassando as orientações ao longo do ano, se houve alguma mudança, se tem alguma orientação nova da Secretaria da Educação sobre o diário. [...]É uma orientação geral que damos em relação ao sistema, as questões mais técnicas são tranquilas, pois o sistema é bem acessível e fácil de ser manuseado. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	2
<p>UTG7 - Tecnologia e Informatização Online de atividades e aplicativo.</p>	<p>UT18 - Acesso às informações do sistema Professor Online a qualquer momento, de qualquer lugar e por diferentes plataformas ou equipamentos.</p>	<p>UR18 – O professor Online possui um aplicativo, então a chamada pode ser feita via celular. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR133 – Todo mundo se adaptou e tem ele ou no celular ou no notebook. Assim fica bem mais fácil. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR190 – Conseguimos ter acesso a esses registros a hora que quiser. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR241 - Eles usam ele até por questão da sua praticidade, pois de qualquer lugar você pode usar o sistema, seja no celular ou pelo computador. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR256 – [...] tem também o aplicativo online que pode ser utilizado ou mesmo no notebook. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR306 - Antes os professores trabalhavam apenas no seu notebook e agora já conseguem fazer as principais coisas do seu celular mesmo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR423 – [...] pois é mais acessível. (QP – julho/setembro 2018)</p>	7

	<p>UT19 - Informações em um único local, utilização em diferentes realidades escolares (sistema único) e o mesmo processo em todas as escolas, contribuindo com a diminuição dos erros e informações passadas no sistema Professor Online.</p>	<p>UR63 – [...] Hoje sempre falamos: “está no professor Online”, “tem lá os conteúdos”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR68 – [O sistema Professor Online] foi bem pensado, porque a aplicação dele é igual em todos os lugares, não interessa qual clientela se tenha, [...] o Professor Online é uma boa política e não interfere no grupo que atinge. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR81 – [O Professor Online] é uniforme para todos. Todos fazem o trabalho igual. [...] os erros de digitação de notas são bem menos. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR86 – [...] muitas vezes o professor não preenchia corretamente [o diário]. Então sempre tinha que correr atrás, pegar assinatura, às vezes um conteúdo que não foi lançado ou preenchido corretamente. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR304 - A unificação, pois no diário muitas vezes o professor fazia do seu jeito e da forma que achava melhor e agora unificou com o sistema. Todos precisam fazer e todos fazem de maneira igual. Ficou tudo igual para todos e caso deixem de fazer eles não conseguem avançar. Antes com o diário físico nem todos preenchiam corretamente e agora não tem mais erros, é preciso fazer da maneira correta. É uma evolução muito grande. Claro, que sempre é bom um pouco de autonomia para os professores, mas na questão dos diários, o sistema deixou melhor pela questão da unificação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR242 – [...]o sistema do Professor Online é unificado, não importa em qual escola o professor ACT esteja trabalhando, o sistema é o mesmo. Independente em qual escola se trabalhe o sistema é o mesmo e o professor pode estar em uma escola, por exemplo, e se tiver tempo pode estar preenchendo e alimentando o sistema com dados da outra escola por se tratar do mesmo sistema. Se em uma escola tem-se um modelo de trabalhado e em outra escola outro, seria muito mais difícil. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR263 – [...] como eles [professores ACTs] dão aula em mais escolas, eles aproveitam o tempo disponível para preencher o sistema de uma escola quando estão em outra e vice e versa. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR340 – [...] com a mesma senha eles podem em uma escola alimentar o sistema de outra. Neste sentido facilita [...]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR390 – [...] Coesão de Informações. (QP – julho/setembro 2018)</p>	8
--	---	--	---

	<p>UT20 - Contribuição para a organização das informações, melhora na descrição e clareza dos conteúdos pedagógicos com a utilização do sistema Professor Online</p>	<p>UR155 - O bom do sistema online é que você pode preparar um mês inteiro. Tem uma agenda no Professor Online, você pode deixar seus trabalhos, suas provas, tudo organizado pela agenda. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR238 - O sistema é muito bom e acredito que ele seja bom justamente por exigir organização e em qualquer coisa, se não tiver organização ela não funciona direito. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR275 - Eu vejo como principal mudança um comprometimento maior com a questão do embasamento teórico, da clareza dos conteúdos, uma sequência didática maior e melhor no plano de ensino. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR410 - Sim, tornou mais fácil a visualização e organização das aulas e planejamento. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR413 - Sim. Mais agilidade e facilidade na organização. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR411 – [...], organização por meio da agenda disponível na plataforma, [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p>	6
	<p>UT21 - O sistema Professor Online facilitou o desenvolvimento das atividades do professor, permitindo que os dados sejam atualizados no momento da aula ou em suas horas-atividade, sem necessidade de trabalho posterior.</p>	<p>UR235 - [A utilização do sistema] é muito prática, transparente e é imprescindível seu uso. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR256 – [...], eu sempre lembro no início do ano que o sistema está disponível para ser usado, é uma praticidade, [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR241 – Eles [os professores] usam ele [o sistema Professor Online] até por questão da sua praticidade. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR249 - O sistema é bom, os professores gostam dele, ele [o sistema] é prático.</p> <p>UR12 e UR15 – O professor lança a nota uma vez e já está certo, já está lançado. Claro que tem as correções, e outras situações [que precisam ser resolvidas]. [...]. Nesse ponto facilitou, pois de qualquer forma o professor precisa lançar as notas, como ele precisa fazer, já lança no sistema. O que eu percebo esse ano e vejo por mim no ano passado, que eu já fazia direto no sistema, não fazia no papel para depois passar no sistema. Já fazia “direto” para não precisar fazer duas vezes. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR49 – Se todo professor aderir e fazer logo o cadastro/preenchimento das informações no sistema, sem deixar acumular, fica mais fácil. [...]. É sempre bom o professor já poder fazer isso na hora. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR51 – Se for feito logo [o preenchimento das informações no sistema] não vai ser um problema e ao chegar no final do bimestre apenas será necessário o professor imprimir seu diário, assinar e entregar. Tem professores que tem 40</p>	14

	<p>horas em sala de aula e possuem no mínimo de 10, 12 a 15 turmas, dependendo da quantidade de aulas, então o professor fica o final de semana preenchendo o sistema, ao invés de se divertir ou descansar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR50 – Se tiver um computador, uma sala com conexão à internet é possível fazer a chamada na hora, lançar a falta do aluno que não está presente, lançar o conteúdo no sistema, ao invés de lançar no diário impresso. [...]. Aqui na escola nós temos salas ambiente, onde quem troca de sala é o aluno, então o professor tem um “tempinho” de deixar o sistema preparado já. São situações que nos favorecem, mas não são todas as escolas que oferecem essa estrutura ou dinâmica. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR82 – [...] quem acompanha dia-a-dia, aula após aula, não vai ter tanto serviço no final do bimestre. O sistema já é assim para ir trabalhando e fazendo isso dia-a-dia, para não ter todo esse trabalho no final. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR83 – [...] hoje o sistema permite que isso seja feito durante a aula. No início da aula já pode colocar o conteúdo que está trabalhando [naquela aula]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR155 – Eu sempre digo para os professores todas as quartas-feiras nas reuniões de planejamento: “leva trabalho para casa quem quer. ”, porque tem uma quarta de manhã, uma tarde de quarta-feira de planejamento e fora esses [dias], todos os professores tem uma ou duas aulas de manhã ou uma ou duas aulas à tarde que estão disponíveis para trabalhar no sistema. Eles podem deixar tudo organizado. Eu mesmo até ano passado não levava nada para casa. Nessas horas-atividades eu me organizava. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR146 - [...] muito fácil de usar e muito claro e transparente. Se o professor alimenta ele certinho e o pai acessar ele não vai ter dúvida. Está tudo muito bem especificado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR399 - Facilita as atividades. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR407 - Sim, devido a organização e praticidade. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR413 - Sim. Mais agilidade e facilidade na organização. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR429 - Facilita os registros no momento ocorrido, facilita os cálculos referente as notas. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR419 - Sim, contribui, devido à facilidade, até de comunicação e os agendamentos, [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR416 – [Facilita] em algumas situações: digitar notas, conteúdos, faltas. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
--	---	--

		<p>UR414 - Sim. Praticidade. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR415 - Facilita a postagem do parecer pedagógico. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
	<p>UT22 - O sistema Professor Online informatizou as informações, o preenchimento dos diários e os serviços realizados de forma manual</p>	<p>UR83 e UR86 – [...], porque antes o professor tinha que escrever tudo no papel. [...]. Anteriormente, com o sistema do papel, onde o professor escrevia tudo no papel, no diário ainda [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR148 – [...], onde cada um dos professores receberia uma senha de acesso e deveria estar transpondo todas as informações do diário, que até então era manual, porque escrevíamos tudo bonitinho no papel. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR251 - Antes do sistema Professor Online o professor tinha o diário físico, então ele anotava tudo no diário, fazia suas considerações e anotava as avaliações e somente no final do bimestre ele entregava o diário. Agora com o sistema Professor Online ele vai preenchendo o diário durante a semana com as notas, os trabalhos, faz agendamento das provas, anota apontamentos sobre os alunos. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR256 – [...] não precisa mais escrever manualmente todas as informações, [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	4
	<p>UT23 - Os processos educacionais foram agilizados com o sistema Professor Online</p>	<p>UR234 - Principalmente a questão da rapidez, por exemplo, faz um conselho final hoje e amanhã já é possível imprimir o boletim. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR354 - Em relação ao modelo de quando ele foi implantado e de como ele está hoje, ele está muito rápido e mais ágil. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	2
	<p>UT24 - (Re)distribuição das atividades escolares</p>	<p>UR13 – Não é aquela coisa que você faz todo bimestre, entrega para a secretaria onde ela ainda precisa lançar no sistema e ter toda “aquela função”. Eu trabalhei um tempo na secretaria e precisava digitar todas as notas no sistema. Isso era bastante complicado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR55 – [...] o sistema do Professor Online era uma possibilidade de ter um pouco mais de tranquilidade no trabalho, pois assim eu não precisava ainda cuidar das notas dos alunos. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR56 – Hoje eu preciso enturmar os alunos no sistema, o professor é quem cuida das presenças e das notas. E eu no final do bimestre faço o fechamento e abro o próximo período no sistema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR63 – O sistema Professor Online melhorou o trabalho das notas, da divulgação das notas e o trabalho na secretaria. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR65 – [...] agora dividiu o trabalho. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	7

	<p>UR75 – Me exige menos, então como eu não tenho secretaria me exige menos trabalho. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR76 – [...] eu não vou dizer que deu mais trabalho para o professor, mas acho que redistribuiu as tarefas dentro das escolas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR105 – [O sistema Professor Online] “desabafou” um pouco os serviços das AE’s (Assistente de Educação) (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR271 - O professor Online ajudou e facilitou muito o trabalho da secretaria, é menos papel, menos burocracia. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR322 - Menos burocracia na parte da secretaria da escola. O professor passou a ser responsável pelo preenchimento do sistema e isso diminuiu a ‘papelada’ e a burocracia para encaminhar os diários para a secretaria. Desta forma se perde menos tempo manuseando papeis, pois, o professor preenche no diário online e nós apenas fazemos a migração para o sistema e depois se faz a impressão do diário pronto. O principal impacto foi na questão da burocracia. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR404 - Talvez menos burocrático para a secretária da escola. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
<p>UT25 - Diminuição do consumo de papel e preocupação com o meio ambiente</p>	<p>UR10 – [...] Pois isso diminui o consumo de papel, [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR250 - Evita a impressão de papel que ambientalmente é bom, evita ter que ficar arquivando tanto papel. Outras épocas se imprimia todo o bimestre todos os diários de classe. Com o passar do tempo e com os professores se habituando ao sistema, muitas vezes nem imprimimos mais os diários de classes. Então ambientalmente foi muito bom. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR186 - Nós imprimimos os diários e deixamos isso impresso, documentado, todos os professores assinam, etc. Então não fica somente no Professor Online, mesmo assim nós temos o [documento] físico. O documento físico também tem os registros das notas, de todas as atividades que são propostas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR424 - Evita o uso de papeis, faço todos os lançamentos direto por lá (QP – julho/setembro 2018)</p>	4
<p>UT26 - Professor Online como ferramenta de</p>	<p>UR336 - O sistema é uma ferramenta de segurança para o professor, pois ele coloca lá [no sistema Professor Online] o que ele trabalha, faltas/frequência dos alunos. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	2

	segurança para o professor	UR425 - É um registro, não tem como negar o que está lá. Exemplo: para atividades futuras. (QP – julho/setembro 2018)	
	UT27 - Uso da tecnologia no ambiente escolar	UR171 - Teve avanços muito significativos com a tecnologia. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR272 - Fala-se tanto no uso de tecnologia, então o professor está em sala de aula fazendo uso da tecnologia a seu favor. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	2
UTG8 - Importância e necessidade de atualização do sistema Professor Online.	UT28 - Necessidade de alimentação constante das informações no sistema Professor Online	UR130 – Lembrando que o professor é orientado a alimentar o sistema e fazer os registros nele regularmente. Não adianta ter o sistema Professor Online e ele não estar [sendo] alimentado, porque senão não teremos as informações. Na nossa escola, felizmente, nós temos o sistema bem alimentado, sempre em dia e é possível buscar as informações. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	1
	UT29 - Importância de manter o sistema Professor Online sempre atualizado para fechar boletins e diários, acionar outros projetos e acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem do aluno por parte da gestão escolar	UR243 - Por exemplo, se chegar ao final do bimestre ou trimestre e o sistema não foi alimentado com todas as informações não é possível fechar o bimestre ou trimestre, o sistema acaba travando. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR323 - Caso o professor não preenchesse o sistema com as informações e os conteúdos, quando fosse impresso o diário de classe ele não estaria completo e o boletim do aluno sairia em branco. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR259 – [...] se o professor deixa de preencher a chamada e tem algum aluno que esteja faltando eu não consigo acionar o programa APOIA. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR293 - Eu como diretor(a) tenho acesso ao SISGESC para ver como estão os diários e ver se os professores o estão preenchendo, principalmente a questão das presenças devido ao acompanhamento da frequência escolar, pois de repente deixa-se de preencher essa informação e no final do semestre ela esteja faltando. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR337 – [...] Quando o professor deixa de alimentar o sistema, tanto nós (da gestão) ficamos sem informação, por exemplo, caso precisamos verificar se um aluno esteve presente em tal dia ou não e caso isso não tenha sido preenchido nós ficamos sem a informação [...].(EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	5
	UT30 - Falta de atualização das informações no sistema Professor Online prejudica aos alunos e	UR315 - [Caso isto ocorra] acho que o que é mais impactado neste sentido é o aluno e a família, pois eles ficam sem saber como está o procedimento, pois eu [como gestor(a)] posso saber, mas a família não. O aluno e a família são os mais impactados. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR324 - Os alunos são os mais impactados, pois os alunos acompanham sua média então, quando o professor lança as notas, o aluno, mesmo antes de determinar o trimestre já sabe a média que ele receberá naquela disciplina. Se o professor	4

<p>família (pais e/ou responsáveis)</p>	<p>não faz o preenchimento correto no sistema do Professor Online deixando incompleto o sistema, o aluno não tem acesso à ao seu processo de avaliação e rendimento escolar. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR325 - As famílias são um pouco menos afetadas. Elas têm acesso por meio do Estudante Online e eles não são tão assíduos no acompanhamento. Os alunos já não, eles acompanham. Se foi feita uma avaliação eles ficam aguardando a nota para saber com que média eles estão, sua nota e recuperação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR337 - Na verdade, deixa de acontecer a informação por ambos os lados. Quando o professor deixa de alimentar o sistema, tanto nós (da gestão) ficamos sem informação, [...] da mesma forma os pais e os alunos. Pois os alunos cobram: ‘O professor lançou a avaliação, mas não lançou a nota’. Na verdade, fica prejudicada a informação, tanto da gestão quanto dos alunos e famílias. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR350 - Hoje, da forma que está funcionando e com o tempo que ele [o sistema Professor Online] já está em vigor quem é mais prejudicado é o aluno. Existe aquele aluno, aquela família que não acompanha e existem muitos, que são a grande maioria, que acompanham a vida escolar do seu filho via Professor Online, seja isso para saber se tem avaliações, se tem trabalhos agendados, se tem faltas ou até mesmo o que teve na aula. Eu na, minha leitura, acredito que o maior prejudicado nesse sentido [de não preencher as informações no sistema Professor Online] seja o próprio aluno. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
<p>UT31 - Professores se esforçam para manter as informações sempre atualizadas no sistema Professor Online</p>	<p>UR59 – [...], a nossa escola sempre foi bem vista, porque os professores têm o sistema do Professor Online em dia. [...]Sempre me deixou muito feliz que na nossa escola, se os professores estavam rebeldes lá atrás, estão deixando o professor Online em dia. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR61 – Os professores correspondem e me dão retorno quanto a deixar tudo em dia. Se é uma atribuição precisa ser feita. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR323 – [...] hoje todos preenchem o diário e deixam tudo em dia. [...]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR244 - [...]não tivemos problemas de algum professor não preencher, [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR263 - Na nossa escola eu observo que os ACTs sempre estão em dia com o sistema Professor Online. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR309 - Eu vejo que os ACTs se preocupam muito em acertar. Eles podem até não saber ou errar alguma coisa [no preenchimento das informações no sistema], mas eles nos procuram e querem saber como fazer. Eu vejo nos professores</p>	6

		<p>novos uma preocupação muito grande em saber e conhecer o mais rápido possível para poder acertar. Não tem alguém que diga: “Eu não vou fazer” ou “Eu vou fazer depois”. [...] Não vejo ninguém assim. Eu vejo uma preocupação muito grande dos professores e principalmente dos novos para acertar tudo logo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR328 – [...] Eles são muito assíduos no preenchimento do diário. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
	<p>UT32 - Grande números de ACT's nas escolas não interfere no preenchimento do sistema Professor Online</p>	<p>UR328 - O fato de ter ou não ACTs não prejudica em nada. Isso não impacta em nada no sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR351 – [O grande número de ACTs não interfere na utilização e preenchimento do sistema], porque o professor que efetivamente se organiza e ocupa sua hora-atividade na escola, mesmo que ele esteja se deslocando de uma escola para a outra, ele tem o tempo de planejamento e consegue preencher o sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	2
	<p>UT33 - Professores deixam de alimentar as informações no sistema periodicamente.</p>	<p>UR189 – Eu vejo que [os professores] não deixam o sistema atualizado do jeito que deveriam, que deveria ser, no mínimo, uma vez por semana ou semanalmente. Uns demoram as vezes um pouco mais do que outros. Isto está relacionado a questão de organização individual. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR221 e UR222 – O que se percebe aqui na nossa escola é que os professores não preenchem [o sistema] como deveriam. Ele é um diário e precisa ser preenchido todos os dias quando [os professores] têm aula. [...] os professores não preenchem ele no dia. Preenchem ele alguns dias após. Isso ainda é um dos empecilhos para que [o sistema Professor Online] seja bem eficaz. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2

Fonte: Do autor, 2019

ANEXO VII – GESTÃO EDUCACIONAL E SUA RELAÇÃO COM A TECNOLOGIA

UNIDADES TEMÁTICAS GERAIS (UTG)	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	UNIDADES DE REGISTRO (UR)	*18
<p>UTG9 - Gestores e órgãos superiores possuem acesso para acompanhar informações lançadas no sistema Professor Online.</p>	<p>UT34 - Membros da SED e GERED tem acesso ao que é inserido pelo professor no sistema e acompanham o lançamento das informações no sistema.</p>	<p>UR58 - [...], sabendo que todo final de mês é gerado um relatório na ADR para saber se os professores preencheram o sistema e estão de acordo. [...]. Sempre é gerado um relatório e havia uma pessoa responsável na ADR que informava, por semana ou quinzenalmente, como estava o andamento da escola. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR94 - [Através do sistema Professor Online é realizado] um acompanhamento, de perto, da secretaria (SED), com todas as escolas do estado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR1214 e UR215 - [...], porque a própria SED (Secretaria do Estado da Educação) entra no diário de qualquer professor e sabe como está a situação. É um instrumento de controle sobre a atuação profissional do professor. Antes eles não tinham acesso. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	3
<p>lançadas no sistema Professor Online.</p>	<p>UT35 - Os gestores escolares podem acompanhar todas as informações lançadas pelo professor</p>	<p>UR233 - É possível acessar e acompanhar todas as informações lançadas. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR285 - Sim, é uma forma de ir acompanhando e visualizando o trabalho dos professores, o planejamento deles, o plano de ensino, ver se ele está atendendo o que foi proposto na escola. No diário físico não se tinha este acompanhamento e trabalho pedagógico desenvolvido. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR312 - Como gestor (a) é possível ter um apanhado geral de como os professores estão alimentando ou não o sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR332 - O sistema Professor Online facilitou o fato de quem está na gestão conseguir acompanhar o que o professor lança lá [no sistema], os conteúdos, os registros das faltas, Através do SISGESC, que é em conjunto com o Professor Online nós conseguimos acompanhar o que os professores lançam, as presenças dos alunos, Neste sentido facilitou bastante. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR348 - O acompanhamento dos registros dos professores, pois como o professor tem o acesso, nós como gestores temos acesso ao que ele posta. Nós temos acesso, quase que em tempo real de estar acompanhando. O que no físico</p>	10

¹⁸ Quantidade de Ocorrências

		<p>nós conseguíamos acompanhar apenas no final do semestre ou bimestre, agora no online nós podemos acompanhar diariamente, semanalmente ou mensalmente o que o professor tem registrado no sistema e qual a forma: conteúdos, avaliações, a frequência com que o professor tem feito isso, (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR389 – [...] gestores também possuem acesso. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR392 - A secretaria tem um mapa do que ocorre durante o bimestre. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR405 – [...] por [a equipe gestora] ter acesso às informações das atividades desenvolvidas pelos professores. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR403 – [...] pois a direção tem acesso ao que colocamos na plataforma. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR395 – [...] o diretor tem acesso. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
<p>UTG10 - Acompanhamento e verificação de todas as informações lançadas no sistema por parte dos professores.</p>	<p>UT36 - Membros da GERED e SED entram em contato caso o sistema não seja preenchido</p>	<p>UR236 – [...] se por acaso um professor ficar por um longo tempo sem alimentar o sistema o próprio governo, a GERED e a SED (Secretaria do Estado da Educação) percebem e eles entram em contato para verificar tal situação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR262 - Se os professores não preenchem o sistema nós [gestores] somos cobrados e penalizados pela Secretaria do Estado, porém não sei o que acontece posteriormente. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR296 - Caso alguém não tenha preenchido o sistema, a Secretaria da Educação possui os relatórios e eles nos repassam quem não preencheu e é conversado com estes professores. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR323 - Nós temos hoje o suporte de alguém com nível de acesso maior que o nosso [no sistema] que consegue identificar [o que foi ou não preenchido]. Por exemplo, a Regional tem um responsável que consegue identificar se a escola preencheu, o que preencheu, o quanto preencheu e o que preencheu. Então eles nos davam o feedback por exemplo: ‘tal professor não preencheu alguma coisa ainda’, ‘tal professor só preencheu uma parte’, e assim fomos recebendo esse feedback da Regional e orientávamos o professor a preencher [o sistema] para que ele ficasse em dia. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	4
	<p>UT37 - Diálogo com professores para cumprimento de suas atribuições no sistema</p>	<p>UR237 - O que sempre se pede e, na nossa escola isso é bem tranquilo, é de sempre alimentar o sistema não deixando acumular, pois depois de um tempo pode não se lembrar mais o que foi passado. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR257 – [...] As condições estão sendo dadas aos professores e em contrapartida é feita também a cobrança quanto ao uso e preenchimento do Professor Online. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	10

	<p>Professor Online e preenchimento constante das informações.</p>	<p>UR258 - Por exemplo, no ano passado (2018) tive um ou dois casos de professores que cumpriram, porém ficaram um pouco atrasados [no preenchimento das informações no sistema Professor Online], neste sentido eu vou e falo com o professor para manter o sistema em dia, não atrasar, pois quanto mais atrasa mais trabalho se acumula depois. Como gestora faço essas cobranças e fico monitorando, e quando acontece algum problema nesse sentido eu converso com o professor e tento conscientizá-lo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR265 - O primeiro bimestre é sempre um período de adaptação dos novos professores e tem-se uma certa tolerância, porém no segundo bimestre ele é cobrado quanto ao preenchimento do sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR278 - Cada quarta-feira temos reunião de planejamento na escola e eu oriento e deixo claro que, ao menos uma vez por semana o professor precisa acessar o sistema, inclusive pelo fato deles terem aulas de planejamento na escola e também poderem estar realizando 50% do planejamento em suas casas. Por este motivo não se justifica o fato de algum professor não acessar o sistema do Professor Online uma vez por semana. Aqui na escola há uma rigidez muito grande na cobrança disso [preenchimento das informações no sistema Professor Online]. Eu [como diretora] acompanho [os professores] na sala dos professores, para que de fato, eles acessem o sistema uma vez por semana. Até agora todos estão conseguindo cumprir. Quando o sistema não é bem preenchido, eu sempre chamo o professor pessoalmente para conversar. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR279 – [...] Eu sempre chamo individualmente, pego o plano de ensino e comparo com o que tem no sistema. Eu também faço um acompanhamento muito grande dentro da sala de aula, então uma ou duas vezes por semana eu estou em sala de aula, muitas vezes para substituir algum professor e é nesse momento que eu olho o caderno no aluno, vendo o que foi passado em cada disciplina e nas horas do intervalo e de meio-dia eu converso bastante com os professores para ver se há clareza entre o que foi colocado no plano de ensino e o que efetivamente foi trabalhado em sala de aula. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR297 - Relacionado as avaliações também se conversa bastante com os professores, pois tem recuperação paralela, cuidando para que não haja muitas avaliações em um mesmo dia também. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR298 - Quando acontece de alguém não preencher o sistema sempre vamos conversando. Hoje não tem nenhuma medida, por exemplo, de que se o professor não preencher o diário terá problema na questão do pagamento deste professor como uma vez se cogitou. Aqui se trabalha com a parte pedagógica e não de forma punitiva. Dessa forma se</p>	
--	--	--	--

		<p>trabalha com os alunos e também com os professores. Temos professores que são ótimos e ministram uma excelente aula, então o preenchimento do sistema é apenas um detalhe. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR309 - Isso também depende muito da escola. Nós aqui na escola somos em três, eu como gestor(a), a secretaria e a ATP e nós somos muito exigentes neste sentido, tanto que nas primeiras reuniões já falamos para deixar tudo em dia e não ter mais trabalho depois. Então quando se leva isso à sério desde o início a tendência é que isso logo comece a funcionar. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR314 - É acompanhado, não digo cada dia, mas cada semana e a cada 14 dias se olha e se vê quem está alimentando o sistema e, quem não está alimentando o sistema é chamado no particular e pede-se para que alimente o sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR334 - É solicitado aos professores que eles façam o preenchimento instantaneamente. Por ser um diário, quer dizer ‘o que você faz diariamente’, o ideal é que seja lançado todo dia. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR338 - A cada 14 dias nós verificamos no sistema e se observa se um professor ainda não lançou as informações, nem conteúdos, notas ou frequências e se conversa com este professor para saber o que houve, pois existem também os prazos legais que o aluno tem o direito de receber a informação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR349 – [...] como nós temos orientadores e supervisores educacionais na escola, eles vão acompanhando e na medida que o professor vai deixando de fazer esse preenchimento, nós vamos fazendo conversas individuais com cada professor e suas especificidades. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR308 - Quando se percebe que algum professor deixou de preencher alguma coisa no sistema, o que acontece muito pouco, chamamos o professor e o questionamos. Caso em catorze dias não tenha sido lançado uma nota [no sistema] se pergunta ao professor o que houve e ele justifica o que houve. Porém isso é bem tranquilo, é feito em forma de conversa. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR386 – [...] pois existe um certo "controle" do que é feito. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR428 - Acredito que, da maneira como ela está e pensada pela secretaria e como as informações posteriores estão chegando até nós, a plataforma não é algo que veio para melhorar o trabalho e a aprendizagem, parece-me que está servindo mais para fiscalizar o trabalho do professor. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
--	--	---	--

	<p>UT38 - Verificação por parte dos gestores dos conteúdos ministrados e atividades realizadas e da coerência entre a prática e as informações lançadas no sistema.</p>	<p>UR29 – Tenho acesso a tudo o que foi lançado [...]: quais atividades foram feitas [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR159 e UR160- [...], outra questão: se há consonância entre a aplicabilidade da aula com aquilo que está no Professor Online. Como temos acesso [ao que o professor cadastra] eu consigo acompanhar: “como está tendo vídeo agora ou determinada atividade se lá no sistema do Professor Online consta que você ia fazer outra atividade? ”. Pelo plano de ensino eu também acompanho. Por exemplo, eu sei que este semestre os alunos estão trabalhando com a professora de ciência [o tema] fungos. Daqui a pouco [esta] professora vem e me diz: “Olha diretora, daqui a pouco nós estamos saindo para uma aula prática para observar os fungos. ” Então consigo observar se o professor está acompanhando seu planejamento e seu plano de ensino. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR164 - Nos momentos em que eu não estou diretamente acompanhando o processo com [os alunos] em sala, eu acompanho pelo sistema o que está acontecendo, quais são os conteúdos ministrados, o que está sendo aplicado em sala de aula. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR165 - [...] até porque quando eu faço os pré-conselhos, eu falo para os alunos: “pelo sistema vocês tiveram tantos conteúdos. Esse processo aconteceu em sala? Preciso verificar no caderno se houve teve conteúdo?” (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR224 e UR225 - Eu tenho acesso às faltas dos alunos, aos conteúdos que os professores estão trabalhando. [O sistema] me ajuda muito neste sentido, pois se eu quero saber o que o professor está trabalhando em determinada disciplina é só eu acessar o sistema do Professor Online pelo SISGESC e vou no professor tal, com turma tal e eu sei qual o conteúdo que o professor está trabalhando. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR276 - Eu acompanho [o que está no sistema do Professor Online] juntamente com o plano de ensino entregue pelo professor. Assim se faz um contato direto com o professor e se observa quando falta clareza no preenchimento, por exemplo, não apenas colocar o conteúdo, mas explica-lo na íntegra [...], colocar com bastante clareza todas as atividades e tarefas que foram desenvolvidas, descrever bastante a ação realizada sobre o conteúdo, deixando bem claro o que foi trabalhado. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR409 - [...] o próprio acompanhamento da gestão escolar no que está se passando em cada disciplina. (QP – julho/setembro 2018)</p>	10
--	--	---	----

		<p>UR400 - Sim. Os gestores conseguem ver com mais clareza os trabalhos que estão sendo realizados. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR402 - A equipe de gestão consegue acompanhar melhor as atividades dos professores. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR406 – [...] a direção também pode acompanhar o desempenho dos estudantes, bem como dos professores. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR385 - Sim...pelo acesso imediato de todas as informações de todas as disciplinas. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR391 - Sim, pois dentre outros benefícios, a equipe gestora pode ter acesso a qualquer momento em relação as disciplinas [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
	<p>UT39 - Acompanhamento do que é lançado no sistema pelo professor conferindo se atende ao que foi proposto, às normas e legislação.</p>	<p>UR30 – Cada disciplina tem uma normativa que tem um número mínimo de avaliações, por exemplo: uma aula por semana uma avaliação por bimestre, duas aulas por semana três avaliações, três aulas por semana ou mais precisa ter quatro avaliações. Claro que isso não é uma imposição, mas pelo número de aulas por semana é necessário que tenha essas avaliações. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR31 - Eu consigo acompanhar se o professor está cumprindo com aquilo que foi proposto. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR89 – [...] hoje, de acordo com as aulas, é necessário ter um número de avaliações, [...].(EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR158 – Nós temos uma regra básica: que não pode passar de duas avaliações por dia para o aluno. Então se o professor cadastrou no sistema, agendou lá e os alunos vem me dizer: “Nossa diretora, hoje nós tivemos três, quatro provas.” Eu pergunto: “Mas como assim? Se não pode mais de duas provas? ”. Eles respondem: “Mas o professor não tinha agendado no sistema.”. Eu pergunto: “Mas o professor tinha agendado com vocês? ”. Então, são essas coisas que a gente cuida. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR253 - Por exemplo, tem uma legislação própria do estado que trata da quantidade mínima de avaliações que precisa ser feita em cada disciplina, [...] esse acompanhamento enquanto gestão e [acompanhamento] pedagógico é observado no sistema. Durante o semestre se acompanha essa questão e se observa se está tudo de acordo com a legislação, caso não esteja é lembrado o professor sobre a portaria estadual que trata sobre as avaliações. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	5

		<p>UR285 - [...],visualizando o trabalho dos professores, o planejamento deles, o plano de ensino, ver se está o plano de ensino está atendendo o que foi proposto na escola [...]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
	<p>UT40 - Acompanhar se os professores estão inserindo todas as informações no sistema</p>	<p>UR67 – No sistema eu acompanho e posso ver o professor que ainda não alimentou o sistema e está acabando o prazo, então encaminho uma mensagem para ele no whatsApp e aviso: “Professor vou fechar o sistema tal dia, agiliza lá, por favor”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR73 – Como gestora preciso ficar “de olho”, porque tem pessoas que cobram e eu não quero ir em uma reunião e ouvir que a nossa escola está sempre atrasada para deixar o sistema atualizado. Então, sempre que posso eu deixo um recadinho para o professor e fico de olho para manter uma qualidade. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR88 e UR89– [...] nós acompanhamos, não somente eu, mas a secretaria também acompanha bastante. Se olha se o professor tem provas marcadas, tem os conteúdos lançados, as provas [lançadas]. Quando chega mais ao final do bimestre ver se tem as notas lançadas. [...]. Se acompanha para ver se está tudo em dia. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR91 – Cada pouco nós acompanhamos isso [notas, provas, trabalhos] para ver se está tudo certo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR161 e UR162 – Sabemos exatamente o professor que olha o sistema por semana, deixa tudo em dia por semana e aquele que só faz tudo no final de semana. Tem esses professores também. Tem professores que de quatorze em quatorze dias preciso dar uma chamada: “Olha professor, você precisa alimentar o Professor Online. Esta faltoso lá nos conteúdos, não pode.”. Daqui a pouco é um aluno que está evasivo da escola e como que o professor não registrou isso? Então eu acompanho muito. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR184 – Do ponto de vista da gestão é preciso acompanhar um pouco mais [as informações lançadas no sistema]. Nós temos acesso. Eventualmente eu posso falar com os professores: “Professor, você precisa alimentar o sistema. Você precisa informar, que daqui a pouco um pai vai querer acompanhar. ” (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR212 – [É possível] verificar toda a questão de organização do professor, aquele que está deixando atualizado, que tem tudo em dia ou meio relapso. [...]. [Às vezes] você confere no Professor Online [e o cadastro das informações] está atrasado, está desatualizado. De maneira geral acho [o Professor Online] uma boa ferramenta pelas possibilidades de acompanhamento. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	4

		UR215 - No Professor Online você entra, olha os registros, vê o que está sendo trabalhado. [É possível] pegar o planejamento em curso e ver o que está planejado e programado no sistema. É esse tipo de controle, meio de “fiscalização”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	
UT41 - Acesso facilitado por parte da gestão escolar a tudo o que é lançado pelo professor	<p>UR29 - Por meio do SISGESC eu tenho acesso a tudo o que foi lançado por cada professor no sistema Professor Online [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR66 – [...] eu abro meu sistema (como gestor (a)), onde tenho acesso a tudo o que os professores postaram. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR190 e UR191 – Conseguimos ter acesso ao planejamento, aos planos de aula, às avaliações, à todas as disciplinas. Conseguimos ter esse acompanhamento. Não que antes não tinha, mas você precisava ir e solicitar ao professor: “Professor, posso ver o seu diário? ”, ou “Professor, você pode me dar seu diário para que eu possa dar uma olhadinha”. Ficava uma coisa “meio assim”. Hoje temos acesso a isso. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR224 e UR225 – [...] através do SISGESC (Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina), eu tenho acesso ao que os professores estão lançando [no sistema Professor Online] [...], também sei se o professor está lançando [as informações no sistema Professor Online], se ele está atrasado, se [o professor] faz a chamada todos os dias ou não. Neste sentido [o Professor Online] me ajuda bastante. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR252 - A qualquer momento que se deseja fazer um acompanhamento ou tenha algum problema, como por exemplo com notas, é possível acessar o sistema e olhar. Isso no que se refere à gestão. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR358 - Hoje todas as informações estão ali acessíveis, o que facilita o trabalho da gente [da gestão], pois não precisa mais estar procurando o professor para saber como é isso ou aquilo, você abre o sistema e já pode dar um suporte tanto para pais como acompanhar se o que está sendo feito está realmente proposto no planejamento dele ou não. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	7	
UT42 - Acompanhamento e alimentação diária do sistema	<p>UR239 - Ele [o sistema Professor Online] precisa ter um acompanhamento diário e é isso que se pede na escola e também se acompanha. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR244 - Temos a possibilidade de acompanhar se todos os professores estão alimentando [o sistema]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	3	

		UR293 - Eu como diretor(a) tenho acesso ao SISGESC para ver como estão os diários e ver se os professores o estão preenchendo [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	
UTG11 - Acesso dos gestores à todas as informações lançadas no sistema Professor Online (conteúdos ministrados, atividades e avaliações realizadas, frequência dos alunos, notas e médias), sendo possível promover estratégias de melhoria no processo de ensino e de aprendizagem	UT43 - Gestores possuem acesso às presenças/frequência dos alunos	UR128 – Nós temos um controle bem rígido da presença do aluno, para consultar se um aluno faltou ou não. Nós temos aqui [no sistema Professor Online] a agenda do aluno e nenhum aluno falta sem nós sabermos o motivo pelo qual ele está faltando. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR129 – [...] a gente verifica se o aluno definitivamente faltou e entra em contato com a família. Isso é bem importante. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR160 – Eu acompanho bastante e olho no sistema, as faltas também. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR162 –Daqui a pouco é um aluno que está evasivo da escola e como que o professor não registrou isso? Então eu acompanho muito. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR224 – Eu tenho acesso às faltas dos alunos [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	3
	UT44 - Gestores possuem acesso às notas e médias dos Alunos	UR29 – Tenho acesso a tudo o que foi lançado [...]: notas, médias, [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR95 – [...] o gestor consegue acompanhar em termos gerais as notas dos alunos como um todo (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	2
	UT45 - Gestores possuem acesso a quantidade de avaliações dos alunos.	UR29 – Tenho acesso a tudo o que foi lançado [...]: quantidade de provas (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR84 – No início da aula já pode colocar o conteúdo que está trabalhando, da programação das provas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR96 – Acompanhar também as avaliações dos professores (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	3
	UT46 - Gestores possuem acesso ao rendimento do aluno sem necessidade da presença ou consulta ao professor	UR66 – Hoje não preciso sair chamar um professor, por exemplo, quando vem uma mãe por causa de “uma história”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR115 – às vezes [o sistema Professor Online] até dispensa a presença do professor para verificar como que está o rendimento [do aluno], a questão de lançamento de faltas, de presenças. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR127 – Muitas vezes o professor não está na escola e você precisa algum dado do aluno, se vai no sistema e busca. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR397 – [...] uma vez que tanto o pedagógico quanto o administrativo tem acesso às informações de cada disciplina a qualquer momento. (QP – julho/setembro 2018)	4

<p>UT47 - Acompanhamento do andamento/aprendizagem do aluno</p>	<p>UR102 – [é possível ter] uma noção do todo do aluno em todas as disciplinas, tornando algo mais completo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR158 – É uma ferramenta boa por causa do acesso que se pode ter, acompanhar o desenvolvimento, a aprendizagem por meio dos números ou pelas atividades propostas [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR190 – Consegue acompanhar mais todo esse processo de aprendizagem dos estudos [dos alunos]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR387 – [...] é possível que a gestão pedagógica consiga acompanhar as atividades, o rendimento dos alunos. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR396 - Sim, melhor acompanhamento do desempenho do aluno. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR406 – [...] a direção também pode acompanhar o desempenho dos estudantes, [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR393 - Sim. Há a condição do acompanhamento por parte da orientação pedagógica e a equipe diretiva. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR422 - Todos os registros do aluno irão contribuir para melhorar a gestão. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR391 - Sim, pois dentre outros benefícios, a equipe gestora pode ter acesso a qualquer momento em relação as disciplinas e também aos alunos. [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p>	8
<p>UT48 - Permite promover ações para melhorar o rendimento dos alunos</p>	<p>UR97 – [é possível] intervir e promover ações para melhorar o rendimento do aluno, promovendo aulas de reforço. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR388 – [...] a gestão pode acompanhar as atividades e avaliações das disciplinas e dependendo da situação propor melhorias antes que os problemas aconteçam. (QP – julho/setembro 2018)</p>	2
<p>UT49 - Auxilia o gestor escolar no acompanhamento de outros programas</p>	<p>UR254 - Outra questão está relacionada à frequência que também é observada, pois quando se tinha o diário físico, e um aluno faltava na escola para fazer o programa APOIA, era necessário pedir os diários dos professores para verificar quantos dias o aluno tinha faltado. Hoje é possível acessar o Professor Online e já é possível ver quantos dias o aluno faltou e é possível acionar o programa APOIA. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR259 - Sim, por exemplo, se o professor deixa de preencher a chamada e tem algum aluno que esteja faltando eu não consigo acionar o programa APOIA. Para poder acionar os órgãos competentes ou o Conselho Tutelar, por exemplo, é preciso fazer o APOIA no sistema do Professor Online. Por exemplo, se eu tenho 10 professores ministrando aula em</p>	1

		uma turma e apenas 9 preenchem a chamada regularmente, esse 1 me impede de fazer o APOIA. Então não consigo acionar o Conselho Tutelar. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	
UTG12 - Acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem do aluno pela comunidade escolar	UT50 - Pais e/ou responsáveis podem acompanhar o desempenho dos alunos tem acesso às informações	<p>UR60 – Então hoje, no decorrer desse tempo, posso dizer que tem pais que sabem e acompanham as notas dos seus filhos. Tem pais que já vem dizendo: “Eu olhei lá, tem tantas avaliações” e vem reclamando ou questionam o porquê de não ter tido mais avaliações, de ter apenas uma nota. Então os pais já me procuram sabendo o que querem falar e eu não preciso procurar em nenhum lugar. Antes, tinha que procurar no diário impresso. A maior parte dos nossos pais tem acesso e olham o sistema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR90 – Se vem pais, nós orientamos para acompanhar o Aluno Online. Isso facilitou muito pois os pais podem acompanhar as notas dos alunos de casa, quando tem prova, quando tem trabalho para entregar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR115 – [...]até nas famílias onde os filhos dão acesso ao sistema [possuem acesso]. Os pais já vêm [até a escola] com algumas dúvidas sanadas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR136 e UR140 – os pais podem acessar muitas informações do aluno. [...]. Qualquer um acessa [...] principalmente a família. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR141 – A família não precisa esperar ser chamada ou precisa ver seu filho indo mal. Se a família acompanhar pelo sistema eles irão perceber caso tenha alguma coisa acontecendo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR156 – [...]o pai pode acompanhar [o desempenho de seu filho] de casa. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR169 – Se os pais perguntam para o filho em casa: “o que você teve nestas aulas de português” e o aluno fala: “hoje a gente teve leitura ou terminou de assistir um filme”, os pais se dão conta de que tem alguma coisa que não está certa. Estas situações eu percebo, pois tem vários pais que falam comigo sobre isso e que questionam: “O processo está acontecendo? Porque meu filho veio para casa com o caderno com esse e esse conteúdo? ”. Tem alguns pais que chamam no particular porque o aluno teve defasagem de aprendizagem e eu digo: “Pai, começa a olhar em casa, no caderno do seu filho, pois ele não está fazendo a atividade, ele não está copiando o conteúdo. E no sistema Professor Online você também pode acessar para ver o conteúdo passado pelo professor ou você vem aqui [na escola], assiste uma aula junto [com seu filho], ou veja o conteúdo [trabalhado] no caderno dos colegas. Observe que no [caderno] do</p>	27

		<p>teu filho esse conteúdo não está. ” E os pais concordam: “Sim diretora, realmente. Eu vou começar a acompanhar e vou começar, inclusive, a assinar meu nome e vou questionar meu filho o porquê ou o que ele estava fazendo na aula. ” Então, esses resultados eu já tive, só neste ano. Pais que não acreditavam, que achavam que o conteúdo não estava sendo aplicado e que viram que o filho não cumpriu sua função de aluno em sala. Também já tive questionamentos de pais onde o professor não aplicou o conteúdo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR181 – Sabemos que os pais têm esse acompanhamento pelo Estudante Online, então eu me sentia mais comprometido em deixar isso tudo em dia. Porque o aluno ia comentar em casa que fez tal avaliação, tal atividade ou trabalho e se os pais acessarem o Estudante Online e o professor não tiver alimentado o sistema? O pai vai pensar: “Poxa, você professor não está alimentando lá? ”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR226 – Os pais poderem verificar o sistema de casa [...]. Teve uma situação que o pai olhou em casa que o filho tinha uma falta, mas o filho veio de transporte aqui para a cidade. O pai confirmou que o filho havia vindo para a escola, mas no sistema tinha essa falta. Então fomos verificar, e de fato, o filho havia vindo para a cidade, mas não tinha vindo até a escola. Esse foi um caso [em] que [o sistema do Professor Online] ajudou. O professor tinha lançado a falta, [assim] o pai ficou sabendo e nós também de que o menino vinha com o transporte para a cidade, mas não vinha para a escola. Neste sentido foi bastante positivo [o sistema]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR223 – Se o aluno não estiver presente na aula, quando ele chegar em casa o pai já consegue acessar o sistema e ver [se o filho este presente na aula], mas se o professor não tiver lançado [a presença] o pai não vai conseguir ver. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018).</p> <p>UR292 - Melhorou bastante, pois os pais também têm acesso às informações do sistema. Isso contribuiu no sentido de os pais poderem acompanhar a agenda de avaliações, as notas tiradas nas avaliações, provas e trabalhos. Os pais têm acesso a tudo, neste sentido acho que democratizou [o acesso a informação]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR313 - O lado bom de tudo isso é que os pais conseguem ter acesso a tudo isso em casa e se quiserem, poder acompanhar a vida escolar de seus filhos. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR320 – [...] a família pode estar por dentro do trabalho realizado. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
--	--	---	--

	<p>UR331 – [...] melhorou a questão do acesso a informação. Hoje o aluno e a família têm acesso em tempo real para acompanhar a agenda, as provas, conteúdos, trabalhos, entre outros. Isso torna o processo mais transparente. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR333 - Outra coisa que facilitou é o fato dos pais poderem acompanhar em casa a rotina escolar dos filhos: quando tem avaliação, trabalho, acompanhar a frequência, as notas antes mesmo de receber os boletins. Eles conseguem acompanhar isso instantaneamente. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR357 - Sim, porque você tem acesso e uma informação maior, os pais estão melhor informados porque a informação está disponível e acessível. Antes a informação estava apenas no diário físico, os pais não tinham acesso e não era público para eles. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR277 - Como os pais tem acesso ao sistema e os alunos têm acesso, isso faz com que não aconteça de o aluno falar que no sistema Professor Online aparece uma coisa e na prática aconteceu outra. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR359 – [...] possibilita o acompanhamento dos pais mesmo estando a distância, verificar avaliações, notas... (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR360 - Há o acompanhamento das famílias em relação ao desempenho escolar, bem como agendamento de provas, facilitando a ajuda quando necessário. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR363 – [...] os pais podem acompanhar o desempenho dos seus filhos. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR367 – [...] os pais podem acompanhar diariamente o desempenho do filho. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR371 - Sim, se os pais desejarem podem acompanhar a vida escolar do filho. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR373 - Sim, pois os pais podem acompanhar o desempenho do filho (a). (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR375 - Sim. Os pais têm acesso quando quiserem. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR376 - Sim, pois os pais têm acesso aos dados do seu filho, mesmo não indo a escola ele pode acompanhar tudo o que seu filho está fazendo na escola, como está seu rendimento, assim ele está ciente da situação de seu filho na escola. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR380 – [...] os pais conseguem acompanhar melhor a vida escolar do aluno. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR382 -Sim. Devido ao acompanhamento da família. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR383 -Sim pois os pais ficam informados de avaliação e notas (QP – julho/setembro 2018)</p>	
--	---	--

	<p>UR370 – [...] os pais também têm acesso (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR401 - Acredito que com o diário online os pais podem acompanhar melhor o desempenho do aluno, isso favorece a escola, em todos os sentidos. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR419 – [...] onde os pais têm acesso e estão por dentro das notas. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
<p>UT51 - São oferecidas formações e iniciativas para os pais e responsáveis acessarem o sistema Professor Online</p>	<p>UR185 – A gente sempre incentiva, em todas as reuniões, os pais a acompanharem. Também já explicamos para os pais nas reuniões como funciona [o sistema do Professor Online]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR226 – No início do ano, na assembleia com os pais, foi mostrado onde os pais podem acessar [o sistema] de casa, pelo Estudante Online e como os filhos deles e eles tem acesso de casa, às notas e [outras informações]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2
<p>UT52 - Cobrança por parte da escola para que os pais e responsáveis acessem as informações no sistema Professor Online</p>	<p>UR116- A gente já pergunta na hora [que os pais vem conversar]: “Vocês já acessaram o sistema? ”, “Verificaram o que está lá [cadastrado]?” (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR260 - Nos encontros com os pais e assembleias de APPs (Associação dos pais e professores) eu sempre reforço a utilização do sistema do Professor Online, para que eles acessem e acompanhem e que, quando necessário, venham na escola cobrar alguma situação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR280 - Eu cobro bastante a participação dos pais, para que eles acompanhem, para verificar se o conteúdo lançado no plano de ensino está sendo trabalhado em sala de aula. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	3
<p>UT53 - Necessidade da realização de ações para participação efetiva dos pais e familiares no processo educacional.</p>	<p>UR136 – Em relação aos pais poderia ser feito um trabalho para eles terem uma participação mais efetiva. [...]. Eu acredito que em relação aos pais poderia ser trabalhado um pouquinho mais a presença deles na escola, está pouca, e a ferramenta [do Aluno Online] que eles poderiam estar utilizando em casa e ainda não usam como poderiam. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR368 – [...] Há a condição do acompanhamento por parte dos pais, mas a maioria não tem a informação correta e desconhece o caminho do acesso [ao sistema Professor Online]. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR369 - Não. A maioria dos alunos e comunidade ainda carece de um diálogo pessoal com a escola. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR372 - Para alguns pais sim, mas muitos deles não sabem como acessar as informações [no sistema Professor Online]. (QP – julho/setembro 2018)</p>	4

	<p>UT54 - Maior envolvimento da família (pais e responsáveis) no processo de ensino e de aprendizagem do aluno e acompanhamento do estudante</p>	<p>UR116- Perguntas [por parte dos pais] diminuíram. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR117- [...], então eu acho que [o sistema Professor Online] veio facilitar muito e acelerar o processo de gestão em relação à participação, principalmente das famílias. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR261 - No ano passado (2018) aconteceu uma situação onde uma mãe que sempre acompanhava as avaliações e notas do seu filho verificou que no final do bimestre ainda não havia sido lançada nenhuma avaliação e nenhuma nota. Essa mãe veio até a escola reclamar por qual motivo o professor ainda não havia lançado as avaliações, se ele não estava fazendo nada em sala de aula, Eu tive que conversar com o professor e verificar o que estava acontecendo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR379 - Com certeza os pais podem acompanhar o desempenho dos filhos e interagir com o professor ainda no percurso do curso (ensino). (QP – julho/setembro 2018)</p>	4
	<p>UT55 - Alunos tem acesso às informações sobre seu desempenho escolar acessando o sistema Estudante Online</p>	<p>UR11 – [...]pois ao alimentar o sistema Professor Online, o aluno consegue olhar, [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR27 – Os alunos acessam para acompanhar suas médias. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR25 – A maioria [dos alunos] acessa. O que acontece é que, quando o professor faz prova, corrige e disponibiliza a nota no Professor Online para o estudante, eles conseguem consultar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR26 – Hoje tem uma outra situação que acontece, porém não sei se os alunos já se deram conta, mas o boletim virou uma coisa desnecessária, pois o aluno acessa a nota das provas, então ele já sabe a média. Hoje você disponibiliza o boletim no sistema, mas ainda temos uma funcionalidade onde o professor pode bloquear a nota e o aluno não tem acesso à nota da prova e quando termina o bimestre eu posso bloquear para que o aluno não tenha acesso ao boletim. Quando quero fazer que os pais venham para a escola eu bloqueio [o Boletim Escolar] para trazer os pais até a escola, caso contrário eles nunca vêm e isso é um problema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR74 – Os nossos alunos também já sabem [que podem acessar as informações cadastradas no sistema Professor Online através do Estudante Online]. (Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR115 – [...]os filhos [possuem] acesso ao sistema [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR135 – [...] principalmente o aluno acessa, porque o professor pode marcar uma avaliação ou um trabalho e eles cuidam e acessam periodicamente. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	11

	<p>UR156 – [...] o aluno pode acompanhar de casa. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR370 - Os alunos [...] também tem acesso (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR361 - Não sei dizer se os pais acompanham, já os alunos em sua maioria sim. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR431 - Ajuda, pois, o aluno fica informado de suas notas [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR412 – [...]. Facilita ao aluno acompanhar as atividades e planejamento das disciplinas. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR391 – [...]Também fica mais fácil para o aluno acompanhar as postagens do professor. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR374 - Quando usado pelos alunos também, facilita muito. (QP – julho/setembro 2018)</p>	
<p>UT56 - Com o sistema Professor Online o professor pode informar-se sobre a situação atual dos alunos em todas as disciplinas.</p>	<p>UR99 e UR105 – [os professores] conseguem ter uma ideia do todo do aluno. [...] Os professores têm uma visão mais ampla de seus alunos. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR384 – [...] facilita o acompanhamento dos alunos e atividades. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR431 – [...] posso ver notas de outras disciplinas. (QP – julho/setembro 2018)</p>	3
<p>UT57 - O sistema Professor Online favoreceu a aproximação entre professor-aluno.</p>	<p>UR409 - Há uma maior aproximação entre professor e aluno, no sentido de informações e desempenho do mesmo [...]. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR426 - Há uma aproximação do professor com aluno, onde eles podem acompanhar as atividades, as notas da disciplina. (QP – julho/setembro 2018)</p>	2
<p>UT58 - Com o sistema Professor Online todos possuem acesso ao desempenho do aluno (pais, responsáveis, educando, gestores, Secretaria da Educação, GERED)</p>	<p>UR37 – [O sistema Professor Online] vem para ampliar o acesso e à questão da simultaneidade, onde todos podem ter acesso ao mesmo tempo (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR138 - Isso está sendo feito [a implantação do Professor Online] para todo mundo ter acesso. [...]. Não somente o professor ter acesso às notas [que ele postou] e ele querer mostrar para quem quiser. [...]. Qualquer que possui interesse acessa, olha e acompanha. Isso está sendo feito [Professor Online] para ser mais democrático. [...]. Levando para o lado da gestão, é uma gestão democrática, [pois todos podem acessar]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR362 - Sim, pois tanto o professor como alunos e pais têm acesso as informações e podem constantemente acompanhar o desempenho do aluno. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR364 – [Comunidade Escolar] tem acesso ao que é passado, como provas, notas... (QP – julho/setembro 2018)</p>	6

		<p>UR366 – [...] os registros que compete a cada um acessar ficam disponíveis. (QP – julho/setembro 2018)</p> <p>UR381 – [...] acesso aos conteúdos, notas [por parte da comunidade escolar]... (QP – julho/setembro 2018)</p>	
	<p>UT59 - Informações ficam acessíveis com maior clareza e transparência no sistema Professor Online para todos os usuários que possuem acesso.</p>	<p>UR10 – [...], aumenta a transparência [...](EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR27 – Na minha opinião, em relação à transparência, quanto maior, melhor. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR139 – Eu acho bem importante isso, pois é bem transparente. [...]. Isto é fundamental, transparência é tudo, não tem porque esconder. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR142 – Eu acho importante, fundamental esses mecanismos que dão transparência. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR232 - Uma das mudanças é a clareza e transparência. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR236 - Para ter uma ideia do quanto o sistema é transparente e acessível... [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR331 – [...] Hoje o aluno e a família têm acesso em tempo real para acompanhar a agenda, as provas, conteúdos, trabalhos, entre outros. Isso torna o processo mais transparente. [...]. Se o processo é mais transparente, com certeza é melhor. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR365 - Sim. Transparência nas informações. (QP – julho/setembro 2018)</p>	7

Fonte: Do autor, 2019

ANEXO VIII - OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DO GOVERNO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

UNIDADES TEMÁTICAS GERAIS (UTG)	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	UNIDADES DE REGISTRO (UR)	*19
<p>UTG13 - Falta de recursos financeiros e falta de autonomia financeira nas escolas</p>	<p>UT60 - Falta de recursos enviados às escolas pelo governo do Estado</p>	<p>UR38, UR39 e UR40- Nós temos hoje o ensino médio inovador que é um programa do governo federal em convênio com o governo do estado, e nós estamos em 2018 usufruindo recursos que eram de 2016, que estavam previstos para 2014. Está tudo muito longe de acontecer. Temos outros programas que vem para a escola, que vem recursos, mas recursos mínimos. Nós temos hoje uma escola com 200 e poucos alunos com PDDE (Dinheiro Direto na Escola) de R\$ 5.000,00 para comprar papel, produtos de limpeza, entre outros, ... Então se faz rifa, faz isso, faz festa, tudo precisa acontecer “espremendo” um pouco mais a comunidade para ver se conseguimos mais recursos. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR41- Se os programas vêm para ficar, que os recursos prometidos ou empenhados sejam ofertados à escola com um calendário que seja cumprido. [...]. Esse é o grande entrave. Se os programas, na maioria deles vêm para ficar que então os recursos também venham. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR45 - Planejamos um monte de coisa, mas os recursos, que seriam importantes para fazer as coisas, para sair da “mesmice” não vem. Os programas são bons, todos eles são bons, porém eles precisam ser executados e pelo menos cumpridos de acordo com os cadernos. Quando eles são oferecidos vem um caderno que mostra o que o programa faz isso, faz aquilo, mas vamos fazer como? Com o que? (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR290 - O que se espera de política pública acaba não sendo atingido, pois depende de fatores externos. Tem várias ideias, surgem e aparecem os programas e eles são implantados com aquilo que a escola já possui e depois vai se adequando. E muitas vezes se frustra com a experiência pois ela está fadada ao insucesso por causa da falta de todas essas questões que não são atendidas, como ampliação do espaço físico, mais computadores, ter um sinal de internet</p>	7

¹⁹ Quantidade de Ocorrências

		<p>adequado no caso do sistema Professor Online, A grande dificuldade das mudanças dentro das escolas em relação à projetos são essas questões. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR344 - O que deveria melhorar é a questão de sinal de internet nas escolas, pois em vez de melhorar eles [Estado de Santa Catarina] estão cortando das escolas que ainda tinham sinal de internet paga pelo Estado. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
	<p>UT61 - Cortes Financeiros na educação e contenção de despesas no estado de Santa Catarina.</p>	<p>UR47 - Nós estamos agora em um momento de bastante contenção de despesas no estado de Santa Catarina. Muitos benefícios, licenças, entre outros foram cortados porque não tem recursos. Os programas que foram implantados para melhorar a qualidade de ensino, alguns estão passíveis de serem cortados por causa da contenção de despesas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR202 - Na educação tem bastante cortes, e “vamos cortar da educação”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR318 - O governo inclusive cortou a internet e as APPs estão pagando a internet [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	3
	<p>UT62 - Falta de autonomia e liberdade das escolas no uso dos recursos financeiros</p>	<p>UR40 – [...] ver se conseguimos mais recursos e um pouco mais de liberdade para poder viabilizar essas situações. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR42 - Eu tenho hoje, em 2018, um plano de gastos, [que foi] previsto em 2015. Essas são coisas que foram previstas lá [em 2015] onde o dinheiro deveria ter vindo e precisava ter sido comprado as coisas naquele ano (2015) porque eram necessidades que eu tinha lá [em 2015]. Hoje eu tenho dinheiro na conta “engessado”, dinheiro este para algumas coisas que eu não tenho mais necessidade e eu não posso usá-lo para comprar nada fora [do plano de gastos] [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR71 - Na escola temos a questão da sustentabilidade, onde é necessário fazer uma estufa e canalizar a água da escola. O dinheiro que veio para este projeto não pode ser usado para gastar em lixeiros ou outras coisas na escola. Este dinheiro precisa ser devolvido. O que não for gasto na estufa, será necessário devolver. [...]. Dá um pouco mais de liberdade, mesmo que precise prestar contas, mas deixa gastar em outra coisa. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR198 - [...] a escola tem autonomia para fazer uma atividade externa com os alunos, mas economicamente e decisões de gestão não. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	3

	<p>UT63 - Burocracia para o uso de recursos financeiros</p>	<p>UR173 – [...] uma parte muito faltosa da educação, um retrocesso muito grande com as questões financeiras. Por exemplo, nós temos PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), temos o cartão CEPESC (Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva) mas existe [uma] burocracia em cima destes benefícios. Já vem pouco [na questão] financeira e em cima deste pouco que vem precisamos correr atrás de três orçamentos, de notas, é uma burocracia muito grande. A parte burocrática faz com que o sistema segure e freie muito. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR43 - Na hora de prestar contas precisamos mandar o plano [de gastos] junto e mostrar onde o dinheiro foi gasto. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2
	<p>UT64 - Falta de autonomia para uso de recursos financeiros contribui para a corrupção</p>	<p>UR71 - O que acontece? Tem pessoas que burlam e inventam notas e pegam esse dinheiro. Aqui na escola nós fazemos o que? Se faz o que é o certo. Existem programas, políticas [públicas] que criam e que fazem com que as pessoas sejam corruptas. [...]. Porque senão ou eu me torno corrupto enganando com notas e pegando dinheiro para outras coisas, sendo que eu tinha outras necessidades na escola e poderia ter aproveitado o dinheiro para [essas necessidades]. Essa questão das notas deve acontecer na prefeitura, no conselho tutelares, no CRAS, na escola, em um monte de lugar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1
	<p>UT65 - Falta de recursos financeiros nas GERED dos municípios</p>	<p>UR206 - [As ADRs] não têm mais orçamento [...].(EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1
<p>UTG14 - Políticas públicas distantes da realidade escolar local e regional</p>	<p>UT66 - Políticas Públicas pensadas apenas para determinados cenários/regiões e aplicados à todas as escolas</p>	<p>UR69 - Nosso estado é grande, é “multi”, então da mesma forma como é feito aqui na cidade “X”, será feito em Florianópolis. Não interessa a diversidade que tem aqui ou lá. No caso das políticas públicas [...] tem políticas que são pensadas “no todo”, atendendo [apenas] uma demanda específica de um ponto e ela se aplica a todos os lugares e tem lugares que não precisa. Por exemplo o programa AMBIAL, que é um programa que visa tirar o aluno da rua, fazendo com que ele fique em tempo integral na escola e possui como propósito trabalhar horta e alimentação. Ele é um programa que [objetiva] tirar um aluno da rua, onde tem marginalidade, tem crianças que passam fome. Vai tirar ele da rua e ter ele na escola seguro e com comida, mas tem lugares, como é o caso da nossa escola onde temos o programa AMBIAL mas [aqui] não temos esse problema [de fome e marginalidade]. Nós não temos nenhuma criança com vulnerabilidade social e que passe fome, mas nós temos o projeto aqui na escola. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2

		<p>UR70 - Eu vejo que [a política pública] é sempre pensada e aprovada de acordo com a demanda de um lugar. Quem dera se um dia as políticas fossem pensadas para uma realidade e aprovadas apenas para lugares com essa realidade e clientela e não para todos. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR228 - Algumas dificuldades que percebo é que muitas coisas são para escolas grandes e a realidade da nossa região é de escolas pequenas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	
	<p>UT67 - Os programas/políticas públicas não são adaptados à realidade e não podem ser alterados para atender demandas locais ou regionais</p>	<p>UR69 - [...]mesmo que não tenhamos esse tipo de clientela, o Estado não nos dá liberdade para adaptar o projeto à nossa realidade. Esse é um dos problemas de uma política pública. Ela foi implantada para uma realidade, mas nos deram esse programa e ele existe aqui, porém não deveriam ter-nos dado [este programa]. O Estado deveria dar um pouco de liberdade para adaptar ao lugar [onde se está]. Como se trata de educação e de escola ele vem fechado: deve ser feito assim, assim e assim e não podemos mudar. Eu acho que isso é um problema de uma política pública. [...] eu acho que deveria abrir brechas para [o programa poder] ser adaptado à clientela para onde este dinheiro está indo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1
	<p>UT68 - Políticas públicas são criadas e pensadas por pessoas que não vivem a realidade</p>	<p>UR103 – [as políticas públicas são] criadas em gabinete por pessoas que nunca pisaram em sala de aula. Umas até são certo, outras não. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR195 – Onde, de fato, acontecem as coisas não é lá na “salinha” do secretário em Florianópolis. As coisas acontecem na escola, na sala de aula, [na relação] professor-aluno. Não é nem com o diretor [da escola]. Aonde acontece a educação? É na sala de aula entre o professor-aluno. Claro que a gestão [escolar] dá o suporte, ajuda e tal, mas a educação acontece na sala de aula, na relação professor-aluno. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR227 – Se percebe que algumas coisas foram feitas por uma pessoa sentada em um gabinete que não conhece a realidade das escolas. Eu penso que a ideia é sempre boa, mas que nem sempre é boa porque eles não têm a realidade, a prática das escolas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	3
<p>UTG15 - Dificuldades e precariedade quanto à</p>	<p>UT69 - Faltam investimentos da área da tecnologia nas escolas</p>	<p>UR125- Para universalizar, precisa ter laboratório [de informática] na escola com bons equipamentos, caso contrário senão vamos estar excluindo da escola boa parte dos alunos. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR174 - A parte da tecnologia teve um avanço muito grande, mas dentro deste avanço nós também somos freados por precisamos cada vez mais ter uma internet de qualidade nas nossas escolas e não estamos tendo o apoio que a gente</p>	9

<p>infraestrutura tecnológica disponível no ambiente escolar</p>		<p>precisa. Então, na área governamental, dentro dessas políticas públicas, tem que investir mais ainda na área de tecnologia. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR175 - Não poderia jamais ter tirado o professor de informática [das escolas]. Lógico que o professor precisa saber de tudo um pouco, mas nós precisamos desse profissional, [em especial] no laboratório [de informática]. É faltoso. Esse profissional está faltando nas nossas escolas e, ao meu ver, ele deveria estar voltado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR231 – Precisa-se investir em internet nas escolas para que o sistema [Professor Online] funcione. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR284 – [...] Não adianta criar um sistema e o estado e a SED (Secretaria do Estado da Educação) não possibilitar uma qualidade de internet nas escolas, até porque agora abandonaram todas as escolas, cortaram a internet e também os profissionais para fazer este atendimento, foram cortadas as linhas de internet e as APPs (Associação de Pais e Professores) tiveram que contratar a internet. Isso em todas as escolas. Eu vejo uma incoerência total, primeiro criam um sistema online e agora cortam a internet nas escolas. É uma incoerência muito grande. A princípio para termos acesso à internet a APP teve que contratar a internet. O problema é a falta de qualidade na potência da internet nas escolas e o descaso do governo com a internet nas escolas. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR289 - Se percebe que as coisas são implantadas nas escolas sem ter os recursos físicos e tecnológicos necessários, pois a grande maioria das escolas não possui as estruturas necessárias e isso dificulta o processo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR303 – Nós tínhamos uma internet paga pelo Estado e agora não temos mais [...]. Na questão dos recursos tecnológicos as escolas estão bem atrasadas. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
	<p>UT70 - Precariedade com a qualidade da Internet nas escolas</p>	<p>UR16, UR21, UR22, UR23 – Um grande problema é a internet. Todas as salas possuem internet para que, quando o professor começar a aula estar lançando as informações no sistema. [...]. Essas são várias das coisas que precisam estar funcionando para que o sistema Professor Online seja alimentado. Principalmente internet. [...]. Este ano foi instalado para nós internet via fibra óptica, o que possibilitou uma melhora, porém isso faz apenas dois meses. Até então nós tínhamos apenas 8MB de internet na escola para todo mundo. [...]. Então, tinha 8MB de internet para tudo isso (acesso</p>	14

		<p>dos alunos, além do uso dos professores para alimentar o sistema). Com a instalação da fibra óptica hoje a escola tem 25MB de internet, onde 10MB o estado paga (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR77 – [O sistema] funciona, menos quando não tem internet na escola. Esse é o problema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR149 – Nossa precariedade aqui [na escola] era o difícil acesso à internet, o acesso ao sinal da internet. Pela precariedade que nós tínhamos na internet aqui na escola: como que nós íamos ter acesso, e todos os professores ao mesmo tempo acessando e querendo transpor essas informações? “E se escreve alguma coisa errada? ”, “E se quer mudar? Aonde que faz? ”. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR210 e UR208 – Tem algumas coisas que precisam melhorar no [sistema] Professor Online. Um dos problemas hoje é a internet nas escolas. Temos o Professor Online, mas a internet não funciona nas escolas. [Os professores] não conseguem acessar ou o acesso demora. Eu acho bacana a ferramenta, mas precisa criar essa estrutura de internet para que o Professor Online seja ágil e que o professor consiga acessá-lo e consiga fazer todas as coisas no sistema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR222 – [...], como em todas as escolas, nós temos dificuldade de internet às vezes e o sistema funciona apenas online. [...] Essa reclamação da internet ser falha nas escolas é uma reclamação geral (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR248 - Um problema que estamos tendo é em relação à internet. O sistema online é muito bom, porém sem internet o sistema não funciona. Então a internet ainda vem sendo um problema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR284 - Quando não há internet e quando não temos acesso à internet. [...] O professor realmente não acessa o sistema quando não tem sinal de internet. Maior problema é a falta de sinal de internet na escola. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR303 - O sinal da internet. Nós tínhamos uma internet paga pelo Estado e agora não temos mais, então a internet não está chegando até as salas de aula, porém o trabalho [preenchimento do sistema] precisa ser feito. Como fazer a chamada sem internet? Mesmo que tenham o aplicativo do celular para fazer isso, mas não é a mesma coisa. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR311 - Velocidade da internet. A internet ainda é um grande problema. Foi melhorado na escola colocando mais roteadores, porém quando ela é muito ocupada e tem alunos na sala de informática ou usando a internet, pois se permite</p>	
--	--	--	--

		<p>trabalhar com celular em sala de aula quando o professor estiver acompanhando e a utilizando como ferramenta de estudo, dificulta mexer no sistema, por causa da internet que é lenta. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR318 - Aqui no interior o maior problema é a internet ou a internet com pouca potência. Esse é nosso grande vilão. Às vezes o sistema está em manutenção, mas são poucas vezes. O que se percebe é o problema com a internet. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR321 - Para mim o sistema é muito bom, não é ótimo, pois temos a questão da internet. Se a internet fosse boa, ele seria perfeito. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR330 - Um grande problema é a internet. Aqui na escola procurou-se fornecer uma internet razoável, distribuímos roteadores em quase todo o perímetro da escola. Então hoje, os professores, em todas as salas, têm acesso e conseguem por wi-fi ou por cabo, acesso à internet para preencher o sistema. Eu vejo que em escolas maiores ou que possuem maior demanda, mais alunos e mais equipamentos conectados, gera um entrave muito grande. Hoje a internet em escolas maiores ainda precisa ser melhorada. É preciso que se consiga uma maior quantidade de conexões por equipamento. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR344 - O que deveria melhorar é a questão de sinal de internet nas escolas, [...]. O que num primeiro momento deveria melhorar seria isso, para que ele possa de fato ser um diário, com as informações diárias e no momento em que elas acontecem. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR335 - Sempre é uma dificuldade o fato do sistema ser online por causa da questão da internet que nas escolas sempre é um problema, porque aqui é uma escola grande e nem em todas as salas eles conseguem acessar a internet. Por este motivo às vezes não é possível fazer imediatamente, mas sempre se pede que eles alimentem o sistema diariamente ou assim que possível. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR347 - A internet. O sinal de internet deveria ser melhor nas escolas e fornecida pelo Estado. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR352 - O nosso maior empecilho hoje ainda, em termos de preenchimento, é o acesso à internet e como o Estado cortou a disponibilidade de sinal da internet e cada escola teve que se organizar por conta própria, hoje o maior empecilho é esse, a falta de acesso a uma internet boa e ágil para carregar o sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR356 - A internet. [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
--	--	--	--

		UR417 – [...] Ainda temos problemas de acesso à internet, o que faz com que [professores] tenhamos trabalho em duplicidade. (QP – julho/setembro 2018)	
	UT71 - Problemas Financeiros para melhorar acesso de internet na escola	<p>UR23 – Com a instalação da fibra óptica hoje a escola tem 25MB de internet, onde 10MB o estado paga, mas ela está bloqueada a umas duas semanas, provavelmente por problemas de recursos financeiros. Hoje eu tenho internet para os alunos na escola porque a APP (Associação dos Pais e Professores) paga uma conta separada para ter internet. Se dependesse apenas da internet paga pelo estado estaríamos a duas semanas sem internet. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR36 – Nós temos hoje 25Mb de internet via fibra óptica, mas daqui dois ou três anos nós vamos ser contemplados, ou teremos acesso, na verdade já teríamos, se tivéssemos condições financeiras de ter 150Mb de internet. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1
	UT72 - Dificuldade de equipamentos adequados para professores utilizarem o sistema Professor Online	<p>UR17 – Outro problema é a questão de equipamentos. A escola tem equipamentos para todos lançarem as informações no sistema? Claro que maioria dos professores possuem seus equipamentos particulares ou lançam pelo celular. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR20 – Por exemplo, estou com três professores na sala ao lado e apenas dois computadores estão funcionando. Isso também é importante para que os professores não fiquem “disputando” computadores para lançar as informações no sistema. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR124 – Eu acho que talvez seja bom frisar que o Estado deva investir um pouco mais em recursos tecnológicos nas escolas porque hoje o professor usa ferramentas pessoais. Eu não sei se isso é muito correto, pois se o Estado também pudesse estar propiciando para a escola espaços e equipamentos que possam também ser utilizados pelos professores. O que nós temos hoje na escola está completamente sucateado, são todas máquinas velhas e ano a ano tentamos salvar aquelas que ainda tem condições. Eu sei que a política do(s) Estado(s) é partir para outras formas de tecnologias, principalmente aquelas através de smartphones, de tablets, [...]. Eu acredito que toda escola deveria continuar tendo, e por um bom tempo ainda, seus laboratórios de informática bem equipados. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2
	UT73 - Internet paga com recursos da própria escola	UR19 – [...] ainda hoje como gestor da escola eu estou comprando melhores roteadores e puxando fios para que todos tenham acesso à internet e consigam fazer as tarefas para não acumular semanalmente o lançamento das presenças. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	5

		<p>UR78 – [...] foi instalado com recursos da APP roteadores em todos os cantos desta escola. Não interessa onde o professor esteja, ele não tem desculpa de não ter internet. Tem em todos os lugares da escola internet. Eu estou trabalhando para que o professor tenha as condições [necessárias para deixar o sistema] Professor Online em dia. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR154 – [...] quando assumi a direção a primeira coisa [realizada] foi [melhorar a]qualidade na internet. Conseguimos um acesso de 6Mb na escola. Agora todos os corredores, onde os professores vão com seus notebooks já [possui internet]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR257 - Temos na escola internet paga com recursos da própria escola para que o professor possa inserir as informações de forma mais rápida. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR284 – [...]. É uma dificuldade muito grande em nossa comunidade a questão da qualidade da internet. Da SED (Secretaria do Estado da Educação) não temos mais nenhuma internet, então foi contratada uma de forma particular. [...] (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
UTG16 - Políticas públicas para a educação	UT74 - Ensino Médio Inovador	<p>UR38 - Hoje nós temos o ensino médio inovador que é um programa do governo federal em convênio com o governo do estado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR46 - Nós temos vários programas não só o programa Inovador, [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR144 - [...] como o Ensino Médio Inovador (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR176 - [...] dentro dos programas do ensino médio, sejam eles do inovador (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR228 - [...] dos professores assumirem apenas o Ensino Médio Inovador em uma escola (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	4
	UT75 - Programa AMBIAL	<p>UR46 - [...] temos o AMBIAL (Projeto de Educação Ambiental e Alimentar) (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR69 - [...] O projeto AMBIAL é bom, os alunos trabalham na horta, pegam as botas, as enxadas, [...] (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	2
	UT76 - Programa PENOA	UR46 - [...] [temos] o PENOA (Programa de Novas Oportunidades de Aprendizagem) (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	1
	UT77 – Programa EMTI	UR193 - [...] a escola implantou em 2016 o Ensino Médio Integral.) (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	1

	UT78 - Programa APOIA	UR254 - [...] quando se tinha o diário físico, e um aluno faltava na escola para fazer o programa APOIA, [...] Hoje é possível acessar o Professor Online e já é possível ver quantos dias o aluno faltou e é possível acionar o programa APOIA. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	1
	UT79 - Santa Catarina é estado pioneiro em muitas questões relacionadas à educação	UR35 - nós vemos que o estado de Santa Catarina foi pioneiro desde 1988, quando foi lançado a proposta curricular. Ele foi o primeiro estado a lançar uma proposta curricular. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR92 - No estado de Santa Catarina, não me lembro e não sei de outro estado que tenha este acompanhamento de formação de gestores escolares como acontece em Santa Catarina. Isso é bem interessante, bem elogiado, que o estado fornece isso. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR139 - A gestão democrática nas escolas, que o estado de Santa Catarina é pioneiro e em muitas outras ações, depois os outros estados copiam. Neste sentido Santa Catarina sempre está um passo à frente. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	3
UTG17 - Importância da participação da comunidade escolar na construção de políticas públicas	UT80 - Importância da participação efetiva de toda comunidade escolar	UR92 - [...] [vejo que o grande projeto em termos de educação foi a implantação da gestão democrática na escola. [...]. [Toda formação] direcionada para a gestão democrática. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR93 - Todas as ADRs (Agências de Desenvolvimento Regional) têm os seus tutores que ministram estes cursos [de gestão democrática], que acompanham [essas formações] e nós somos obrigados a postar, ler e fazer trabalhos envolvendo a comunidade escolar. Este ano, inclusive, é mais direcionado para o conselho deliberativo escolar, do envolvimento deles nas atividades da escola. Então todos se sentem mais valorizados, mais comprometidos com isso. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR121 - Quanto mais eu participar das políticas públicas que permitem a participação da comunidade, mais a gestão também pode melhorar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	2
	UT81 - Necessidade de participação da comunidade escolar nas decisões sobre políticas públicas	UR104 - Penso que se [as políticas públicas] fossem construídas a partir da base teriam mais chance de dar certo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR194 e UR196 - Muitas sugestões que já vem sendo dadas há muito tempo, literalmente brigando com o Estado para melhorar o programa, eles [o Estado] simplesmente não “fazem nada”. [...]. Eu ouço, infelizmente, que as pessoas que tem controle sobre as políticas públicas não ouvem. Deveriam ouvir muito mais. Um exemplo claro é que já demos	2

		<p>várias sugestões do ponto de vista do programa [sistema Professor Online] e eles ignoram. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR208 e UR201 - Do ponto de vista de políticas educacionais deveriam ter muito mais essa questão de ouvir, de vir olhar o que acontece, onde acontece, quais são as dificuldades, quais são as alternativas. Ouvir! Eu sinto que nós não somos ouvidos. [...]. Eles (pessoas que pensam as políticas) não ouvem isso, eles não escutam isso, parece que eles não aceitam isso. Se eles ouvissem mais a base muita coisa seria diferente. Eu vejo isso não só no ponto de vista das políticas para educação, mas em outros setores também. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR204 - As políticas públicas deveriam ter muito mais participação e discussão na base. Está faltando muito isso. Eles precisam ouvir a base, precisam ouvir as escolas. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR197 – Eu vejo que deveria se partir muito mais da base, de onde exatamente, ou onde as coisas de fato acontecem. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	
	<p>UT82 - Comunidade Acadêmica participa da escolha e decisão sobre a implantação de políticas públicas na escolas</p>	<p>UR193 - [...] a escola implantou em 2016 o Ensino Médio Integral. Claro que isso não veio de cima para baixo. A escola recebeu o convite e teve a possibilidade de discutir por alguns meses. Tanto que reunimos os professores umas quatro, cinco vezes e dissemos: “E aí professores? O que vocês acham? O programa é assim, o objetivo é esse. Nós vamos conseguir? Nós vamos dar conta? ”. Nós chamamos os pais dos alunos para apresentar, para saber o que eles achavam, etc. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	1
	<p>UT83 - Imposição de políticas públicas sem participação e autonomia da comunidade escolar</p>	<p>UR103 - A maioria das políticas públicas são impostas de cima para baixo (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR192 e UR198 - Eu vejo, no estado de Santa Catarina, que ainda temos muitas decisões que precisam ser cumpridas de cima para baixo. [...]. Vem as orientações de lá (Florianópolis) e cumpra-se! (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR197 e UR199 – [...]. Queríamos permanecer com muito professor contratado aqui [na escola] e queríamos que eles continuassem no ano seguinte, mas não pode. [...]. Precisamos criar mecanismos para permitir com que a escola e a comunidade acadêmica decidam sobre a permanência do professor ACT ou não [...]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR205, UR206 e UR207 – [...] Eu vejo que as ADRs no princípio, em 2003, do [governo de] Luiz Henrique, eram um projeto fabuloso e muito interessante. [...]. Muitas coisas não acontecem, tem-se dificuldades e não se consegue fazer as coisas. [...]. Eu vejo que 2010 a 2011 houve um retrocesso extremamente grande nesse processo de importância,</p>	2

		influência e autonomia das ADRs. Retrocedeu! [As ADRs] não têm mais orçamento, as ordens vêm de cima e eles só repassam. Na minha opinião as ADRs deveriam ser interlocutores, por exemplo, o gerente de educação da ADR ouve as escolas e vai brigar lá com eles (em Florianópolis). Eu via muito as ADRs brigando, defendendo o interesse deles e não das escolas. [Acontece] exatamente o contrário. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	
	UT84 - Realização atividades sobre políticas públicas no ambiente escolar contribuindo para a participação da comunidade escolar nas políticas públicas	UR72 - Aqui na escola nós fazemos um trabalho bem sério sobre políticas públicas, inclusive este ano nós trabalhamos uma questão sobre juventude. Este tema já é trabalhado a dois anos e nós fomos para a câmara de vereadores no projeto Vereador por um Dia e um dos projetos apresentados foi o da Semana Municipal da Juventude que esse ano foi aprovado na câmara. O prefeito já assinou e virou lei. Isso passa ser uma política pública. [...]. Nós trabalhamos e discutimos muito isso. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	1
	UT85 - Comunidade Escolar exige da Gestão escolar	UR120 - A comunidade exige cada vez mais da gestão [escolar]. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	1
UTG18 - Formação Continuada como política pública	UT86 - Oferta de formação para gestores	UR92 - [...] vejo que o grande projeto em termos de educação foi a formação. [...] a formação que começou em 2013 e 2014 é bem forte desde o início do ano com a presença [dos gestores escolares] em cursos oferecidos em Florianópolis de um, dois ou mais dias, até uma semana. É uma formação permanente onde, desde sua implantação, se faz 100 horas, 200 horas, 250 horas de curso de gestão escolar. Tudo direcionado para a gestão democrática. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR122 - A questão de exigir aperfeiçoamento da gestão e participação em capacitações, elaboração de planos de gestão para todos os gestores nas escolas como forma de implementar algumas políticas públicas para melhorar a vida da escola, principalmente dos nossos alunos, é válido. Isso tudo é válido. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	2
	UT87 - Falta de formação por áreas para os professores	UR176 - Dentro das políticas [públicas] precisa-se de formação para os professores por área. Precisamos urgentemente mais formação para os professores por área. É [preciso] definir os conteúdos básicos que devem ser trabalhados do 6º ao 9º ano em todas as áreas do conhecimento. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	2

		UR291 - Outra questão são as formações continuadas, que sejam bem específicas de cada disciplina, pois as formações foram ficando abrangentes demais e muitas vezes falta um profissional vir nas escolas e fazer formações específicas e se sente esta necessidade. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	
UTG19 - Fragilidades no desenvolvimento das políticas públicas existentes	UT88 - Excesso de burocracia e demora na realização de novas políticas públicas	UR119 - Sabemos e entende-se que, pelo tamanho da estrutura do Estado, as coisas demorem para acontecer. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR208 - É tudo muito burocrático, muita burocracia, as coisas não fluem, são demoradas e eu acredito que isso seja assim em mais setores. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	2
	UT89 - Falta de execução e descontinuidade das políticas públicas	UR35 - Se elas tiverem continuidade. [...] Se isso tiver continuidade com teve a proposta de 88, 90, 98, 2005, 2014, ... enfim, os cadernos, tudo bem! Agora se forem atividades temporais, aí fica ruim. Porque daí entra um governo e descontrói o que outro governo fez. [...].(EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR37 - Acredito que políticas públicas, como o professor Online e outras que temos aqui na escola, se elas vêm e ficam e os recursos que são prometidos vem, ok! (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR46 – [...] Se os programas vêm e acontecem e tem continuidade, ótimo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR203 - Esse ano se pegou [e analisou] novamente [o] CONAE (Conferência Nacional de Educação) [e] todas aquelas discussões sobre a educação. Tem muita coisa que se fez tudo de novo, aí volta para lá e daqui quatro anos [é feito novamente]. Precisa-se colocar duas ou quatro coisas lá (CONAE) e executar essas quatro. Não adianta colocar 200 coisas e não executar. Então tem 200 leis lá e executadas [quantas?]. Isso dificulta bastante. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	2

Fonte: Do autor, 2019

ANEXO IX – CONSIDERAÇÕES GERAIS DO SISTEMA PROFESSOR ONLINE

UNIDADES TEMÁTICAS GERAIS (UTG)	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	UNIDADES DE REGISTRO (UR)	*20
<p>UTG20 - Contribuições do sistema Professor Online para as atividades realizadas no ambiente escolar</p>	<p>UT90 - Evolução constante do sistema com desenvolvimento de melhorias.</p>	<p>UR64 - Este ano foi aberto uma parte para colocar se o aluno não se comporta, se não faz o tema, coisa que nunca tinha. [...]. Então no início deste ano foi acrescentado na plataforma uma página onde o professor pode preencher relatórios. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR201 - Eles estão melhorando (os que desenvolvem o Professor Online), estão fazendo algumas modificações, inserindo questões no sistema do Professor Online. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR219 - [...], eles (pessoas que desenvolvem o sistema) foram melhorando o sistema com o passar do tempo. [...]. [O sistema Professor Online] sempre está sendo melhorado. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p> <p>UR245 - O sistema a toda hora possui coisas a mais. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR268 - [...] ouço muitos relatos de melhoras constantes no sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR274 - Sempre estão sendo feitos ajustes [no sistema] e ele permite que se tenha mais tempo disponível para dedicar-se a outras áreas fundamentais para a educação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR301 - Tudo que é dificuldade que vai se encontrando e percebendo no sistema vai sendo falado. Como é uma experiência nova no Estado eles aceitam tranquilamente e vão adaptando as sugestões. Várias coisas foram sendo melhoradas no sistema e não é mais como era. Até questões de avaliação qualitativa, preenchimento de outras informações que já foram melhoradas bastante. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR345 - Outras solicitações que os professores faziam já foram atendidas [...]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR346 - Iam sendo feitas solicitações e elas iam sendo atendidas. Desde o início do sistema até hoje, muitas solicitações já foram atendidas. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	9

²⁰ Quantidade de Ocorrências

		UR355 - Acredito que na medida em que se vai trabalhando, entra ano e sai ano, existam ícones, partes e detalhes a mais e a menos sendo trabalhados para facilitar a vida do professor. Isso em todo o sistema, que se propõe e se oferece é isso que acontece e não seria diferente no sistema Professor Online. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	
	UT91 - Inclusão do campo de observação no sistema Professor Online	UR266 - Uma coisa boa que foi incrementado do ano passado (2018) para este (2019), é o campo de observação. Por exemplo, se tem um aluno que briga ou que desrespeita o professor é possível informar neste campo. Nunca tinha um campo onde o professor pudesse descrever e registrar tais situações, então foi criado. Quando um aluno é transferido para outra escola este registro fica armazenado neste banco de dados. Isso foi uma coisa boa que incluíram. Depois desta alteração percebo um contentamento maior por parte dos professores. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR345 – [...] agora tem um campo de observações onde os professores podem lançar observações de alunos e outras solicitações que não me lembro agora. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	2
	UT92 - Possibilidade de lançar diferentes tipos de atividades	UR246 - Eu particularmente acho que ele é muito bom e está bem estruturado, pois ele tem tudo que é tipo de atividade que pode ser lançada. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR247 - Ele faz tudo, apenas precisa ser alimentado. É possível programar atividades, lançar atividades, (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	1
	UT93 - Recuperação das informações lançadas no sistema.	UR81 – [...] é possível abrir e fechar o sistema e recuperar as informações. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR411 - Sim pois não corro o risco de perder papéis com informações, [...]. (QP – julho/setembro 2018) UR408 – [...] fica salvo todas as atividades por mim feitas. (QP – julho/setembro 2018)	3
	UT94 - Avaliação positiva quanto a implantação do sistema nas escolas	UR68 - Como política pública o sistema do Professor Online é uma coisa positiva. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR80 - Aqui funciona bem, eu tenho que elogiar sempre aquilo que foi feito. Do que foi implantado na escola dos últimos anos essa é a melhor coisa que foi feita para as escolas, para facilitar o trabalho. Desde alunos, professores, direção da escola. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR87 - [...]eu vejo isso [sistema Professor Online] como um grande avanço. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR127 - É uma ferramenta muito útil. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR157 - Eu vejo que o Professor Online só veio para agregar, só veio a melhorar. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018) UR165 - Então eu vejo o sistema como muito positivo. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)	10

		<p>UR273 - O sistema Professor Online veio para agregar na escola [...](EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR319 - Eu penso que o Professor Online é um sistema ótimo. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR331 - O sistema é bom, [...] A meu ver o sistema vem a contribuir muito. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR302 - Hoje o sistema funciona bem. Não vejo os professores comentando que falta algo[...]. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR343 - No geral o [sistema] Professor Online veio para somar e agregar. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR310 - Eu só posso elogiar o sistema. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	
<p>UTG21 - Pontos a serem melhorados no sistema Professor Online e dificuldades encontradas</p>	<p>UT95 - O sistema Professor Online não possui avaliação qualitativas, apenas quantitativas.</p>	<p>UR31, UR32, UR33, UR34 e UR35- Uma coisa que ficou muito ruim foi o fato de terem abolido no Professor Online as notas qualitativas. No Professor Online não tem nenhum campo para notas quantitativas. Uma vez tinha nota de participação, de interesse, ..., hoje não existe mais. Tem uns 16 ou 17 itens, como nota, trabalho, apresentação, seminário..., mas nenhum item para avaliar se o aluno respeitou o professor, se ele entregou as tarefas em dia, se participa das atividades,Não que o aluno seja um robô, mas que tenha o mínimo de princípios de cidadania para serem avaliados [no sistema]. Hoje o Professor Online “estancou” isso. É só quantitativo.</p> <p>- <i>E tem a opção ‘Outros’?</i></p> <p>Não, não tem. Só se alguém fizer uma “maquiagem”. Por isso que hoje ficou tudo mecânico. Nas primeiras versões do Professor Online tinha, depois foi cortado.</p> <p>- <i>Vocês sabem o porquê de ter sido cortado?</i></p> <p>Foi dito que era muito subjetivo. Não sei se é pela questão de querer quantificar. Porque em uma prova, por exemplo, se o aluno tirou 10, o 10 está baseado em uma prova física. Mas em outras questões, sobre quais critérios o professor vai ser basear? Sendo que o Projeto político – pedagógico (PPP) e toda legislação diz que, se a avaliação for qualitativa ela vai abranger os aspectos x e y. Isso foi uma questão que ficou ruim, ficou mecânico. Onde as notas, por exemplo, “8 + 8 + 7”, são somadas e divididas por três. Se der média quebrada, ou arredonda-se para cima ou para baixo. Isso foi na minha opinião, como professor e como gestor, algo ruim. Pensando que temos alunos que se dedicam ao máximo, porém não tem todo aquele rendimento acadêmico, mas são alunos responsáveis, educados, ..., enfim, aquele aluno que expressa aspetos de cidadania, que vai na sociedade e não faz qualquer coisa. Porém, do outro lado temos alunos com bom rendimento acadêmico, mas como pessoa tem atitudes que não condizem com uma vida boa em sociedade. Essas</p>	1

	<p>questões ficaram sem opção [no sistema]. No sistema do Professor Online é prova, trabalho, ..., acrescentaram vários itens. No início era somente prova e trabalho, tinha só essas duas opções. Se o professor fizesse uma apresentação ela tinha que ser considerada como prova ou trabalho. Depois foram criados/incluídos novos itens e formas. Você tem várias maneiras de lançar a nota. A questão da avaliação qualitativa não está contemplada. Ela estava presente no Professor Online e depois foi tirada, porque, segundo o jurídico foi avaliado que isso não tinha como ser quantificado. Por exemplo, a prova e trabalho você tem a prova física, mas sobre a participação você vai dizer o que? Eu, como gestor estímulo o professor a avaliar isso também, da forma que o sistema permitir. Não se pode deixar de fora da avaliação esse lado humano. (EG – Fase 1 – julho/setembro 2018)</p>	
<p>UT96 - Necessidade de melhora no aplicativo do sistema Professor Online</p>	<p>UR267 - Quem sabe o aplicativo do Professor Online poderia funcionar melhor, pois tenho relato de professores que sentem dificuldade no aplicativo do celular que às vezes falha e não funciona corretamente ou é muito lento. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR317 - Está se desenvolvendo um aplicativo, que o professor pode acessar do seu celular e realizar a chamada, postar conteúdos que ele vai trabalhando, ..., porém, esse aplicativo está com bastante problemas. Caso melhorasse o aplicativo facilitaria bastante, pois o professor não precisaria sempre estar levando o seu notebook, ele poderia estar fazendo seu planejamento em hora de folga ou hora-atividade e estar alimentando o sistema com maior facilidade. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p> <p>UR329 - A princípio eles estão tentando implantar um aplicativo. Ele está em construção ainda. Até o ano passado ele era usado apenas para fazer a chamada, e como ele funciona off-line, você poderia colocar as informações e quando ficasse online ele enviava os dados. Isso poderia ser mais facilitado, pois hoje, para acessar o sistema de forma completa é apenas com o uso de um computador ou tablet. Para poder digitar as notas, os conteúdos, enfim, alimentar de forma geral o sistema, a plataforma mais completa é apenas acessível pelo computador. Caso esse aplicativo seja melhorado ele vai ajudar bastante. Hoje, se o sistema para celular (aplicativo) for melhorado e há previsão para que isto aconteça, ele vai facilitar muito, pois o professor pelo celular já consegue preencher o sistema, e depois apenas precisa conferir e fazer alguma outra observação. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)</p>	3
<p>UT97 - Necessidade de funcionamento do</p>	<p>UR269 - Um ponto negativo é que no sábado e no domingo o sistema Professor Online não funciona [...]. Acredito que o sistema poderia estar disponível nos finais de semana, pois, se por algum motivo o professor deixou de fazer o</p>	1

	sistema Professor Online aos finais de semana	preenchimento no período em que estava na escola e tem o tempo disponível aos sábados e domingos não haveria nenhum problema de fazer o preenchimento nestes dias. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	
	UT98 - Sistema apresenta lentidão em finais de bimestre	UR270 - Outro problema é no final dos bimestres quando o sistema fica muito lento e acaba travando, pois, todos os professores estão fechando o bimestre e seus diários. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	1
	UT99 - Dificuldade para agendamento de avaliações	UR283 - O agendamento das avaliações. Essa agenda de avaliações ainda está dando muito problema e fazendo com que muitos professores deixem de agendar as avaliações no sistema, mesmo que já tenham agendado com os alunos. [...], no sistema do Professor Online eu vejo que os professores deixam de incluir no agendamento a data das avaliações. No sistema o professor deixa de cumprir, porém em sala e juntamente com os alunos essas datas são repassadas corretamente. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019) UR310 – [...] chegamos no final do ano passado (2018) e sempre temos a prova interdisciplinar, foi feito a prova e como gerou uma nota exige uma recuperação. A recuperação foi feita e a dificuldade foi conseguir encontrar um dia onde todos pudessem registrar essa recuperação, pois no sistema é possível registrar apenas duas avaliações por dia e essa foi uma dificuldade. Todos tiveram que registrar e não houve dias para encaixar todas as avaliações. Isso poderia ser alterado, em vez de poder registrar apenas duas avaliações por dia, poderiam ser registradas 3 avaliações, o que hoje não pode. (EG – Fase 2 – fevereiro 2019)	2
UTG22 – Não foram notadas mudanças com a utilização do sistema Professor Online	UT100 – Observação e análise do sistema Professor Online quanto sua contribuição para a relação com a comunidade escolar e para a gestão das atividades do professor	UR377 - Não interfere [na relação com a comunidade escolar]. (QP – julho/setembro 2018) UR378 - Não tenho observado melhorias neste quesito [relação com a comunidade escolar]. (QP – julho/setembro 2018) UR418 – [...] na maioria das vezes o tempo destinado a preencher o sistema acrescenta trabalho a tudo que precisa ser feito. Acredito que o foco do trabalho seja o planejamento e não o registro no diário. (QP – julho/setembro 2018) UR420 - Independente do Professor Online as atividades são organizadas e planejadas. (QP – julho/setembro 2018) UR427 - Acho que não interfere. (QP – julho/setembro 2018) UR430 - Não mudou nada. (QP – julho/setembro 2018)	6

Fonte: Do autor, 2019